



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

IVAN CÉSAR MARCONI

**A INFLUÊNCIA DO MST NA RECONFIGURAÇÃO DA
IDENTIDADE DOS SEUS ASSOCIADOS:
O CASO DA COPRAN**

IVAN CÉSAR MARCONI

**A INFLUÊNCIA DO MST NA RECONFIGURAÇÃO DA
IDENTIDADE DOS SEUS ASSOCIADOS:
O CASO DA COPRAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade – da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M321i Marconi, Ivan César.

A influência do MST na reconfiguração da identidade dos seus associados: O caso da Copran / Ivan César Marconi. – Londrina, 2014.
133 f. : il.

Orientador: Luiz Miguel Luzio dos Santos

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Identidade – Teses. 2. Cooperativa MST – Teses. 3. COPRAN – Teses. 4. Assentamento Dorcelina Folador – Teses. I. Santos, Luiz Miguel Luzio dos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658:334

IVAN CÉSAR MARCONI

**A INFLUÊNCIA DO MST NA RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE
DOS SEUS ASSOCIADOS:
O CASO DA COPRAN**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade – da Universidade Estadual de Londrina, sob apreciação da seguinte banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Fabiula Meneguete Vides da Silva
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Eliel Machado
UEL – Londrina - PR

Londrina, 06 de fevereiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Especialmente, agradeço:

A Deus, por tudo.

À minha família, pelo total apoio e pelo imenso amor.

Ao Prof. Dr. Luis Miguel, pelas orientações e pelo companheirismo.

Ao Prof. Dr. Benilson Borinelli, por me ensinar a ser pesquisador desde os primeiros anos da minha graduação, nos tempos do Projeto de Pesquisa.

Aos outros professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (PPGA-UEL), pelos ensinamentos compartilhados e pelas relações de amizade que estabelecemos.

Aos amigos de turma, pelas amizades e pelas sugestões construtivas. Em especial, ao Douglas Godoy, que me auxiliou na escolha do tema e na definição das diretrizes desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Eliel Machado e ao Renato Rayner, por me apresentarem ao coordenador do Assentamento Dorcelina Folador.

Ao Pedrinho, pela disposição e por me apresentar aos entrevistados.

Aos entrevistados, pela disposição e pela confiança.

Aos gestores da Prefeitura Municipal de Londrina, por autorizarem meu afastamento durante o período de realização do mestrado.

Concluir o mestrado, em geral, e esta dissertação, especificamente, não foi fácil. No entanto, com o auxílio dessas pessoas, conseguimos. Graças a Deus.

“O sistema econômico e social é injusto na sua raiz. [...] Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população vêm-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída.”

(Papa Francisco, 2013)

MARCONI, Ivan César. **A influência do MST na reconfiguração da identidade dos seus associados: o caso da COPRAN.** 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo principal compreender a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. Especificamente, foram traçados três objetivos: descrever o processo de formação e as características da COPRAN; entender o processo de reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN; entender o papel do MST no processo de reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. Este estudo está inserido no paradigma interpretativo, e se trata de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Na classificação quanto à estratégia de estudo, este foi um estudo de caso. O instrumento de coleta de dados primários da presente pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, com o apoio dos métodos da história oral e da entrevista de história de vida. Como resultado, percebemos que a reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN ocorreu de duas maneiras: reconfiguração genérica e reconfigurações específicas. Consideramos como reconfiguração genérica a reconfiguração da identidade ocorrida devido à influência do MST. Dividimos a reconfiguração genérica nas seguintes categorias de reconfigurações específicas: influência de um novo território na reconfiguração da identidade, relevância dos rituais de memória social e coletiva no fortalecimento da identidade sem-terra, afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento, relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade sem-terra e perspectivas dos associados da COPRAN. Analisando a história de vida dos associados da COPRAN, percebemos que eles, em geral, tiveram suas identidades reconfiguradas a partir do momento em que entraram no MST, ou seja, o MST foi fundamental no processo de reconfiguração das identidades.

Palavras-chave: Identidade. Cooperativa MST. COPRAN. Assentamento Dorcelina Folador.

MARCONI, Ivan César. **The influence of the MST in the reconfiguration of the identity of its associates: the case of COPRAN.** 2013. 133 p. Dissertation (Master's Degree in Administration) – State University of Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This work was aimed at understanding the influence of the MST in the reconfiguration of the identity of members of COPRAN. Specifically, three objectives were set: describe the process of formation and characteristics of COPRAN; understand the process of reconfiguration of the identity of members of COPRAN; understand the role of MST in the process of reconfiguring the identity of members of COPRAN. This study is embedded in the interpretive paradigm, and it is a qualitative, exploratory and descriptive study. In the classification as the study strategy, this was a case study. The instrument used to collect primary data of this research was the semi-structured interview, with the support of the methods of oral history and life history interview. As a result, we realized that the reconfiguration of the identity of members of COPRAN occurred in two ways: generic and specific reconfigurations. We consider generic reconfiguration the reconfiguration of identity occurred because of the influence of the MST. We divide the generic reconfiguration in the following specific categories of reconfigurations: influence of a new territory in the reconfiguration of identity, social relevance of ritual and collective memory in strengthening the identity landless, affirmation of identity in transition of landless camp to settlement, relevance of collective identity in the affirmation of identity landless and perspectives of members of COPRAN. Analyzing the history of life of members of COPRAN we realized they generally had their identities reconfigured from the moment we entered the MST, that is, the MST was crucial in the process of reconfiguration of identities.

Keywords: Identity. Cooperative MST. COPRAN. Settlement Dorcelina Folador.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Famílias assentadas.....	27
Quadro 2 – Características do Cooperativismo Tradicional e Alternativo.....	41
Quadro 3 – Entrevistados: Primeira Etapa	68
Quadro 4 – Entrevistados: Segunda Etapa	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CAD/PRO	Cadastro de Produtor Rural
CCA	Cooperativa Central de Reforma Agrária
CEASA	Centrais de Abastecimento
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COANA	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante
COANOL	Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda.
COCAMAR	Cooperativa de Cafeicultores de Maringá
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPTIL	Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda.
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organização das Cooperativas do Estado
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PET	Politereftalato de etileno
PJ	Pastoral da Juventude

PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
STIAAR	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Arapongas e Rolândia
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVO GERAL.....	15
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	MOVIMENTOS SOCIAIS	18
2.1.1	MST	20
2.1.1.1	Estrutura organizacional do MST	26
2.2	COOPERATIVISMO.....	30
2.2.1	Cooperativas no Brasil	31
2.2.2	Empresa Capitalista VS Empresa Solidária	33
2.2.3	Cooperativismo de Consumo	35
2.2.4	Cooperativismo de Crédito.....	36
2.2.5	Cooperativismo de Compras e Vendas.....	37
2.2.6	Cooperativismo de Produção	38
2.2.7	Cooperativismo no MST.....	39
2.3	IDENTIDADE.....	42
2.3.1	Construção da Identidade	46
2.3.2	Identidade e Diferença	49
2.3.3	Concepção de Identidade neste Trabalho.....	51
3	REVISÃO EMPÍRICA	54
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
4.1	CLASSIFICAÇÕES	61
4.2	ESTRATÉGIAS DE COLETA DOS DADOS	63
4.3	CATEGORIAS DE ANÁLISE	63
4.4	ENTREVISTADOS.....	65
4.5	LIMITES DA PESQUISA	70

5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
5.1	ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR	71
5.1.1	De 1999 a 2000: período de gestação	73
5.1.2	De 2000 a 2005: período de infância e adolescência.....	76
5.1.2.1	Principais impasses no Assentamento Dorcelina Folador.....	81
5.2	COPRAN.....	85
5.2.1	De 1997 a 2003: a antiga COPRAN.....	86
5.2.2	De 2005 a 2013: a atual COPRAN.....	88
5.2.3	Benefícios e Limites da Atual COPRAN	93
5.2.4	Modelo de cooperativismo adotado pela atual COPRAN.....	97
5.3	RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ASSOCIADOS DA COPRAN	99
5.3.1	Influência do MST na Reconfiguração da Identidade dos Associados da COPRAN.....	100
5.3.2	Influência de um Novo Território na Reconfiguração da Identidade	104
5.3.3	Relevância dos Rituais de Memória Social e Coletiva no Fortalecimento da Identidade Sem-Terra.....	106
5.3.4	Afirmção da Identidade Sem-Terra na Transição Acampamento–Assentamento	108
5.3.5	Relevância da Identidade Coletiva na Afirmção da Identidade Sem-Terra	109
5.3.6	Perspectivas dos Associados da COPRAN	110
5.3.6.1	E se eu não estivesse no MST?.....	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICES	131
	APÊNDICE A –Roteiro de Entrevista 1 – Formação da COPRAN	132
	APÊNDICE B –Roteiro de Entrevista 1 – Reconfiguração da identidade dos associados	133

1 INTRODUÇÃO

A doutrina neoliberal surgiu logo após a II Guerra Mundial, nas regiões da Europa Ocidental e da América do Norte. Esta veio como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. O texto de Friedrich Hayek, intitulado “O Caminho da Servidão”, escrito em 1944, atacou as limitações dos mecanismos de mercado por parte do Estado, como sendo uma ameaça à liberdade econômica e política (ANDERSON, 1995).

Em 1947, Hayek convidou para uma reunião algumas pessoas, que compartilhavam sua orientação ideológica. “Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros” (ANDERSON, 1995, p. 10). Fundou-se, então, a Sociedade de Mont Pèlerin, um tipo de franco-maçonaria neoliberal que tinha reuniões internacionais a cada dois anos, com o propósito de combater o keynesianismo e o solidarismo estatal e organizar os alicerces de outro tipo de capitalismo, livre de regras e proteções para o futuro (ANDERSON, 1995).

Hayek e seus companheiros consideravam que o novo igualitarismo, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Eles argumentavam que a desigualdade era necessária, pois as sociedades ocidentais precisavam dela. As ideias de Hayek e seus companheiros permaneceram na teoria durante mais ou menos 20 anos, na época em que o capitalismo avançado estava na sua idade de ouro, com o crescimento mais rápido da história – décadas de 1950 e 1960. Porém, em 1973, o sistema capitalista caiu em longa e profunda recessão e a partir de então as ideias neoliberais começaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1995).

Segundo Anderson (1995), as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que pressionavam o Estado para que este aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Nesse sentido, com o passar do tempo, os Estados que adotavam o modelo de bem-estar social começaram a apresentar déficits fiscais crônicos, pois as despesas estavam aumentando e as receitas não. Atrelado a isso, o Bloco Soviético entrou em crise e deixou de ser uma ameaça aos governos, que adotavam políticas de bem-estar

social. Nesse contexto, a doutrina neoliberal foi se fortalecendo com o passar dos anos.

Anderson (1995) aponta que a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, fortaleceram o projeto neoliberal, pois foram os primeiros a colocar em prática as políticas neoliberais e, por meio delas, acabaram com o pouco do estado de bem-estar social que ainda restava. No ano de 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. O Chile, sob a ditadura de Pinochet, foi o pioneiro a adotar práticas neoliberais duras, com desregulação, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos e privatização de bens públicos. O neoliberalismo chileno pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma ditadura, porque “a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo” (ANDERSON, 1995, p. 19).

De acordo com Duménil e Lévy (2004), o neoliberalismo, nos Estados Unidos, trouxe aumento de renda entre as famílias mais ricas, mas para as outras classes e países o custo foi alto: crescimento lento, desemprego, desarticulação das sociedades, miséria, etc. Portanto, “do ponto de vista de seus objetivos, o neoliberalismo foi um sucesso brilhante” (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 21). Atualmente, as políticas neoliberais têm impulsionado uma nova fase de crescimento da economia mundial, caracterizada por uma internacionalização das finanças e dos processos produtivos e pelo aumento do processo de centralização e controle do poder, cujas vítimas têm sido os trabalhadores e as políticas de desenvolvimento dos países periféricos (ARCEO, 2006; BOGO, 2010).

Porém, diante desse contexto, as contradições são superlativas e insustentáveis. Cerca de 2,4 bilhões dos habitantes do mundo – 43% – vivem com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhão – 22,4% – vivem com menos de 1,25 dólar por dia (WORLD BANK, 2012). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2012), 868 milhões de pessoas sofre subnutrição no mundo, o que representa 12,5% da população mundial. Os percentuais aumentam para 23,2% nas nações em desenvolvimento e caem para 14,9% nos países desenvolvidos.

No Brasil, o rendimento dos 20% mais ricos é bem maior do que o rendimento dos 20% mais pobres, ou seja, enquanto a renda média mensal per

capita dos 20% mais pobres é de R\$ 159,74, a dos mais ricos é de R\$ 2.629,86 (IBGE, 2011). Um indicador que mede o grau de desigualdade entre os indivíduos é o Coeficiente de Gini, cujo valor pode variar de zero, quando não há desigualdade (todos têm rendas iguais) até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas uma pessoa detém toda a renda da sociedade). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), a desigualdade da renda per capita no Brasil, em 2011, foi de 0,508. A concentração de terra, por sua vez, é grande e tem aumentado no Brasil. Para a estrutura agrária, o índice de Gini foi de 0,836 em 1967 (ano em que começou o cadastramento de terra detalhado junto ao Governo Federal), aumentou para 0,848 em 1999 e passou para 0,858 em 2006, segundo o censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006).

Diante de tamanhas contradições e iniquidades que ameaçam a sustentabilidade, surgem propostas alternativas no plano econômico, mais especificamente no universo organizacional. Nestes aspectos, alguns movimentos sociais se destacam com suas ideias e ações contra-hegemônicas. Dentre esses movimentos, destacamos o MST, que por sua vez se organiza, em alguns locais, de forma cooperativa. Os modelos de cooperativismo adotados pelo MST, além de terem o caráter econômico e social, também têm uma preocupação com as questões ambientais e políticas.

Nesse sentido, para compreender como se dá o funcionamento das cooperativas do MST, é necessário entender, antes de tudo, o que é uma cooperativa do MST, quais são seus valores, suas crenças, seus ideais, seu jeito de ser. Acreditamos que isso é identidade, ou seja, consideramos que identidade é a autodefinição do indivíduo, do grupo ou da organização, que sempre está em construção, sendo configurada e reconfigurada por meio de interações entre os indivíduos, os grupos e as organizações. Sendo assim, neste trabalho, analisaremos aspectos relacionados à identidade de uma cooperativa do MST.

Tendo em vista que uma cooperativa é composta por associados, acreditamos que ao conhecermos a identidade dos associados, conheceremos a identidade da cooperativa. Algumas pesquisas (DERROSSO, 2012; RAMPAZO, 2009; TEDESCO, 2009; VIEIRA, 2005) analisam a reconfiguração das identidades dos indivíduos, decorrente da ação de Movimentos ou Organizações. O MST, especificamente, conta com uma estrutura que permite que ali haja a reprodução dos símbolos e valores do movimento, em que se percebe um processo de

permanente [re]construção da identidade sem-terra (NEPOMUCENO, 2010). É nesse contexto que se desenvolve este estudo, que objetivou compreender a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa–COPRAN, que está localizada dentro do Assentamento Dorcelina Folador, na cidade de Arapongas, região norte do Estado do Paraná.

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o processo de formação e as características da COPRAN;
- Entender o processo de reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN;
- Entender o papel do MST no processo de reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se em termos teóricos e práticos. A primeira justificativa teórica se encontra na necessidade da realização de trabalhos, que abordem o MST na área de Administração. De acordo com Domingues (2007), dentre as vinte e três áreas do conhecimento, que citam o MST em teses e dissertações, a área de Administração está situada na décima quarta colocação. A segunda justificativa teórica está presente no trabalho de Rampazo (2009), que encontrou em sua pesquisa a necessidade de estudar a identidade dos indivíduos.

Na área dos Estudos Organizacionais, justamente porque para compreendê-la melhor, há a necessidade de se mergulhar em diversos campos do saber – sociologia, psicologia, história, antropologia entre outras – o que torna mais rico o nosso entendimento sobre as organizações, o contexto em que elas estão inseridas e as pessoas que delas fazem parte (RAMPAZO, 2009, p. 180).

Este trabalho se justifica também em termos práticos, pois alguns associados de outras cooperativas poderão se identificar com a história de vida de alguns dos associados da COPRAN, utilizando este estudo como elemento comparativo de sua situação de vida atual ou passada. Além disso, o modelo de cooperação, adotado pela COPRAN, poderá ser analisado e comparado com os modelos de outras cooperativas. Nestes aspectos, este estudo poderá servir como ponto de partida para outros, no sentido de se analisar outras cooperativas, não necessariamente pertencentes ao MST.

Quando se fala do MST para as pessoas, observam-se diferentes reações e muitos ousam fazer afirmações sobre o Movimento sem conhecê-lo de fato. Dessa forma, a princípio, nos surgiu a seguinte inquietação: por que o MST é tão polêmico? Imaginamos, então, que o Movimento poderia ser polêmico pelo motivo de ser pouco estudado e pouco conhecido. Assim, percebemos que seria interessante estudar o MST, desde que o tema a ser analisado fosse relevante. Nesse sentido, antes de decidirmos o tema de pesquisa, fizemos uma pesquisa sobre o MST, com o intuito de identificar alguma lacuna existente. Analisamos trabalhos acadêmicos, livros, notícias, filmes e vídeos feitos pelo Movimento, bem como debates sobre a legitimidade do Movimento.

Decidimos analisar a COPRAN por três motivos: conveniência, inquietações dos pesquisadores e alinhamento ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. A COPRAN está localizada na cidade de Araçongas-PR, que fica a pouco mais de 35 km de distância da cidade de Londrina-PR. Além disso, esta é a cooperativa mais próxima da cidade onde residimos, por isso nos foi conveniente tal escolha. Geralmente, o problema de pesquisa surge de uma inquietação dos pesquisadores e as cooperativas são um dos objetos de análise de uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina.

Escolhemos estudar os associados, pois acreditamos que para estes a dedicação e a adesão aos princípios do Movimento deve ser maior, e suas identidades podem estar mais próximas à identidade do MST e de suas cooperativas, se comparado com os integrantes do Movimento que não são associados. Nestes aspectos, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: como se dá a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN?

Buscamos, ao longo deste trabalho, responder esse questionamento. Para tanto, estruturamos este trabalho da seguinte maneira. Na fundamentação teórica, apresentamos conceitos centrais sobre movimentos sociais, MST, cooperativismo e identidade. Após a fundamentação teórica, apresentamos a revisão empírica. Na sequência, expomos os procedimentos metodológicos. Depois, analisamos os resultados desta pesquisa, com a descrição da formação e das características da COPRAN, a análise da reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN e a influência do MST nesse processo. Por fim, apresentamos as considerações finais desta dissertação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O modelo capitalista, com suas origens nos séculos XIII e XIV, favoreceu diversos avanços e revoluções, como a revolução industrial e a revolução tecnológica. Apesar disso, tal modelo também favoreceu o desemprego, a poluição do meio ambiente e os acidentes no trabalho. Suas crises, cada vez mais recorrentes, criaram ou aumentaram problemas sociais e nesse processo, geralmente, as pessoas menos favorecidas são as mais afetadas de forma negativa.

Uma das crises do capitalismo, a de 1973, favoreceu o fortalecimento da doutrina neoliberal, que é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Essa doutrina, segundo Duménil e Lévy (2004), trouxe aumento de renda entre as famílias mais ricas dos Estados Unidos, mas para as outras classes e países o custo foi alto: crescimento lento, desemprego, desarticulação das sociedades, miséria, etc.

Atualmente, as desigualdades e insustentabilidades são uma triste realidade que caracterizam diversos países. Ainda existem muitas pessoas subnutridas, com rendimentos miseráveis, enquanto para outras pessoas a abundância e o desperdício acontecem diariamente em seus lares ou locais de trabalho. Diante dessas e de outras contradições, surgem propostas alternativas, e alguns movimentos sociais se destacam com suas ideias e ações contra-hegemônicas. Dentre esses movimentos, destacamos o MST.

O MST, considerado um contramovimento às crises pelas quais estamos passando, também se organiza de forma cooperativa e a análise de seus valores, suas crenças, seus ideais e seu jeito de ser perpassa antes de tudo em sua identidade. Dessa forma, dividimos a fundamentação teórica deste trabalho em três partes. Na primeira parte, definimos os conceitos e características dos movimentos sociais e do MST. Num segundo momento, para se entender o funcionamento do sistema cooperativo do MST, mostramos as origens do cooperativismo e os tipos e características das cooperativas. Finalmente, definimos conceitos relacionados à identidade.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Scherer-Warren (2008), os movimentos sociais podem ser compreendidos a partir da ideia de “ação coletiva”, termo que geralmente se refere às formas de associações civis, agrupamentos para a defesa de interesses civis ou públicos. SCHERER-WARREN (2008) define movimentos sociais como:

Redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, em torno de uma identidade ou identificações comuns, definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social (SCHERER-WARREN, 2008, p. 442).

Para Gohn (2011), os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Nesse sentido, a população se expressa de diversas formas, que variam da simples denúncia, passam pela pressão direta e podem chegar a pressões indiretas Gohn (2011). De acordo com a autora, os movimentos sociais precisam ser analisados em termos de estruturas de poder ou como produtores de poder. Nestes aspectos “os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet” (GOHN, 2011, p. 335).

Segundo Nash (2012), “redes” são importantes para a definição de movimentos sociais e para distingui-los de outras formas de organização política, com base no fato de que eles são mais do que organizações hierárquicas e burocráticas. De acordo com a autora, não há razão para supor que as redes de movimentos sociais são inerentemente diferentes ou distintas das redes de estados ou de corporações. Também não há razão para se ter dificuldades em distinguir os movimentos sociais, pois eles são classicamente definidos por dois elementos: a elaboração de identidade coletiva e a participação em conflitos (NASH, 2012).

Gohn (2008) divide o universo dos movimentos sociais em três frentes de ações, buscando ponderar suas demandas, seus formatos organizativos e seu campo de atuação. A primeira forma é composta por movimentos identitários, que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, que pertencem a

segmentos sociais excluídos, geralmente, mas não necessariamente, pertencentes às camadas populares. Nesse formato, incluem-se, por exemplo, as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios e de pertencimentos identitários coletivos.

A segunda forma é composta pelos movimentos, que lutam por melhores condições de vida e de trabalho, seja no meio urbano ou rural. Tais movimentos lutam pelo acesso e por condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário, etc. O terceiro tipo de movimentos sociais é composto de movimentos globais ou globalizantes, como o Fórum Social Mundial. Esses movimentos lutam em redes sociopolíticas e culturais, responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais (GOHN, 2008).

No Brasil e em muitos países da América Latina, entre as décadas de 1970 e 1980, salientaram-se os movimentos sociais populares, que se opunham aos regimes militares. O cenário sociopolítico alterou-se, consideravelmente, entre os últimos anos da década de 1980 e ao longo da década de 1990. Nesse período, houve declínio das manifestações de rua, ao passo que surgiram outras formas de organizações populares mais institucionalizadas, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, etc. A década de 1990 também foi marcada pela criação de uma Central dos Movimentos Populares, que estruturou vários movimentos, buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais (GOHN, 2011).

2.1.1 MST

Dentre os diversos movimentos sociais, que surgiram no Brasil destacamos o MST, que foi constituído de pequenos proprietários que perderam suas terras, filhos de pequenos proprietários, assalariados rurais, trabalhadores atingidos por barragens hidrelétricas e rurais atingidos pelo desenvolvimento capitalista do campo (COLETTI, 2005). Segundo Bicas (2009), a luta do MST e de tantos outros movimentos do campo tem na sua base a herança de um sistema de distribuição da terra, que levou ao problema da concentração de terras no Brasil nas mãos de poucos. Essa questão inicia-se no Brasil, segundo a autora, com a

chegada da Coroa Portuguesa, que distribuiu as terras com base no sistema sesmarial, com a função de estimular a produção de cana-de-açúcar e garantir o povoamento da região. As práticas de concessão das sesmarias, já usadas em Portugal, sofreram adaptações quando aplicadas nas colônias, onde se incentivou a concentração de terras. O sistema sesmarial foi abolido com a independência, mas seu impacto sobre a estrutura fundiária do país está presente até hoje (BICAS, 2009).

O problema da concentração de terras não desapareceu com a Independência do Brasil, em 1822. A Lei de Terras, criada em 1850, estabeleceu a compra como a única forma de acesso a terra e que as terras ainda não ocupadas passariam a ser propriedade do Estado. Com isso, o trabalhador rural ficou impedido de tornar-se proprietário, continuando a submeter-se ao poder dos oligarcas. Antes dessa lei, a aquisição de terras era feita, legal e oficialmente, pela ocupação e a posse era concedida àqueles que após ocuparem a terra, mantivessem certo índice de produção agrícola regular, repassando parte dos lucros para a Coroa Portuguesa, na forma de impostos (BICAS, 2009).

A partir de 1850, se começa a desenhar o fim da escravatura, cuja abolição se deu no ano de 1888. Aconteceram algumas guerras populares camponesas, como a de Canudos, no sertão da Bahia, em 1896, e a guerra do Contestado, em 1914, na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. Foi dessa forma que foram certificadas as bases para que milhões de trabalhadores rurais ficassem impedidos de ter acesso à terra, sendo obrigados a inserirem-se no processo de êxodo¹ (BICAS, 2009).

Anteriormente ao Golpe Militar de 1964, começaram ebulições onde surgiu a temática da reforma agrária. O governo do Presidente João Goulart (1962-1964) foi marcado pela abertura às organizações sociais, época em que os movimentos populares e sindicalistas ganharam espaço. O golpe militar de 1964, que durou até 1985, contribuiu para o desaceleramento ou quase aniquilamento dos movimentos agrários que até então haviam despontado. Foram anos marcados por forte repressão. O governo militar concebeu e aprovou o Estatuto da Terra, em 1964, que em vez de trazer benefícios socioeconômicos aos trabalhadores rurais, reafirmava os interesses dos grandes proprietários e das empresas rurais, com o

¹ Esta situação começou a se alterar com a Constituição de 1988, considerada mais democrática por legitimar a desapropriação da terra para fins de reforma agrária.

intuito de promover o capitalismo no campo. Neste modelo agrícola, não havia mais tanto espaço para os trabalhadores rurais. Muitos se tornaram assalariados ou abandonaram o campo, promovendo o êxodo rural (BICAS, 2009).

Nos anos 1970, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) espalhavam-se pelo país, sendo uma forma de organizar os trabalhadores rurais e urbanos para lutar pelos seus direitos e contra as injustiças sociais. A Pastoral da Juventude (PJ), em 1975, criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que denunciou os violentos conflitos fundiários². A CPT contribuiu para a organização e o desenvolvimento de diversos movimentos sociais no campo, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

De acordo com Fernandes (2005), a gestação do MST começou no ano de 1979, quando aconteceram as primeiras lutas de resistência e de ocupações nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No âmbito mundial, foi nessa época que houve o fortalecimento do projeto neoliberal, favorecido pelas eleições de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra e de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos (ANDERSON, 1995).

Fernandes (2005) divide a formação e territorialização do MST em três momentos. O primeiro momento, denominado “gestação e nascimento do MST”, é compreendido pelas lutas que formaram o MST e que aconteceram entre os anos de 1979 e 1985. Neste período houve ocupações de terra em cinco estados do centro-sul brasileiro (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). Em julho de 1982, em Medianeira, no Paraná, ocorreu o primeiro encontro para debater o crescimento da luta pela terra. Em setembro deste mesmo ano houve um novo encontro organizado em Goiânia–GO, onde os camponeses de todas as regiões do país debateram sobre a criação de um movimento camponês em escala nacional. Em 1983 foram realizados mais dois encontros, até que em 22 de janeiro de 1984, o MST foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, no município de Cascavel–PR (FERNANDES, 2005).

Fernandes (2005) denominou o segundo momento da formação do MST de “territorialização de consolidação do MST”. Este segundo momento é

² Segundo Vendramini (2007), “o MST surgiu quando as oposições sindicais rurais afloram e cresce a revolta popular urbana, quando a Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação, assume sua preferência pelos pobres, pelos sem-terra, sem-teto...” (VENDRAMINI, 2007, p. 1403).

compreendido pelas lutas que aconteceram entre os anos 1985 e 1990. Neste período, o MST completou sua territorialização por meio da ocupação de terras e ocorreu a consolidação nacional do movimento. Neste momento, foram idealizadas as primeiras cooperativas sob influência do modelo cubano, sendo que entre 1989 e 1990 foram formadas as primeiras cooperativas, como a COANOL (Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda) e a COOPTIL (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda), criadas no Rio Grande do Sul (FABRINI, 2002).

Foi nesse período que a onda neoliberal começou a atingir a América Latina, representando o enfraquecimento das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais classistas. A partir disso, houve uma proliferação das ONGs, responsáveis por transformar suas propostas em projetos de desenvolvimento social (Pinheiro, 2007). Na América Latina, a virada em direção ao neoliberalismo começou depois

da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

Enquanto isso, no Brasil, o então presidente José Sarney (1985-1990) estabeleceu alguns compromissos com o MST. As metas ambiciosas de assentar 1 milhão e 400 mil famílias resumiram-se, no final do governo, a cerca de 80.000 famílias assentadas. No I Congresso do MST, a palavra de ordem era “Ocupação é a Única Solução”. Entre esse governo e o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) a União Democrática Ruralista (UDR) ganhou poder e atuou em três frentes: no braço armado, na bancada ruralista (no parlamento) e através da mídia, sua aliada. O governo Fernando Collor ficou conhecido por parar os assentamentos e por não liberar dinheiro aos assentados. Em 1990 aconteceu o II Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Brasília e a palavra de ordem era “Ocupar, Resistir e Produzir” (BICAS, 2009).

O terceiro momento da formação do MST, intitulado por Fernandes (2005) de “territorialização e institucionalização do MST”, começou na década de 1990. Nesta década, as ocupações multiplicaram-se e houve a ampliação da

estrutura organizativa do movimento, que o tornou conhecido no Brasil e no exterior. O governo Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária e tomou algumas medidas. Em 1992, foi criada a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) na cidade de Curitiba. Foi implementada, em 1993, a Lei Agrária, que regulamentou as desapropriações de terra. Essa lei possibilitou o “rito sumário”, que exige que o poder judicial decida em 120 dias se a propriedade é ou não passível de ser desapropriada. Em julho de 1995, em Brasília, o MST participou do III Congresso Nacional e a palavra de ordem foi “Reforma Agrária, uma Luta de Todos” (BICAS, 2009).

Em relação à onda neoliberal, ela se iniciou no Brasil por volta de 1990, com a eleição direta do presidente Fernando Collor de Mello. Porém, as políticas neoliberais ganharam força durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, período em que foi implantado o Plano Real. Nesse período houve concentração da riqueza, desemprego e aumento da miséria, e algumas práticas do governo foram: contenção dos gastos públicos, privatizações, fim dos subsídios às importações e práticas políticas favoráveis à concentração do capital financeiro internacional, nacional e associado. Na agricultura, aumentou a mecanização, a produção extensiva e o uso de fertilizantes, pesticidas e de sementes selecionadas para tornar as plantas mais produtivas (FILGUEIRAS, 2001; MACHADO, 2006).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), aproximando-se do projeto neoliberal, priorizou a agro exportação, e isso trouxe danos para quem vivia no campo: aumentou a pobreza, as desigualdades, o êxodo rural e a falta de trabalho e de terra. Este governo foi marcado pela busca da desmobilização dos movimentos sociais, e houve uma tentativa permanente de tornar o MST ilegítimo. Foi um governo marcado pelo aumento significativo das prisões políticas e de processos judiciais contra lideranças, aumentando também a violência e morte de trabalhadores rurais. Foi neste governo que ocorreram os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, que levou à morte alguns camponeses no conflito com os policiais. Em 2000 realizou-se o IV Congresso Nacional do MST, em Brasília e a palavra de ordem foi “Reforma Agrária, por um Brasil sem Latifúndio” (BICAS, 20097).

No governo de Lula da Silva (2003-2010), esperava-se que a situação agrária do país passaria por modificações. A vitória de Lula nas eleições foi

o resultado de um amplo e histórico movimento de massas, organizado pelos movimentos sociais, partidos, movimentos estudantis, pastorais, sociais e outros. Entretanto, a vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola, e a tão esperada reforma agrária deixou a desejar. Famílias foram assentadas, mas o problema da questão agrária persistiu. Neste governo, a reforma agrária ficou acoplada à expansão do agronegócio no país. Em 2007 o MST realizou seu V Congresso Nacional, em Brasília, e a palavra de ordem foi “Reforma Agrária por Justiça e Soberania Popular”.

De acordo com Vergara-Camus (2009), o governo Lula teve algumas políticas, que afetaram os pequenos produtores agrícolas: os créditos para pequenos agricultores dobraram e foram disponibilizados antes da colheita, dívidas foram renegociadas e parcialmente canceladas e as garantias de comercialização, como preços mínimos para culturas de rendimento, foram estendidas. No entanto, em relação à reforma agrária, o recorde de Lula foi tímido, na melhor das hipóteses, pois pouco avançou em relação ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Antes de se tornar presidente, Lula apoiou algumas ocupações de terras, marchas e fóruns organizados pelo MST e por outros grupos camponeses. Em 2002, no entanto, a posição do PT – Partido dos Trabalhadores mudou: a reforma agrária deixou de ser parte integrante da luta pelo socialismo e se tornou uma política essencial de desenvolvimento econômico, que poderia gerar empregos, produzir alimentos para o consumo doméstico e ajudar a tornar o alimento disponível para todos. Dessa forma, esvaziada de seu conteúdo político, a reforma agrária ficou subordinada a objetivos econômicos (WELCH, 2011).

Segundo Welch (2011), a redefinição do governo Lula reflete a mudança do PT para uma “terceira via”, com estratégias que não são socialistas e nem neoliberais. O projeto agrário do PT se baseou em duas frentes. O Ministério da Agricultura promoveu uma modernização agressiva, exportação, comércio e agenda em conluio com o agronegócio. O Ministério de Desenvolvimento Agrário se concentrou no desenvolvimento da agricultura familiar, investindo em programas de compras governamentais, melhorias de infraestrutura em assentamentos de reforma agrária existentes e formalizando as relações entre os posseiros e os pequenos proprietários e evitando o confronto com os grandes proprietários particulares (WELCH, 2011).

Enquanto ex-administrações presidenciais responderam com repressão, Lula condenou tais ações, mas defendeu a autonomia das organizações da sociedade civil como essencial para a democracia nascente no Brasil. Apesar de se ter repressão também no governo Lula, foram atos limitados para ações da polícia estadual ou local, ou para o Congresso, onde legisladores conservadores usaram as ferramentas à sua disposição para diminuir os recursos destinados aos movimentos (WELCH, 2011).

Alguns setores vinham desempenhando um papel combativo das políticas neoliberais, mas parece que refluíram a partir de 2002. No Brasil, o MST diminuiu suas ações políticas com a eleição do governo Lula (2002-2006) e os movimentos piqueteiros, na Argentina, perderam a combatividade com a eleição de Kirschner, em 2003. “Se naquela época não se traduziam em movimentos de amplitude nacional, com o refluxo relativamente recente, as chances diminuíram ainda mais” (Machado, 2006, p. 63). Acontece que este refluxo não se deu devido à amenização das políticas liberalizantes, mas, ao contrário, essas políticas se intensificaram (MACHADO, 2006).

Ao contrário de Lula, Dilma não tem registros de apoio e participação na luta pela terra. Em seu governo, Dilma tem priorizado a criação de cooperativas modernas, capazes de empregar tecnologias e buscar um espaço no mercado. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013), em 2011 foram assentadas 22.021 famílias e no ano seguinte foram assentadas 23.075 famílias. O quadro a seguir auxilia na compreensão do número de famílias assentadas a cada ano, segundo dados do INCRA (2013):

Quadro 1 – Famílias assentadas

Ano	Famílias Assentadas
Até 1994	58.317
1995	42.912
1996	62.044
1997	81.944
1998	101.094
1999	85.226
2000	60.521
2001	63.477
2002	43.486
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506
2006	136.358
2007	67.535
2008	70.157
2009	55.498
2010	39.479
2011	22.021
2012	23.075
TOTAL	1.258.205

Fonte: adaptado de INCRA (2013)

Apesar dos dados do INCRA serem propositalmente desatualizados, como foi apontado por Oliveira (2007), eles indicam que os anos de 2011 e 2012 foram os que tiveram os menores números de famílias assentadas dos últimos 19 anos. De acordo com Antonelli (2012), diversos motivos contribuem para a queda nos números de reforma agrária no país. Um dos motivos apontados, segundo o autor, é a prioridade que o governo tem dado à política comercial externa, que depende da exportação de matérias-primas, cuja maioria é oriunda do campo.

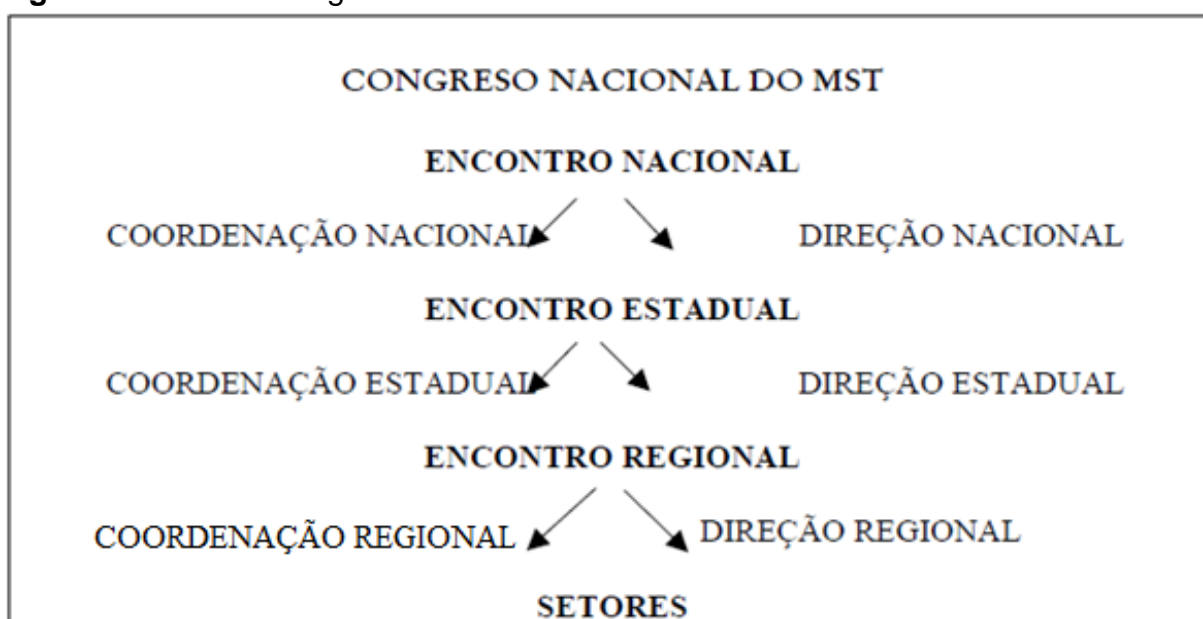
Além disso, segundo Antonelli (2012), não há mais uma pressão forte da massa para que a reforma agrária seja tratada de forma mais ágil. Outro ponto que contribui para a desaceleração da reforma agrária é a prioridade que o governo tem dado em melhorar a infraestrutura dos assentamentos existentes, ao invés de criar novos. Somado a isso, o INCRA encara a dificuldade de encontrar áreas improdutivas para realizar a desapropriação e quando as encontra, o preço é muito alto, haja vista que subiu quase dez vezes em apenas 12 anos. Por fim, Antonelli (2012) indica que a normativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente

(CONAMA), que entrou em vigor em 2006, pede que qualquer assentamento tenha uma espécie de licença ambiental para funcionar. Isso torna o processo mais lento.

2.1.1.1 Estrutura organizacional do MST

De acordo com Garcia (2004), o Movimento tem a seguinte estrutura organizacional:

Figura 1 – Estrutura organizacional do MST.



Fonte: Garcia, 2004, p. 162.

A organização do MST conta com uma Coordenação Nacional, composta por militantes representantes dos estados; uma Direção Nacional na qual cada Estado possui um representante; uma coordenação e uma direção estadual, além de uma coordenação e uma direção regional. As Coordenações e as Direções estaduais são eleitas, a cada dois anos, no Encontro Nacional, onde participam os delegados escolhidos em cada um dos Estados. O Encontro Nacional, além de ser um espaço de caráter eletivo, é um espaço também de revisão e avaliação dos processos e diretrizes de organização de regime interno (GARCIA, 2004).

O Congresso Nacional, instância máxima do MST, é realizado a cada cinco anos e tem caráter deliberativo, onde participam os delegados escolhidos de cada Estado, militantes e convidados de outras frentes de luta. Nele, são discutidas as linhas gerais de regimento e a estrutura orgânica do movimento. O

primeiro Congresso Nacional aconteceu em Curitiba, em 1985, e os outros foram realizados em Brasília, no Distrito Federal (GARCIA, 2004).

Os Encontros Estaduais acontecem anualmente, com o intuito de se estabelecer as prioridades e as metas de atuação no decorrer do ano, de acordo com a realidade regional. Nesses encontros, a cada dois anos, são eleitas as Coordenações e as Direções Estaduais. Os Encontros Regionais também acontecem anualmente e, a cada dois anos, nomeia-se a Direção Regional e elege-se a Coordenação Regional de base municipal. Nos Encontros Regionais são formuladas as propostas que são encaminhadas ao Encontro Estadual. É nas coordenações e direções regionais que acontecem os debates dos representantes municipais e da Direção Estadual, em que se discute sobre as ações, atividades e propostas específicas para cada comarca (GARCIA, 2004).

Geralmente, os militantes do MST passam por um processo de avanços, que envolve inicialmente o acampamento e, na sequência, o assentamento. O acampamento, caracterizado pelos barracos de lona, geralmente na beira das estradas, prepara a ocupação da terra ou é organizado imediatamente após esta. Nele, as famílias são organizadas com o objetivo principal de ocupar e conquistar a terra. Assim, o acampamento é um meio de sobrevivência e reprodução da vida social por dar origem a uma comunidade que desenvolve uma sociabilidade própria e que se mantém unida, muitas vezes, por vários anos (DAL RI; VIEITEZ, 2004). “Os sem-terra chegam a viver quatro anos embaixo da lona-preta e, sem dúvida alguma, é um exercício “pedagógico” fundamental para a formação política de cada um” (MACHADO, 2005, p. 82).

Os acampados se unem por estarem na mesma condição e para buscarem solucionar vários problemas relativos à transitoriedade do acampamento, como a obtenção e a gestão dos recursos necessários à sobrevivência, à educação e à saúde, por exemplo. É no momento do acampamento “que se dá a impressão da identidade, como se um carimbo vermelho fosse colocado na consciência de cada indivíduo” (BOGO, 2010, p. 148). Depois que a terra é plenamente conquistada, as famílias saem da condição de acampadas e se tornam assentadas. No assentamento, cada família tem seu pedaço de terra e a sobrevivência destes depende da produção agrária.

Ao se tornarem assentados, os indivíduos passam a uma nova condição de vida, com mais qualidade. “Ao lado desse aspecto, outro desafio se

interpõe: a capacidade política de se manter vinculado ao movimento” (MACHADO, 2005, p. 82). Ademais, existe também a necessidade de suporte que os assentados têm ao se tornarem assentados. Nesse sentido, a cooperativa dentro do assentamento é uma opção que pode auxiliar os assentados no sentido de compra ou venda de produtos ou até mesmo, em alguns casos, na coletivização dos meios de produção. A cooperativa, dessa forma, além de possibilitar a preservação dos ideais do MST, pode também permitir maiores oportunidades de sobrevivência e de ganhos para os assentados, que a partir da cooperativa se tornam associados.

2.2 COOPERATIVISMO

As primeiras cooperativas surgiram pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Naquela época, a exploração do trabalho não tinha limites legais. As crianças também eram operárias e os trabalhadores em geral eram intensamente explorados, com cargas horárias desumanas e condições de trabalho insalubres. (SINGER, 2002).

O cooperativismo moderno teve seu início formal a partir das ideias do britânico Robert Owen (1773-1858), proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, na Escócia. Ao contrário dos outros proprietários, Owen limitou a jornada de trabalho e proibiu o emprego das crianças, para as quais ergueu escolas. Isso repercutiu no aumento da produtividade do trabalho e foi alvo de grande admiração e respeito por muitos, inclusive de pessoas de outros países que vinham visitar seu complexo têxtil (Singer, 2002). Outros personagens destacáveis foram Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873) e Pierre Proudhon (1809-1865). Eles, incluindo Robert Owen, elaboraram modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária, mas não apresentaram uma formulação objetiva de como transformar a sociedade da época. Por isso, foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Claude Saint-Simon idealizou uma sociedade com a presença de um Estado industrializado que objetivaria a busca do bem-estar das classes trabalhadoras pela fabricação de produtos úteis à vida, onde o Estado seria também responsável pela redistribuição da riqueza e as classes trabalhadoras estariam unidas em associações de cidadãos (Arroyo; Schuch, 2006). Charles Fourier

concebeu uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais, chamadas falanges ou falanstérios, em que todos desempenhariam papéis importantes visando o bem-estar da comunidade. Nas falanges ou falanstérios a divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada indivíduo (Arroyo; Schuch, 2006). Pierre-Joseph Proudhon, por sua vez, idealizou uma sociedade formada por pequenos produtores que obteriam financiamento de bancos de troca, onde o dinheiro seria substituído por certificados de circulação. Isso faria com que as sociedades trocassem serviços, para que não houvesse a sobreacumulação financeira que mantém a economia virtual das bolsas (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Robert Owen defendeu a criação de uma sociedade comunista, objetivando o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção. Os discípulos de Owen começaram a pôr em prática suas ideias, criando sociedades cooperativas por toda parte (Arroyo; Schuch, 2006). Segundo Singer (2002), a primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais, que sobreviveu de 1821 a 1824. Outro empreendimento owenista foi a Comunidade de Orbiston, fundada em 1826, liderada por Abram Combe, da qual Mudie participou investindo nela tudo o que possuía - 1.000 libras esterlinas - e que deixou de existir no ano seguinte.

Em 1827 surgiu a Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), encabeçada pelo Dr. Willian King, com o objetivo de formar uma comunidade cooperativa owenista. Porém, ela começou a funcionar como um armazém cooperativo para ajudar a formar um fundo de capital, e desapareceu em 1832. A Brighton Association começou, em 1828, a publicação de um pequeno mensário, *The Co-operator*, redigido por King e dedicado a expor sistematicamente os princípios do cooperativismo. Nesse mensário foi constatado que em 1828 existia apenas quatro cooperativas e em agosto de 1830, quando King encerrou a publicação do *The Co-operator*, o número final registrou a existência de mais de 300 cooperativas.

A maioria das cooperativas, que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 (do século XIX), era originada ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Dentre as cooperativas de consumo que surgiram nesse período, se

destaca a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, na Inglaterra, que estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo (SINGER, 2002).

2.2.1 Cooperativas no Brasil

Em 1895 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional—ACI, com o objetivo de promover a integração entre as cooperativas dos diversos países. Em 1869 houve a primeira tentativa de atingir tal objetivo, em que se promoveu um Congresso Internacional com a participação de cooperativistas da França, Alemanha, Suíça, Suécia e Itália (Schneider, 1999). De acordo com Cançado (2007), a constituição da ACI foi realizada em meio a um intenso debate entre duas correntes: a primeira defendia que o processo de transformação da sociedade se daria através das cooperativas de produção e da abolição do trabalho assalariado, com os trabalhadores participando dos excedentes. A segunda corrente era a favor do trabalho assalariado e acreditava que as cooperativas de consumo iriam expandir-se e assumir progressivamente os setores produtivos, sem a necessidade de haver distribuição de excedentes. Ambas acreditavam na transformação da sociedade através do cooperativismo, mas com diferenças de percepção em relação à utilização do trabalho assalariado e à participação dos trabalhadores nos excedentes.

Podemos perceber que o primeiro grupo defendia uma postura mais revolucionária ao capitalismo, mediante a autogestão; ao contrário do segundo grupo, com uma visão reformista e orientada pela heterogestão. O primeiro grupo, que defendia a autogestão, conseguiu fazer com que a ACI fosse fundada segundo a sua orientação. Porém, com o passar do tempo, a corrente defensora do trabalho assalariado e da não participação dos trabalhadores nos excedentes ganhou força e passou a ser hegemônica, e sua hegemonia ainda é presente nos dias atuais (SCHNEIDER, 1999).

No Brasil, a Lei do Cooperativismo (5.764/71) não diferencia as cooperativas populares do cooperativismo tradicional. Isto faz com que uma cooperativa popular seja tratada legalmente no mesmo patamar de direitos e deveres que uma cooperativa agropecuária de grande porte, por exemplo, que exporta toneladas de soja. Segundo Cançado (2007), a principal diferença entre uma

cooperativa tradicional e uma cooperativa popular estaria na própria essência da autogestão. Especificamente, o autor define cooperativas populares como:

organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política. Desta maneira, as principais diferenças entre cooperativas tradicionais e cooperativas populares seriam a concepção de autogestão e a dimensão política (CANÇADO, 2007, p. 66).

Conforme Arroyo e Schuch (2006, p. 28), há indícios de que a primeira sociedade cooperativista brasileira foi “a chamada Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, fundada em 15 de março de 1885, possuidora de 1.003 sócios em 1894, os quais se denominavam consórcios”. Essa sociedade, que adotava os princípios do cooperativismo, tinha a finalidade de cuidar da educação, da saúde e da seguridade de seus membros. Oficialmente, a primeira cooperativa de crédito brasileira, criada no dia 28 de dezembro de 1902, em Nova Petrópolis (RS), foi a Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, que atualmente tem o nome de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Depois desta, muitas cooperativas surgiram em todo o país. Em 1912, foi fundada em Porto Alegre a União das Cooperativas Riograndenses de Responsabilidade Ltda, que era uma cooperativa central mista com seção de crédito. Na década de 1920, surgiram no Rio de Janeiro a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, que organizou pelo menos nove congressos de cooperativismo de crédito entre os anos de 1923 e 1932. Em 1925 foi constituída em Porto Alegre a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa central unicamente de crédito do Brasil (ARROYO; SCHUCH, 2006).

2.2.2 Empresa Capitalista VS Empresa Solidária

Singer (2003) apresenta algumas divergências entre a empresa capitalista e a empresa solidária que, juntamente com os conceitos de autogestão, cogestão e heterogestão, ajudarão na compreensão dos diferentes tipos de cooperativas. Na empresa capitalista, as pessoas são contratadas de acordo com suas capacidades e experiências anteriores. Na empresa solidária, os integrantes geralmente são ex-empregados de uma mesma empresa capitalista ou

companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, etc. Diferentemente da empresa capitalista, que surge com o objetivo de obter lucro, a empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas também como uma criação dos trabalhadores em luta contra o capitalismo (SINGER, 2003).

Na firma capitalista, os empregados são livres para mudar de emprego e os empregadores são livres para demitir os empregados. Os salários são desiguais, determinados pelo ajuste entre oferta e demanda da força de trabalho. Na empresa solidária, os sócios recebem retiradas ao invés de salários. A maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, mas com diferenças muito menores do que as empresas capitalistas, pois geralmente são fixados limites máximos entre a menor e a maior retirada (SINGER, 2002).

Na empresa capitalista os acionistas decidem sobre a destinação do lucro, que imediatamente ou alguns anos depois é apropriado por eles. Nas cooperativas, a assembleia de sócios decide sobre a destinação das sobras, que podem ser colocadas em fundos de educação, fundos de investimento ou distribuídos em dinheiro aos sócios, através de algum critério aprovado pela maioria. O fundo de investimento pode ser divisível ou indivisível. O fundo divisível pode ser retirado pelo sócio, acrescido dos juros, quando ele se retira da cooperativa. Os indivisíveis, por outro lado, não pertencem aos sócios que o acumularam, mas à cooperativa como um todo e não podem ser retirados quando os sócios se retiram (Singer, 2002). Mas a principal diferença entre economia capitalista e solidária, segundo Singer (2002), se encontra no modo como as empresas são administradas: a primeira aplica a heterogestão e a segunda a aplica a autogestão.

De acordo com Singer (2002), a heterogestão é marcada pela administração hierárquica, com níveis sucessivos de autoridade em que as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. À medida que o empregado sobe na hierarquia, amplia seu conhecimento sobre a empresa, pois suas tarefas ficam menos repetitivas e exigem mais iniciativa e responsabilidade do indivíduo. A empresa que pratica a heterogestão busca extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado. A heterogestão, assim entendida, opõe-se à autogestão.

A autogestão tem papel central na economia solidária. Quando a empresa solidária é pequena, as decisões são tomadas em assembleias e quando ela é grande, os sócios elegem representantes para deliberar em nome de todos. Na

autogestão, todos os sócios se informam do que ocorre na empresa e das alternativas de resolução dos problemas. A autogestão exige que o trabalhador, além de cumprir as tarefas do seu cargo, tenha que se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional promove a cooperação entre os sócios na resolução de problemas, mas se torna desgastante quando é necessário se envolver em conflitos (SINGER, 2002).

A cogestão, por sua vez, apresenta o “equilíbrio de poderes, tendo em vista o bom funcionamento da empresa. Equivale à participação, sendo esta entendido como participação nos lucros ou aumento do patrimônio” (TRAGTENBERG, 1980, p. 44). Nestes aspectos, a cogestão comporta codecisão, em que a decisão só pode ser tomada por concordância das partes. Dessa forma, a cogestão se dá por meio da participação dos lucros e procura definir o lugar do trabalhador na empresa (TRAGTENBERG, 1980).

De acordo com Singer (2002), o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios diante do esforço adicional que a prática democrática exige. Mas participar das discussões e das decisões coletivas educa e conscientiza, torna a pessoa mais realizada e esse é um dos grandes diferenciais das empresas solidárias, que não visam somente a obtenção de lucro.

2.2.3 Cooperativismo de Consumo

De acordo com Singer (2002), o cooperativismo de consumo começou com a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. O owenismo deixou de ser o principal movimento de reação do capitalismo por volta de 1839, ano em que foi fundado o movimento cartista (Schneider, 1999). O cartismo teve como principal líder o irlandês Feargus O' Connor, jornalista, orador de massas e deputado, que considerava Owen e a seus seguidores como utópicos. Segundo o cartismo, a emancipação do proletariado se daria pela via política, com a conquista do direito do voto universal. Dessa forma, a classe operária teria a possibilidade de escolher os dirigentes políticos, que defendiam a classe operária e que poderiam efetivar uma revolução. O movimento cartista se desintegrou em 1848 (SCHNEIDER, 1999).

De acordo com Schneider (1999), o núcleo dos operários, que seria posteriormente identificado como o dos “pioneiros de Rochdale”, foi formado por

antigos fiéis owenistas, cartistas, seguidores de O' Connor ou inspirados no modelo de William King. A cooperativa de Rochdale foi fundada oficialmente em 1844, numa época de fortes crises sociais. Os princípios de Rochdale foram adotados primeiramente pelas cooperativas de consumo da Inglaterra. Posteriormente, as cooperativas agrícolas de crédito e dos demais segmentos, tanto da Inglaterra como dos demais países, passaram a inspirar-se em Rochdale (SCHNEIDER, 1999).

Singer (2002) afirma que a Sociedade dos Pioneiros tinha como principal objetivo a construção de uma colônia comunista, em que as necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros. A ideia era que, depois de construído o armazém cooperativo, seria possível fundar as cooperativas de produção, que absorveriam os sócios e possibilitaria a construção da Aldeia Cooperativa, em que todos poderiam viver lado a lado, produzindo e consumindo em comum (Singer, 2002). Porém, Singer (2002) assinala que, na cooperativa de Rochdale, o número de sócios cresceu muito mais do que o número de vagas nas cooperativas, e a formação da Aldeia perdeu a adesão da maioria dos cooperadores.

Algumas cooperativas de consumo semelhantes aos Pioneiros de Rochdale foram criadas entre 1845 e 1850 nos Estados Unidos, na Suíça, na França e na Itália. O cooperativismo de consumo começou a entrar em crise, praticamente no mundo inteiro, depois da Segunda Guerra Mundial, com o aumento da concorrência das cooperativas com empresas que usavam a propaganda comercial visando ao lucro e à massificação, com preços menores aos das cooperativas. Foi nesse contexto que muitas cooperativas perderam os valores próprios do cooperativismo.

2.2.4 Cooperativismo de Crédito

Além do cooperativismo de consumo, Singer (2002) aponta outros tipos de cooperativismo, como o cooperativismo de crédito, as cooperativas de compras e vendas e as cooperativas de produção³. Em termos cronológicos, o

³ Uma crítica ao posicionamento de Singer sobre o cooperativismo é apresentada por Castro (2009, p. 9): "Sem a compreensão da lógica pela qual atua a autorreprodução do capital, amparada por um Estado atravessado pelos interesses da classe capitalista e que assegura suas demandas por meio de políticas governamentais e de um corpo jurídico-formal, não podemos pensar em uma transformação social possível."

cooperativismo de crédito é o segundo mais velho, vindo logo depois do cooperativismo de consumo. Segundo Singer (2002, p. 60), “as cooperativas de crédito foram invenções alemãs: a urbana por Hermann Schulze-Delitzsch e a rural por Friedrich Wilhelm Raiffeisen”.

A Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch foi criada em 1852, com empréstimos de juros não abusivos destinados ao investimento produtivo. Mais tarde, cooperativas com estes princípios ficaram conhecidas como Bancos do Povo. Raiffeisen, ao conhecer as cooperativas de crédito Schulze-Delitzsch, resolveu adotá-las como modelo, adaptando-as às necessidades e possibilidades dos camponeses. As cooperativas Raiffeisen cresceram muito mais do que as Schulze-Delitzsch, atingindo o número de 16.927 cooperativas em 1913, enquanto que em 1915 as cooperativas Schulze-Delitzsch atingiram o número de 980 (SINGER, 2002).

As cooperativas de crédito se difundiram, então, primeiramente pelos demais países da Europa e pela América do Norte e depois em outras localidades. Estas cooperativas, diferentemente dos bancos e das companhias de seguro, por exemplo, são “associações de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo” (SINGER, 2002, p. 67). Assim como o cooperativismo de consumo, o de crédito enfrenta a concorrência de intermediários financeiros e tende a se centralizar e burocratizar, buscando ganhos de escala, mas abrindo mão da autogestão e do caráter comunitário da cooperativa de crédito.

2.2.5 Cooperativismo de Compras e Vendas

As cooperativas de compras e vendas são “associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas” (SINGER, 2002, p. 83). O tipo mais importante desta categoria é a cooperativa agrícola, formada por agricultores,

Singer, ao deixar de lado essa discussão, acaba por atribuir apenas aos indivíduos e à sua ação política, a capacidade de transformação. Mas, como alerta Gaiger (2005), é preciso identificar as “coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades” em cada momento histórico. Não que a transformação social não seja possível, mas para que ela se torne concreta é preciso que levemos a sério os mecanismos de coerção a que estamos submetidos e construamos propostas que visem enfrentá-los e modificá-los. Nos marcos do capitalismo, acredito que sem a transformação do Estado, de seus aparelhos e de sua materialização jurídico-legal, não é possível pensar em uma sociedade que não priorize a valorização do capital” (CASTRO, 2009, p. 9).

mas as cooperativas de compras e vendas são formadas por pequenos e médios produtores, que podem ser agricultores, taxistas, caminhoneiros, comerciantes, profissionais liberais, etc. Segundo Singer (2002), o cooperativismo de compras e vendas não é um modelo alternativo ao capitalismo porque não estende a democracia e a igualdade aos seus membros e preserva a divisão de classes.

Nestas cooperativas os membros se juntam para comprar algo muito caro, como um trator, por exemplo, que fica disponível a cada membro, por um determinado tempo e possibilita maiores chances de equiparação do pequeno produtor aos grandes proprietários. No ramo da agricultura, principalmente, existem atravessadores, que pagam o mínimo possível aos produtores e tentam vender pelo máximo valor possível aos varejistas. As cooperativas de compras e vendas possibilitam, nesse sentido, que vários membros se juntem para vender a colheita diretamente aos compradores e consigam um preço melhor (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002), as primeiras cooperativas de compras e vendas começaram nos Estados Unidos e na Dinamarca, ainda no século XIX, sendo cooperativas de criadores de gado leiteiro. As vendas cooperativas de porcos começaram em 1820 e as de lã em 1844, mas o cooperativismo agrícola atingiu seu pleno desenvolvimento em 1866 na Dinamarca e era predominantemente rural. No século XIX se espalharam pelo resto da Europa e pelas Américas, Ásia e Oceania no século seguinte (SINGER, 2002).

2.2.6 Cooperativismo de Produção

Antes da constituição da cooperativa matriz de Rochdale, muitas outras experiências cooperativas haviam se antecipado a ela. De acordo com Schneider (1999), os trabalhadores das docas estatais de Woolwich e Chatan foram os primeiros a fundar uma associação cooperativa, em 1763. Em 1777, fundou-se, em Birmingham, a primeira cooperativa de produção, integrada por alfaiates e, em 1796, os trabalhadores de Hull adquiriram uma indústria moageira (Schneider, 1999). No entanto, essas cooperativas funcionaram por pouco tempo e não chegaram a constituir um movimento (SCHNEIDER, 1999).

Segundo Singer (2002), as cooperativas de produção são associações de trabalhadores, que visam produzir bens ou serviços e que aplicam os princípios que garantem democracia e igualdade: um voto por cabeça,

assembleia-geral de sócios e a mesma cota do capital por todos os sócios. Para Singer (2002), a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária, pois associa os produtores e não seus fornecedores ou clientes, como o fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas. Provavelmente, a primeira cooperativa de produção moderna foi a dos jornalistas que formaram a Sociedade Cooperativa de Londres, sob a liderança de George Mudie, entre 1821 e 1822 (SINGER, 2002).

No começo dos anos de 1830, ingleses e franceses recorriam à formação de cooperativas de produção como forma de enfrentamento do capital. Na Itália, a ideia da cooperativa de produção foi trazida da Inglaterra por Mazzini. Na França, este modelo de cooperativismo foi um elemento constante da economia. As cooperativas de produção existem em praticamente todo o mundo, mas em quantidade muito menor do que as cooperativas de compras e vendas, de crédito e de consumo (SINGER, 2002).

2.2.7 Cooperativismo no MST

Segundo Fabrini e Marcos (2010), o MST apresenta diversos tipos de cooperativismo, como mutirões e trocas de serviço, núcleos de produção, associações, grupos semicoletivos e coletivos e cooperativas de prestação de serviços, de crédito e de produção agropecuária (CPAs). De acordo com Dal Ri e Vieitez (1999), o MST chegou ao cooperativismo coletivo ao perceber que, diante da competitividade em que opera a agricultura brasileira, os agricultores assentados não poderiam sobreviver explorando pequenos lotes individuais com mão de obra familiar. Isso conduziu o MST a buscar formas de organização coletiva nos assentamentos.

Entre 1980 e 1989 surgiram os grupos coletivos e as associações e entre 1989 e 1992 o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. Em 1992 foi fundada a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) (DAL RI; VIEITEZ, 1999). “A fundação da CONCRAB ocorre à revelia do sistema existente de articulação de cooperativas no país, cuja entidade em nível nacional é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)”, ou seja, a CONCRAB teve como objetivo construir um cooperativismo alternativo ao modelo

econômico capitalista (DAL RI; VIEITEZ, 1999, p. 21). A CONCRAB não segue o caminho do cooperativismo tradicional, que:

adapta-se à lógica excludente do capitalismo; prioriza o crescimento da empresa ao invés de promover o desenvolvimento dos associados; privilegia os associados mais viáveis em vez de cooperar com aqueles que mais precisam de ajuda; implementa a hegemonia dos dirigentes sobre os associados; planeja de cima para baixo; induz à baixa participação e, por fim, desestimula a rotatividade dos dirigentes (DAL RI; VIEITEZ, 1999, p. 21).

As cooperativas da CONCRAB, assim como as outras cooperativas, são regulamentadas pela legislação cooperativista brasileira. Dal Ri e Vieitez (1999) afirmam que a CONCRAB não rejeita os princípios clássicos do cooperativismo, mas, por meio de sua experiência, chegou à conclusão de que estes princípios não garantem a democratização das relações de trabalho. Nesse sentido, a Confederação busca modificar as formas de participação dos trabalhadores, buscando criar novas instâncias de representação, inovando no regime de trabalho, descentralizando as instâncias de poder e modificando a concepção de divisão de trabalho que impera na ordem social capitalista (DAL RI; VIEITEZ, 1999).

No quadro a seguir, são apresentadas algumas características que distinguem uma cooperativa empresarial que visa a obtenção de lucro de uma cooperativa alternativa, como é o caso das cooperativas dos assentamentos do MST. Neste quadro, as cooperativas empresariais são consideradas como tradicionais e as cooperativas solidárias são vistas como um cooperativismo alternativo.

Quadro 2 - Características do Cooperativismo Tradicional e Alternativo

CARACTERÍSTICAS DO COOPERATIVISMO TRADICIONAL E ALTERNATIVO		
CARACTERÍSTICAS	COOPERATIVISMO TRADICIONAL	COOPERATIVISMO ALTERNATIVO
Caráter	Empresa Econômica	Político (visa a transformação da sociedade). Empresa Econômica (busca melhorar as condições vida dos associados)
Finalidade	Comércio (circulação da mercadoria)	Produção (organização da produção da roça até a industrialização)
Organização do Trabalho	Produção Familiar Individual ou Empresa Familiar	Produção Familiar cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação)
Base da cooperativa	Trabalha com os Interessados (associados)	Trabalha com todos (associados e não associados)
Valorização dos associados	Vale se der retorno econômico, por isso procura selecionar os associados. É excludente	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Para isto busca forma de incluí-los
Classe dos associados	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais os grandes	Uniclassista (só os pequenos). Algumas colocam estatutariamente limite de área para se associar
Distribuição das sobras	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto), ou em serviços por eles decididos (retorno indireto)
Direção	Legal (presidencial)	Coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano
Poder dos associados para defender interesse	Através da escolha da direção	Através dos núcleos (discutem antes)
Organização cooperativista	Filiação à OCB e as OCEs	Construir um espaço alternativo
Método	Apresentar propostas prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção	Dar condições para os associados descobrir, perceber
Núcleos	Instrumento da direção. Procura cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de cima para baixo	Ferramenta para discutir a organicidade. Funciona de baixo para cima
Acesso à informação	Baixo	Alto
Participação dos associados	Baixo	Alto
Planejamento	De cima para baixo	De baixo para cima
Formação	Técnica	Política-ideológica e técnica
Associado	Um por família (empresa) isto é, o chefe (normalmente homem)	A mulher, o Homem (casal) e os filhos maiores que trabalham em casa
Desenvolvimento	Conforme a cabeça dos dirigentes	Conforme um projeto de desenvolvimento regional
Participação na Luta	Econômica	Política (solidariedade) e econômica
Projetos ou planos	Através de "pacotes". Já vem pronto e são apresentados para serem aprovados	Os associados participam da elaboração
Rotação de dirigentes	Baixa	Deve investir na formação de novos dirigentes
Preocupação com a viabilidade	Da cooperativa (cada vez se torna uma empresa de capital)	Do conjunto dos associados

Fonte: MST, 1997, p. 84-85.

A proposta empresarial de cooperativas agrícolas não tem como objetivo tocar nas questões das relações de trabalho no campo e na apropriação desigual da terra. Este modelo empresarial aplicado no Brasil é muito diferente da proposta feita pelos socialistas utópicos, principalmente porque tem contribuído para a expansão do capital e não para sua contestação. As cooperativas empresariais podem contar com a participação dos associados nas decisões, mas tais participações são pequenas, se comparadas com as cooperativas alternativas. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2013), em dezembro de 2012, o Brasil contava com 10,4 milhões de associados a uma das 6.587 cooperativas do país.

Algumas cooperativas do MST se baseiam em princípios solidários, ou seja, aplicam a autogestão. Estas cooperativas se diferenciam das cooperativas empresariais, principalmente em três pontos. Primeiramente, a composição é de base social, sendo constituída, sobretudo, por trabalhadores rurais. Em segundo lugar, existe uma democracia interna, com a descentralização do poder entre seus associados. O Movimento defende objetivos políticos e econômicos que visam transformar a sociedade e melhorar as condições de vida dos associados. O MST criou em 1989 e em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) com o objetivo de promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias.

Atualmente, o MST conta com as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) em alguns de seus assentamentos. Algumas CPAs coletivizam os meios de produção, onde a terra fica sob o controle coletivo. Nesse caso, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece no nome do indivíduo, mas este passa o controle para a cooperativa, por meio de contrato de comodato (Ferreira, 2003). Nesse sentido, as cooperativas do MST apresentam algumas particularidades, que fazem parte de suas identidades. No tópico a seguir, são abordados alguns conceitos centrais relacionados à identidade.

2.3 IDENTIDADE

De acordo com Branco (2003), discutir as inúmeras concepções sobre a identidade obrigaria a um passeio nos campos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia e História. Em geral, os estudos da identidade buscam responder à indagação sobre aquilo que dá substância a um indivíduo ou a grupo

concreto. Dessa forma, os estudos sobre identidade “irão remeter sempre às perguntas: o que os homens são? Existe uma essência humana? O que muda no ciclo vital humano? Que relação existe entre o universal e o particular humano?” (Branco, 2003, p. 144). Nestes aspectos, a identidade é um conceito altamente contestado, ou seja:

sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. Assim, não se pode evitar que ela corte dos dois lados (BAUMAN, 2005, p. 83).

Ao longo desta seção, descreveremos algumas concepções de identidade, bem como aspectos relacionados à sua construção e sua relação com a diferença. Após tal descrição, apresentaremos a concepção de identidade que decidimos utilizar neste trabalho. Os principais autores utilizados foram Jenkins (2008), Castells (2006), Giddens (2002), Branco (2003), Brickson (2000), Hall (2000; 2006) e Silva (2000).

Castells (2006) entende por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. Ao abordar os atores sociais, o autor entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalece sobre outras fontes de significado. O indivíduo, ou o ator coletivo, pode ter identidades múltiplas, mas essa pluralidade é fonte de tensão e contradição. Castells (2006) argumenta que as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação. As identidades só assumem tal condição se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.

De acordo com Giddens (2002), a concepção de identidade tem a ver com uma noção de quem fomos e para onde vamos para podermos definir quem somos, pois a identidade de um indivíduo não se encontra no comportamento ou na reação dos outros, mas na capacidade de manter em andamento uma narrativa particular. A biografia de uma pessoa não pode ser completamente fictícia, mas deve sempre integrar eventos, que ocorrem no mundo exterior e classificá-los na “estória” em andamento sobre o eu (GIDDENS, 2002).

A identidade, dessa forma, não é algo simplesmente apresentado, como um resultado, mas algo que é criado e sustentado nas atividades reflexivas do indivíduo. Nestes aspectos, a autoidentidade não é um traço distintivo ou uma pluralidade de traços possuídos pelo indivíduo, mas sim o eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia. A identidade supõe a continuidade no tempo e no espaço, mas a autoidentidade é essa continuidade reflexivamente interpretada pelo agente, que inclui o componente cognitivo da “pessoidade”. Então, ser uma pessoa não significa apenas ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa (GIDDENS, 2002). Nesse sentido:

a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato — seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2000, p. 96).

Branco (2003) afirma que a identidade, seja pessoal ou social, deve ser considerada como um processo e não um produto acabado, com o pessoal e o social sendo interdependentes. A autora aponta que “o estudo de identidades sociais se refere aos significados, valores ou representações através dos quais as pessoas se reconhecem mutuamente e que as ligam e diferenciam de determinados grupos, movimentos, classes, etnias, nações, etc.” (BRANCO, 2003, p. 157). A identidade social, segundo Fernandes e Zanelli (2006, p. 60), “refere-se aos conceitos que o indivíduo desenvolve de si mesmo e que derivam de sua afiliação em categorias ou grupos, emocionalmente significantes para ele”. A identidade social pode ser vista então como a soma total das identificações sociais usadas por uma pessoa para definir a si própria, podendo incluir as identidades culturais ou étnicas, de gênero, de orientação sexual, de classe social, de idade ou profissional.

De acordo com Erikson (1976, p. 49), a identidade pessoal baseia-se em duas observações simultâneas: “a percepção de uniformidade e continuidade da existência pessoal no tempo e no espaço e a percepção do fato de que os outros reconhecem essa uniformidade e continuidade da pessoa”. Ting-Toomey (1998) argumenta que a identidade pessoal refere-se ao modo como o indivíduo define

suas características próprias e seu autoconceito em comparação com outros indivíduos. Ou seja, a identidade pessoal pode incluir qualquer atributo único, que nós associamos com o nosso indivíduo em comparação com os outros. Dessa forma, a identidade pessoal não pode ser considerada como um conhecimento total e isolado que alguém tem de si mesmo. Esse conhecimento é sempre inacabado, vivenciado, ligado aos sistemas dos grupos do qual o sujeito se sente fazendo parte (BRANCO, 2003).

Jenkins (2008) afirma que as identidades existem e são adquiridas, reivindicadas e atribuídas dentro de relações de poder. O autor aponta que a identidade só pode ser entendida como um processo de 'ser' ou 'tornar-se', ou seja, uma identidade nunca é final. De acordo com o autor, identidade é a capacidade humana, enraizada na linguagem, de saber quem é quem e, portanto, o que é aquilo. Trata-se de saber quem somos, saber quem são os outros, o que eles sabem de nós e assim por diante. É um processo – identificação – e não uma 'coisa'. Não é algo que se possa ter ou não, é algo que se faz (JENKINS, 2008).

Brickson (2000) apresenta três tipos de orientações de identidade: pessoal, relacional e coletiva. De acordo com o autor, se a pessoa se define prioritariamente como um indivíduo, segue a orientação da identidade pessoal, sendo motivada pelo autointeresse, pelas suas características e traços individuais, buscando avaliar-se por meio da comparação com os outros indivíduos. Caso a pessoa se defina como um ser interpessoal, ou seja, em relação com outros, tende a seguir a orientação de uma identidade relacional, com a motivação principal de busca pelo benefício do outro. Nesse caso, a concepção de si mesmo baseia-se principalmente em seus papéis na relação com esses outros que significam algo para ela, e a autoavaliação se dá em termos da competência com que ela desempenha seus papéis interpessoais em face desse outro. Por fim, quando o indivíduo se define prioritariamente como membro de um grupo, ele tende a ativar uma identidade de orientação coletiva, com motivações para garantir o bem-estar de seu grupo em relação a outros grupos. Essa pessoa busca caracterizar-se de acordo com o perfil ou o protótipo do grupo, e sua autoavaliação tende a se basear na comparação de seu grupo em relação a outros grupos.

Woodward (2000) apresenta duas visões diferentes e frequentemente contraditórias sobre a identidade. Por um lado, a identidade é vista como tendo algum 'núcleo essencial' que distinguiria um grupo de outro – identidade

e diferença. Por outro, a identidade é vista como contingente, como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares – visão próxima da psicologia social. De acordo com a autora, a “cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2000, p. 18).

Hall (2006) apresenta três concepções de identidade, que são desenvolvidas ao longo do tempo: o sujeito do Iluminismo (unificado e coeso), o sujeito sociológico (relacional) e o sujeito pós-moderno (descentrado). O sujeito do Iluminismo tinha uma compreensão individualista do sujeito e de sua identidade. Segundo o autor, tal sujeito era totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e de ação, centrado em um núcleo interior que surgia quando o sujeito nascia, se desenvolvendo e permanecendo essencialmente o mesmo ao longo da existência do indivíduo.

A concepção de sujeito sociológico, segundo Hall (2006), está apoiada na complexidade do mundo moderno e na consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele. Dessa forma, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade, em que a essência interior – o ‘eu real’ – é formada e modificada por meio do diálogo com as identidades oferecidas pelos mundos culturais exteriores. Nessa concepção sociológica, a identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público, ou seja, costura o sujeito à estrutura. De acordo com Derrosso (2012), essa visão de sujeito sociológico se aproxima das concepções apresentadas por Giddens (2002) e Erikson (1987).

A terceira concepção de identidade, intitulada por Hall (2006) de sujeito pós-moderno, indica que não se pode mais falar de um sujeito composto de uma única identidade, mas de várias. Algumas dessas identidades são contraditórias ou mal resolvidas. Nesta concepção, o processo de identificação – em que nos projetamos em nossas identidades culturais – torna-se mais provisório, variável e problemático, que acaba produzindo o sujeito pós-moderno, sem uma identidade fixa ou permanente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, que chegam a ser contraditórias. Segundo Derrosso (2012), a referida visão de

sujeito pós-moderno e sua identidade também foi abordada por Giddens (2002) e Bauman (2004).

2.3.1 Construção da Identidade

Segundo Castells (2006), “do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (CASTELLS, 2006, p. 23). Nesse sentido, o autor aponta que a identidade é construída utilizando a matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

De acordo com Bauman (2005), a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável, em que os experimentos jamais terminam. Segundo o autor, o indivíduo pode assumir uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando para serem escolhidas. Nesse sentido, o indivíduo nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação.

Erikson (1976), em uma concepção mais psicológica, apresenta uma visão de identidade que se inicia na infância e que, juntamente com seu crescimento, se desenvolve através das crises enfrentadas, sendo que a principal crise acontece na adolescência. A formação da identidade, segundo o autor, emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, onde o indivíduo se julga “à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles” (ERIKSON, 1976, p. 21). Isso significa que, na visão de Erikson (1976), a identidade passa por um processo individual, com o desenvolvimento da pessoa, mas também é moldado pelas identificações e pelos reconhecimentos que o indivíduo recebe da sociedade. Neste contexto, o autor destaca que:

a formação de identidade começa onde a utilidade da identificação acaba. Surge do repúdio seletivo e da assimilação mútua de identificações da infância e da absorção destas numa nova configuração, a qual, por seu turno, depende do processo pelo qual uma sociedade (muitas vezes através de subsociedades) identifica o indivíduo jovem, reconhecendo-o como alguém que tinha de tornar-se o que é e que, sendo o que é, é aceito como tal. A comunidade, muitas vezes, não sem alguma confiança inicial, dá esse reconhecimento com uma manifestação de surpresa e prazer em travar conhecimento com um indivíduo recém-emergente (ERIKSON, 1976, p. 160).

Segundo Erikson (1976, p. 181), o desenvolvimento da identidade do indivíduo proporciona a “confiança primitiva no reconhecimento mútuo, os rudimentos de uma vontade de sermos nós próprios a previsão do que poderemos vir a ser e a capacidade de aprender como ser, com proficiência, aquilo em que estamos prestes a nos tornar”. Esses sentimentos e atitudes são consequências do desenvolvimento de identidade que o indivíduo constrói ao longo do tempo.

Segundo Hall (2000, p. 106), “na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. Por outro lado, na abordagem discursiva, a identificação é vista como uma construção, como um processo nunca completado, sempre em processo, que não é determinada e pode ser sempre sustentada ou abandonada. Assim, a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’ (HALL, 2006, p. 38).

Segundo Branco (2003), a construção das identidades ocorre em um cenário interno de luta entre sentidos antagônicos, que levam os sujeitos a assumirem vários aspectos da sua individualidade. Assim, as identificações parciais construídas na infância muitas vezes se negam, causando instabilidade, gerando um sentimento de vazio. Branco (2003) aponta que as identidades sociais são produzidas pelas significações que são elaboradas nos espaços institucionais, onde as instituições organizam a vida sociocultural e dão suporte a certas emoções e sentimentos coletivos. Porém, as instituições não são homogêneas: acontecem lutas de valores e posições em movimento interno, em que são produzidas identidades coletivas imprevisíveis (BRANCO, 2003).

Para Ciampa (1993), cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida, um projeto de vida. Assim, no seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. O autor considera a identidade como metamorfose, como processo de produção, de tal forma que a identidade passe a ser entendida como o próprio processo de identificação (CIAMPA, 1993, p. 127). Jenkins (2008) afirma que a identificação é importante porque é o mecanismo cognitivo básico de que os seres humanos usam para classificar a si mesmos e a seus companheiros, individual e coletivamente. Segundo o autor, é assim que sabemos quem é quem e o que é o quê.

Segundo Jenkins (2008), a identidade denota as maneiras pelas quais os indivíduos e as coletividades se distinguem nas suas relações com outros indivíduos e coletividades. O autor afirma que a identificação, por sua vez, é a sistemática criação e significação, entre os indivíduos, entre as coletividades e entre indivíduos e coletividades, de relações de similaridade e diferença. Tomadas em conjunto, semelhança e diferença são os princípios dinâmicos de identificação, e estão no coração do mundo humano (Jenkins, 2008). Segundo Jenkins (2008), a identificação coletiva tem dimensões nominal e virtual. A nominal é a forma como o grupo é definido no discurso e a virtual é a forma como seus membros se comportam ou são tratados na realidade. Assim como acontece na identificação individual, estas dimensões são distintas.

Castells (2006) alega que a identidade é formada em um processo de construção social, marcado por relações de poder, podendo se distinguir entre três formas e origens. A primeira, “Identidade Legitimadora”, é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com a finalidade de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. A segunda, “Identidade de Resistência”, é criada pelos atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, que constroem trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes ou opostos dos que permeiam as instituições da sociedade. A terceira, “Identidade de Projeto”, se dá quando os atores sociais se utilizam de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance e constrói uma nova identidade, capaz de redefinir sua posição na sociedade e de buscar a transformação de toda a estrutura social. Para o autor, as identidades que começam como resistência podem se tornar em projetos

ou tornarem-se dominantes, transformando-se em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação.

Segundo Castells (2006), a identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, formada por um conjunto de organizações, instituições e atores sociais estruturados, organizados, que reproduzem, às vezes de maneira conflitante, a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. A identidade destinada à resistência, por sua vez, leva à formação de comunas ou comunidades, e dão origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável. Essa identidade é moldada a partir da resistência às ideias hegemônicas, onde são criados grupos de indivíduos que se diferenciam e se contrapõem à lógica social dominante. O terceiro processo de construção de identidade, a identidade de projeto, cria sujeitos, ou seja, ocorre a transformação de indivíduos em sujeitos. Ao definir seu papel na sociedade, o indivíduo assume sua condição de sujeito enquanto agente social e exerce sua identidade dentro de um contexto social mais amplo.

2.3.2 Identidade e Diferença

Hall (2000, p. 110) afirma que “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado”. O autor argumenta que as identidades são construídas por meio da diferença. Isso significa que é apenas por meio da relação com o outro, da relação com aquilo que não é, com aquilo que falta, com o seu exterior constitutivo, que a identidade é construída. Nesse sentido, a identidade é relacional, pois depende, para existir, de algo fora dela, de outra identidade, de uma identidade que ela não é (WOODWARD, 2000).

De acordo com Jenkins (2008), uma das coisas que temos em comum é a nossa diferença em relação aos outros. Em face dessa diferença, nossa semelhança muitas vezes entra em foco. Segundo o autor, a definição de ‘nós’ envolve a definição de uma série de ‘eles’. Dessa forma, quando dizemos algo sobre os outros, nós estamos muitas vezes dizendo algo sobre nós mesmos. Nesse sentido, Woodward (2000) assevera que a identidade não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença, que por sua vez se estabelece por meio de sistemas classificatórios, por meio da aplicação do princípio de diferença a uma

população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la em ao menos dois grupos opostos (WOODWARD, 2000).

Segundo Silva (2000, p. 81), a diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. O autor aponta que a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto contida e autossuficiente. “A identidade é simplesmente aquilo que se é: sou brasileiro, sou negro, sou heterossexual, sou jovem, sou homem” (SILVA, 2000, p. 74). A diferença, nesse sentido, também é concebida como uma entidade independente, como auto-referenciada, que remete a si própria, como algo que simplesmente existe. A diferença está no fato de que a identidade se opõe à diferença por se referir àquilo que o outro é: “ela é italiana, ela é branca, ela é homossexual, ela é velha, ela é mulher” (SILVA, 2000, p. 74).

De acordo com Silva (2000), a identidade e a diferença são uma relação social, cuja definição está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Ao invés de simplesmente definidas, elas são impostas, não convivem harmoniosamente, lado a lado, mas são disputadas. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. Dessa forma, a identidade e a diferença estão em estreita conexão com relações de poder.

A questão da identidade e da diferença pode estar ligada também à categoria dialética “unidade e luta dos contrários”, em que uma coisa não pode existir sem que haja o seu oposto, como a vida e a morte, o senhor e o escravo, a burguesia e o proletariado, etc. (Bogo, 2010). Sendo assim, a identidade e a diferença estão em uma relação de estreita dependência. Ao afirmar que sou brasileiro, estou afirmando implicitamente que não sou alemão, não sou japonês, não sou africano, e assim por diante. Da mesma forma, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade, pois as afirmações sobre diferença dependem de várias declarações negativas sobre outras identidades. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, 2000).

Segundo Erikson (1976), ao longo de sua vida, o indivíduo se reidentifica constantemente com novas situações e vivências. Essas novas identificações vão transformando a natureza da identidade do indivíduo, e no final do ciclo há a necessidade de reconhecimento dessa nova identificação pela comunidade. De acordo com Erikson (1976), esse processo de constante

identificação faz com que o indivíduo coloque em crise sua identidade atual, podendo gerar um sentimento de perda da identidade, até que uma nova identificação seja reconhecida e incorporada. Erikson (1976) aponta também o risco de o indivíduo tornar-se aquilo que faz, ou seja, confundir a execução de certo papel com sua identidade. Nesse sentido, as organizações, máquinas e associações podem fornecer uma identidade que se adapta às pessoas, que precisam de uma referência para formar seu senso identitário.

2.3.3 Concepção de Identidade neste Trabalho

Assim como os trabalhos de Rampazo (2009) e Derrosso (2012), utilizaremos neste trabalho, como ponto de partida, o conceito de identidade de Jenkins (2008), que diz que a identidade se dá através das interações entre a ordem individual e a ordem institucional, sendo ligadas por meio da ordem da interação. O autor sugere que o mundo pode ser melhor entendido como três ordens distintas de identidade: individual, interacional e institucional.

A identidade individual, consubstanciada na individualidade, é completamente construída socialmente, na interação em que os indivíduos definem e redefinem a si mesmos e aos outros, ao longo de suas vidas. A identidade interacional, presente na relação entre indivíduos, nunca é unilateral. Embora as pessoas tenham algum controle sobre os sinais sobre si mesmos, eles enviam para os outros, ao passo que recebem estes sinais dos outros indivíduos. A identidade institucional, por sua vez, é o mundo humano de padrão e de organização, que estabelece formas de fazer as coisas. Jenkins (2008) cita, como exemplo de instituições, o casamento, as universidades e as organizações.

De acordo com Jenkins (2008), as instituições são partes integrantes do mundo humano, pois orientam os comportamentos dos indivíduos e interferem em suas tomadas de decisões. Assim, segundo o autor, a ordem simbólica faz a identificação entre as pessoas e a formação de grupos, o que permite que a ordem individual se ligue à ordem institucional por meio da ordem interacional. As instituições, nesse sentido, representam um padrão de comportamento que se estabeleceu ao longo do tempo como sendo a forma pela qual as coisas são feitas.

Castells (2006) argumenta que as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de

um processo de individuação. Especificamente, e tomando como ponto de partida os conceitos de Jenkins (2008) e Castells (2006), consideramos que identidade é a autodefinição do indivíduo, do grupo ou da organização, que sempre está em construção, sendo configurada e reconfigurada por meio de interações entre os indivíduos, os grupos e as organizações. Assim definidos os conceitos centrais, passemos para a parte da revisão empírica, que elenca os principais trabalhos que serviram de base para a realização deste.

3 REVISÃO EMPÍRICA

Nesta pesquisa, realizamos o levantamento bibliográfico e empírico, com base em documentos já elaborados e textos da literatura nacional e internacional, como artigos científicos, teses, dissertações, livros, notícias de jornais, sites, documentos e arquivos relativos ao assunto analisado. Dessa forma, buscamos por trabalhos considerados atuais (publicados entre os anos de 2000 e 2013) em dois acervos digitais: Periódicos Capes e Web of Science.

Para tanto, utilizamos como descritores os seguintes termos: identidade MST; identidade sem-terra; landless identity; MST identity. Esses quatro grupos de palavras foram inseridos um por vez nos campos de pesquisa dos dois acervos digitais, e em cada busca foram lidos os títulos de todos os trabalhos encontrados. Caso o título pudesse ter uma ligação com este trabalho, além de seu título, era lido também o resumo. Ao todo, foram encontrados 198 estudos, sendo 161 dos Periódicos Capes e 37 do Web of Science. Após a leitura do título e do resumo desses 198 estudos, percebemos que apenas 11 poderiam ter algum tipo de ligação com esta dissertação. Sendo assim, foram lidos integralmente esses 11 trabalhos, sendo que desses foram escolhidos apenas 2, por apresentarem certa ligação com esta dissertação.

Em virtude do encontro de apenas 2 trabalhos, decidimos optar por uma estratégia complementar, que podemos chamar de *snowball sampling* (“Bola de Neve”). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística, utilizada quando se tem escassez de fontes formais, onde os participantes iniciais indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes, até que se alcance o objetivo proposto, que é o ponto de saturação dos dados (BALDIN; MUNHOZ, 2010). No ponto de saturação, os novos entrevistados repetem o que já foi dito em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à investigação. Assim, consultamos vários professores e alguns indicaram a dissertação do Derrosso (2012), que por sua vez se baseou na dissertação da Rampazo (2009). Portanto, nos baseamos em quatro trabalhos: dois provenientes de buscas em acervos digitais e dois originários do método “Bola de Neve”.

Nesta seção, o primeiro trabalho que analisaremos será a dissertação do Derrosso (2012), que analisa a influência dos movimentos sociais na reconfiguração das identidades dos reassentados pela construção de uma usina

hidrelétrica. O segundo será a dissertação da Rampazo (2009), que buscou compreender como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu, forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, permitindo transformações na sua identidade. O terceiro será a dissertação de Nepomuceno (2010), que se propôs a analisar as transformações identitárias suscitadas pelo encontro intercultural no interior do MST. Finalmente, o quarto trabalho analisado será o artigo de Tedesco (2009), que analisa um conjunto de representações e ritualizações que levam grupos sociais a reconstruir aspectos de sua história no acampamento, principalmente no campo das lutas, na dimensão do sacrifício, dos enfrentamentos e das vitórias na conquista da terra.

Derrosso (2012) analisou a influência dos movimentos sociais, que atuaram no período de construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná), na reconfiguração da identidade dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados. Em sua pesquisa, Derrosso (2012) percebeu que a reconfiguração da identidade dos sujeitos foi permeada pelo senso de luta coletiva fomentada pela criação da CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu). Com a ajuda da Comissão, a população deslocada se uniu e pôde conquistar melhores condições de enfrentamento da situação pela qual estavam passando. Esse movimento social, segundo Derrosso (2012), ajudou no reforço de uma identidade social, através de sua ação, na qual os sujeitos envolvidos passaram a partilhar de uma identidade coletiva.

Os valores e as ideologias da CRABI, durante sua existência, foram compartilhados pelos sujeitos. Porém, após a implantação do reassentamento, o movimento CRABI se extinguiu e cada indivíduo precisou reconfigurar sua identidade novamente, através das suas atividades diárias (Derrosso, 2012). Derrosso (2012) observou, em sua pesquisa, a importância que território e trabalho tem como elemento definidor da identidade do sujeito. Segundo o autor, um novo território faz com que o sujeito tenha que buscar uma ressignificação da sua identidade. Com o novo território, surgem novos atributos técnicos, novas relações sociais e possíveis novos valores e culturas. O autor afirma que um novo território pode ajudar a construir ou desconstruir a identidade das pessoas, e que no caso em que ele estudou os sujeitos conseguiram elementos que definissem construtivamente sua identidade pessoal depois de tudo o que passaram.

Derrosso (2012) notou que a identidade é formada e ressignificada a partir da interação com o outro, a partir da ação diária do sujeito. Em sua investigação, um ponto fundamental para a construção social das identidades foi a participação dos sujeitos em um movimento social (Derrosso, 2012). Essa participação fez com que os sujeitos criassem uma identificação, que auxiliou na construção e na ressignificação da identidade coletiva. Os sujeitos lutaram por uma causa coletiva, formaram uma ideologia comum e isto lhes trouxe segurança ao ponto de se ter pouca crise identitária durante o processo. Derrosso (2012) percebeu que a participação no movimento ajudou os indivíduos a criarem uma identidade coletiva de resistência. Passada essa fase, sem o engajamento no movimento social, cada indivíduo passou pela construção de uma identidade de projeto, dependente dos recursos e das ações do dia a dia de cada um, relacionados ao trabalho na atividade rural.

A dissertação de Rampazo (2009) buscou compreender como o deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Território Cantuquiriguaçu, forçou a uma ressignificação do universo dos ribeirinhos, permitindo transformações na sua identidade. Rampazo (2009) percebeu que a construção da usina fez com que a identidade das pessoas se alterasse. A autora notou uma grande diferença entre o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o MST, que parece determinar o modo como agem sobre a identidade dos sujeitos. O MAB não tira os ribeirinhos de sua casa, e por isso os reassentados não mantêm muito contato com os outros membros do movimento. No MAB, não há uma participação efetiva de toda a família, geralmente são os homens que vão às reuniões e às manifestações. Por outro lado, no MST, os membros são mantidos em acampamentos e ficam quase 24 horas por dia juntos, pois moram um ao lado do outro. De acordo com Rampazo (2009), no MST, encontramos famílias inteiras em que crianças, adultos e idosos trocam experiências e participam juntos das manifestações, quase que num mundo à parte (RAMPAZO, 2009).

Rampazo (2009) notou que nos acampamentos do MST há toda uma estrutura, que permite que ali haja a reprodução dos símbolos e valores do movimento, o que não acontece no MAB e nas instituições públicas que atuam no território, como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Nesse sentido, o MST reconstruiu parte dos

sentidos no território, (re)construindo a identidade dos ribeirinhos. De acordo com Rampazo (2009), ao se identificarem com o MST, muitos se transferem para os acampamentos e passam a conviver diariamente com os valores do movimento, o que reforça a sua assimilação. Segundo a autora, o objetivo das pessoas fica, então, alinhado à ideologia disseminada pelas instituições.

Rampazo (2009) encontrou o território dividido entre aqueles que se adaptaram à ideologia dominante, se identificando com o grupo dos fazendeiros, e os que formaram uma identidade de resistência à ideologia dominante, se identificando com grupos de movimentos sociais de esquerda, como o MAB e o MST. “Em ambos os grupos, as instituições criaram neles um modelo de homem e mulher ideal que deve ser seguido por seus membros” (RAMPAZO, 2009, p. 175). Em sua investigação, a autora percebeu que os ribeirinhos tiveram que reconstruir suas identidades e que as instituições, como a EMATER, a SEAB, o IAPAR, o MAB e o MST tiveram um papel fundamental neste processo.

Nepomuceno (2010) analisou os riscos de fragmentação social e as possibilidades de convivência harmoniosa entre diferentes culturas. A autora investigou os traços identitários dos militantes migrantes e a forma como estes foram ressignificados, ao longo de sua trajetória no MST e por meio do contato com outras culturas. Sua pesquisa teve como foco de análise as transformações identitárias suscitadas pelo encontro intercultural, propiciadas no interior do MST e experienciadas por seus integrantes, em suas ‘andarilhagens militantes’.

Nepomuceno (2010) percebeu que há um processo de permanente [re]construção da identidade Sem-terra, dinamizado pela ampliação dos objetivos comuns e do sentido da luta, sendo que o que anima a luta é, precisamente, a convivência dialógico-cooperativa entre diferentes. A autora viu que um acampado tem identidade Sem-terra por ser desprovido de terra, mas a partir do momento que ele consegue seu pedaço de terra, ocorre um fato curioso: ao invés de deixar de ser Sem-terra, o indivíduo se afirma como Sem-terra, devido à consciência que ele desenvolveu em sua trajetória de luta. Além da afirmação da identidade, Nepomuceno (2010) percebeu que houve ampliação de lutas e objetivos depois que os acampados foram assentados. A princípio, a luta é pela terra, mas com o passar do tempo, vai se ampliando para a luta pela justiça, pela reforma agrária, etc.

Nepomuceno (2010) observou que as migrações militantes envolvem uma carga emocional muito intensa, que não se dá sem conflitos e exige

sacrifício por parte dos militantes: solidão, dificuldades de adaptação e saudades da família são alguns dos sacrifícios pelos quais os militantes passam. A autora relata que os militantes enfrentam grandes mudanças em suas identidades, que são reconstruídas através de uma ressocialização contestadora, em um processo educativo [auto]transformativo.

Nepomuceno (2010) notou que as transformações identitárias pelas quais passaram os militantes Sem-terra foram tão profundas quanto às mudanças sociais, que realizaram nos locais para onde migraram. Segundo a autora, a identidade humanizada dos Sem-terra, em permanente [re]construção, se fortalece na medida em que se materializa em vivências coletivas, que projetam outro modo de vida.

Tedesco (2009) analisou um conjunto de representações e ritualizações que levam grupos sociais – no caso assentados, oriundos dos acampamentos da Encruzilhada Natalino e da Fazenda Annoni, na região centro-norte do estado do Rio Grande do Sul – a reconstruir aspectos de sua história no acampamento, principalmente no campo das lutas, na dimensão do sacrifício, dos enfrentamentos e das vitórias na conquista da terra. Em seu trabalho, o autor demonstra a importância dos rituais coletivos para a afirmação histórica da identidade sem-terra, e centraliza-se na discussão e análise do papel da memória coletiva, das representações sociais, da cultura de pertencimento, dos rituais agregadores, dos processos de socialização e das temporalidades que se cruzam.

Segundo Tedesco (2009, p. 259), as lutas sociais constituem um patrimônio coletivo, que desenvolve desejos, interpretações do mundo. Nesse sentido, os rituais de memória, que lembram situações de sacrifício e de enfrentamento no acampamento, cimentam concepções, auxiliam as estratégias de ação atuais e renovam a intenção passada do trabalho coletivo e a identidade sem-terra. Esses rituais de memória fortalecem a luta dos que atualmente passam pelo mesmo caminho, que já foi traçado por outros companheiros.

É nesse contexto que surge o papel da memória coletiva, que é o de sustentar o sentido de identidade coletiva. A memória coletiva pode ter práticas específicas em certos lugares ou com objetos significativos, mas sua função principal é favorecer a coesão do grupo social e garantir sua identidade (Tedesco, 2009). Em seu trabalho, Tedesco (2009) observou que a memória do sofrimento é bastante ritualizada e serve como força subjetiva, principalmente aos mais jovens.

De acordo com o autor, as gerações mais velhas temem a perda da memória da luta pelas gerações mais jovens, devido às exigências e ao pragmatismo do presente.

Tedesco (2009) percebeu que homens e mulheres relatam o tempo e os fatos vividos com diferenças, que manifestam incorporações históricas e culturais de papéis, representações e obrigações valorativas. Enquanto os homens valorizam as esferas do terreno público, estratégias de organização, a luta externa, as caminhadas, as diversas tentativas de ocupação de várias fazendas no interior do estado, as mulheres ritualizam e lembram a comida, as doenças das crianças, o temor da morte pela polícia e da invasão dos fazendeiros, a ausência de aula no início do acampamento, o calor ou frio, etc.

O trabalho de Tedesco (2009) mostra, por fim, que a memória social e coletiva dos assentados pode servir de agregação, de fortalecimento do coletivo e de um subjetivo coletivo que sustenta os propósitos da conquista. Os rituais e símbolos, que agregam os sem-terra apresentam dimensões místicas, que provocam sentimentos, representações, emoções, energias, convicções, paixões mobilizadoras, vontades de mudança e identidades sem-terra. Geram resistências para suportar sofrimentos, repressão, limites da vida sob as lonas, apelos de desvinculação do grupo, perda de companheiros. Nesse processo, todos contribuem para formar uma mística, uma tradução simbólica da identidade que alimenta os imaginários sociais dos sem-terra.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O delineamento da pesquisa trata da maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura para a coleta de dados e análise. Caracteriza-se por ser intrínseco à pesquisa científica e desempenha o papel de nortear o pesquisador na busca de uma resposta a um dado problema (KERLINGER, 1980; RAUPP, BEUREN, 2004). Nessa perspectiva, explicitaremos, neste capítulo, a forma como delineamos esta pesquisa.

Este estudo está inserido no paradigma interpretativo. Hirschman (1986, p. 238) propõe seis características que considera essenciais para o entendimento do interpretativismo:

(1) os seres humanos constroem realidades múltiplas, que só podem ser compreendidas holisticamente; (2) o pesquisador e o fenômeno sob estudo interagem, ou seja, o pesquisador não pode se distanciar do fenômeno e o fenômeno não pode ser entendido sem o envolvimento pessoal do pesquisador; (3) o pesquisador deve tentar construir uma “descrição densa” do fenômeno, descrevendo sua complexidade e significados internamente construídos; (4) uma vez que o fenômeno é engajado num processo de criação contínua, não faz sentido designar alguns aspectos como “causas” e outros como “efeitos”; (5) o pesquisador influencia inevitavelmente a escolha do fenômeno, do método, dos dados e das conclusões; (6) a pesquisa é uma construção social resultante da interação subjetiva entre o pesquisador e o fenômeno. Assim, o conhecimento é construído nesse encontro, e não descoberto (HIRSCHMAN, 1986, p. 238).

De acordo com Burrell e Morgan (1979), Immanuel Kant (1724-1803) foi um dos primeiros filósofos a dar o pontapé inicial da sociologia interpretativa. Porém, foi no período de 1890 a 1930 que se aumentou a preocupação com os aspectos subjetivos da investigação científica, época em que a posição positivista começou a ser vista como insatisfatória e problemática, ao menos em dois aspectos. Em primeiro lugar, dentro das ciências naturais, tornou-se claro que os valores humanos se introduziam no processo da investigação científica. Segundo, constatou-se que o homem, como um ator, não poderia ser estudado pelos métodos das ciências naturais e seus interesses em estabelecer leis gerais. Nesse sentido, as manifestações aparentes da vida humana necessitavam ser interpretadas em termos da experiência interna que elas refletiam (BURRELL; MORGAN, 1979).

Burrell e Morgan (1979) consideram que um número considerável de teóricos dentro deste paradigma se envolveram em um debate sobre vários

aspectos da vida organizacional. Tais teóricos procuram mostrar como os aspectos da vida organizacional, supostamente reais, sólidos, concretos e tangíveis, são dependentes das construções subjetivas individuais dos seres humanos. Assim, “para que uma determinada ação social seja entendida, é necessário que o pesquisador compreenda o significado que os atores atribuem à ação” (PINTO; SANTOS, 2008, p. 5).

Diante do exposto, apresentaremos nesta seção os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Dividimos esta seção em cinco partes: classificações, estratégias de coleta dos dados, categorias de análise, entrevistados e limites da pesquisa.

4.1 CLASSIFICAÇÕES

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, consideramos ser mais apropriada a utilização de perguntas de pesquisa ao invés de hipóteses. De acordo com Richardson (1998), nem todos os tipos de pesquisa requerem hipóteses. Segundo o autor, “nos planos descritivos, que pretendem aprofundar aspectos de um fenômeno, não se precisa de hipóteses” (RICHARDSON, 1998, p. 49). Triviños (1987) argumenta que as perguntas de pesquisa orientam o trabalho do investigador, pois representa o que o pesquisador deseja esclarecer. Dessa forma, este trabalho buscou responder as seguintes perguntas:

- Como se deu o processo de formação e quais são as características da COPRAN?
- Como ocorreu o processo de reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN?
- Qual o papel do MST no processo de reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN?

O tipo de pesquisa adotado para a realização do presente trabalho foi fundamentado em uma análise qualitativa da influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. Na pesquisa qualitativa, “não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes daquilo que os levou singularmente a agir como agiram. Essa empreitada só é possível se os

sujeitos forem ouvidos a partir da sua lógica e exposição de razões.” (GODOI *et al*, 2006, p. 91). Escolhemos a utilização da pesquisa qualitativa porque acreditamos, que o objeto e o tema de pesquisa seriam mais bem compreendidos sob esta perspectiva, que envolve perspectivas subjetivas dos que estão sendo analisados. Consideramos que a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN precisa ser analisada profundamente.

Dentro da perspectiva qualitativa, esta pesquisa foi exploratória e descritiva, pois envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que já se envolveram ou se envolvem, empiricamente, com o problema pesquisado e análise de exemplos que auxiliem a compreensão. De acordo com Gil (1987), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o intuito de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, e são utilizadas especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado. A pesquisa exploratória possui a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens ou explicações posteriores. Segundo Godoy (1995), o enfoque descritivo possibilita a descrição do que ocorre no campo, em sua realidade. Triviños (1987) argumenta que o foco essencial dos estudos descritivos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, etc. Os estudos de caso descritivos, nesse sentido, aprofundam a descrição de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Sendo assim, num primeiro momento, desenvolvemos uma pesquisa na qual foi feita a caracterização do objeto, através do levantamento de dados. Esses dados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de aprofundarmos conhecimentos e consolidarmos informações a respeito do MST. O MST é um movimento particular e recente, com seu surgimento na década de 1980 e sua influência na reconfiguração da identidade de seus associados é pouco estudada e descrita, daí a necessidade da pesquisa exploratória descritiva.

Na classificação quanto à estratégia de estudo, este foi um estudo de caso, partindo-se do pressuposto de que o estudo de caso proporciona o levantamento mais profundo de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos, mesmo que apresente o limite de se restringir ao caso estudado, sem a possibilidade de haver generalizações. (LAKATOS; MARCONI, 2007). Para Merriam (1988), o uso do estudo de caso significa, que o interesse do pesquisador está mais voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem num

determinado contexto do que às relações estabelecidas entre variáveis, onde se assume que o significado é incorporado nas experiências das pessoas, e que este significado é mediado através das próprias percepções do pesquisador. Adotamos o estudo de caso devido à necessidade de profundidade de análise da singularidade da influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN.

4.2 ESTRATÉGIAS DE COLETA DOS DADOS

O instrumento de coleta de dados primários da presente pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, que tem como objetivo principal compreender os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse. Escolhemos essa modalidade devido à valorização do entrevistador e à liberdade ao informante, o que pode enriquecer a investigação. Tais entrevistas se utilizam de questões abertas, que são adequadas quando o pesquisador deseja apreender a compreensão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças. As entrevistas semi-estruturadas são pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e delicado (GODOI *et al*, 2006).

Para descrevermos a formação e as características da COPRAN, utilizamos, além das entrevistas semi-estruturadas, algumas fontes documentais. Os principais documentos utilizados foram notícias de jornais e documentos oficiais encontrados no site eletrônico do MST. De acordo com May (2004, p. 205), “os documentos, lidos com a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo”, explicando também as relações sociais.

Nesta pesquisa utilizamos também a história oral, que é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como formas de se aproximar do objeto de estudo (Alberti, 2008). A história oral se desenvolve “em meio a recuos e evocações paralelas, repetições, desvios e interrupções, que lhe conferem um potencial de análise em grande parte diverso daquele de um documento escrito” (ALBERTI, 2008, p. 24). Isso permite que o investigador questione “por que a questão x evocou y ao entrevistado; por que, ao falar de z recuou para a; por que não desenvolveu a

questão c assim como fez em b e assim por diante” (ALBERTI, 2008, p. 24). Alberti (2008) aponta duas técnicas para a entrevista oral: a entrevista temática e a entrevista de história de vida. Para a autora, as entrevistas temáticas:

versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (ALBERTI, 2008, p. 38-39).

Esta pesquisa utilizou a entrevista de história de vida, pois acreditamos que, para cumprir o objetivo principal desta dissertação, seria necessário compreender a trajetória de vida e o universo dos entrevistados. Ao pedir para os associados falarem sobre suas vidas e histórias, buscamos compreender em suas falas o que faz sentido para eles nessa relação entre sua subjetividade e a história social e cultural mais ampla. Com a utilização da entrevista semi-estruturada, os entrevistados ficam livres para falar, para participar da elaboração da pesquisa, abrindo novos horizontes para o pesquisador. No entanto, a utilização de questões abertas não significa que o entrevistado ficou livre para falar de qualquer assunto, mas sim livre para falar sobre questões que envolvem o tema em pesquisa, que foi norteado pela utilização de um roteiro básico de entrevista. Os roteiros que utilizamos para a condução das entrevistas encontram-se nos Apêndices A e B.

4.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias de análise deste trabalho foram definidas após a realização de um estudo teórico, com trabalhos teóricos e empíricos, que auxiliaram no processo de construção dessas categorias. Nesse sentido, definimos cinco categorias. A primeira delas foi a “formação da COPRAN”, que objetivou descrever a formação do Assentamento Dorcelina Folador e da COPRAN. Essa primeira categoria foi necessária para compreendermos a realidade do assentamento e da COPRAN, o que nos ajudou a analisar as outras categorias, que serão mostradas nos próximos parágrafos desta seção.

Em sua pesquisa, Derrosso (2012), percebeu que a reconfiguração da identidade dos sujeitos foi permeada pelo senso de luta coletiva fomentada pela

criação da CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu). Com a ajuda da Comissão, a população deslocada se uniu e pôde conquistar melhores condições de enfrentamento da situação pela qual estavam passando. Esse movimento social, segundo Derrosso (2012), ajudou no reforço de uma identidade social, através de sua ação, em que os sujeitos envolvidos passaram a partilhar de uma identidade coletiva. Portanto, nossa segunda categoria de análise foi “Influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN”.

Derrosso (2012) observou, em sua pesquisa, a importância que território e trabalho têm como elemento definidor da identidade do sujeito. Segundo o autor, um novo território faz com que o sujeito tenha que buscar uma ressignificação da sua identidade. Com o novo território, surgem novos atributos técnicos, novas relações sociais e possíveis novos valores e culturas. O autor afirma que um novo território pode ajudar a construir ou desconstruir a identidade das pessoas e que no caso em que ele estudou os sujeitos conseguiram elementos, que definissem construtivamente sua identidade pessoal depois de tudo o que passaram. Nesse sentido, nossa terceira categoria de análise foi “Influência de um novo território na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN”.

De acordo com Tedesco (2009), os rituais de memória, que lembram situações de sacrifício e de enfrentamento no acampamento, cimentam concepções, auxiliam as estratégias de ação atuais e renovam a intenção passada do trabalho coletivo e a identidade de sem-terra. Esses rituais de memória fortalecem a luta dos que atualmente passam pelo mesmo caminho que já foi traçado por outros companheiros. O papel da memória é o de sustentar o sentido de identidade coletiva, de favorecer a coesão do grupo social e garantir sua identidade (Tedesco, 2009). Em seu trabalho, Tedesco (2009) viu que a memória do sofrimento é bastante ritualizada e serve como força subjetiva, principalmente aos mais jovens. De acordo com o autor, as gerações mais velhas temem a perda da memória da luta pelas gerações mais jovens, devido às exigências e ao pragmatismo do presente. Dessa forma, nossa quarta categoria foi “Relevância dos rituais de memória social e coletiva no fortalecimento da identidade sem-terra”.

Nepomuceno (2010) percebeu que um acampado tem identidade Sem-terra por ser desprovido de terra, mas a partir do momento em que ele consegue seu pedaço de terra, ocorre um fato curioso: ao invés de deixar de ser

Sem-terra, o indivíduo se afirma como Sem-terra, devido à consciência que ele desenvolveu em sua trajetória de luta. Além da afirmação da identidade, Nepomuceno (2010) percebeu que houve ampliação de lutas e objetivos depois que os acampados foram assentados. A princípio, a luta é pela terra, mas com o passar do tempo vai se ampliando para a luta pela justiça, pela reforma agrária, etc. Sendo assim, nossa quinta categoria de análise foi a “Afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento”.

Derrosso (2012), em sua pesquisa, percebeu que a participação no MST ajudou os indivíduos a criarem uma identidade coletiva de resistência. De acordo com Rampazo (2009), o MST – diferentemente de outros movimentos – conta com uma estrutura que permite que ali haja a reprodução dos símbolos e valores do movimento, que fazem parte da identidade coletiva. Em virtude disso, a reprodução de símbolos e valores do movimento não acontece da mesma forma em outros movimentos ou instituições, como no MAB e nas instituições públicas que atuaram no território que a autora analisou, como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Nestes aspectos, nossa sexta categoria foi a “Relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade sem-terra”. Além destas seis categorias, analisamos também as perspectivas que os associados da COPRAN têm em relação ao futuro.

4.4 ENTREVISTADOS

Decidimos dividir as entrevistas em duas etapas: na primeira, buscamos coletar dados descritivos do acampamento, do assentamento e da COPRAN. Na segunda etapa, procuramos coletar dados referentes à história de vida e à reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. Dividimos as entrevistas dessa maneira principalmente por dois motivos: primeiro porque percebemos, no dia da primeira visita, que os entrevistados que mais conheciam a história do acampamento, do assentamento e da cooperativa não eram necessariamente associados. Segundo, porque a entrevista ficaria muito longa e cansativa caso o entrevistado tivesse que contar toda a história do acampamento, do assentamento e da cooperativa e ainda falar sobre sua história de vida.

Escolhemos os entrevistados por meio da técnica *snowball sampling* (“Bola de Neve”), que é uma forma de amostra não probabilística, onde os participantes iniciais indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes, até que se alcance o objetivo proposto, que é o ponto de saturação dos dados (BALDIN; MUNHOZ, 2010). No ponto de saturação, os novos entrevistados repetem o que já foi dito em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à investigação. Acreditamos que:

a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado da sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de “informantes” em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas – em função da relação com o tema estudado –, seu papel estratégico, sua posição do grupo, etc. (ALBERTI, 2008, p. 31-32).

Dessa forma, em setembro de 2012, conversei com o professor universitário Eliel Machado, que indicou o telefone de Renato Rayner, estudante de filosofia da Universidade Estadual de Londrina e ex-assentado do Assentamento Dorcelina Folador. Liguei para o Renato, agendei um dia para conversarmos pessoalmente e ele me passou o telefone de Pedrinho, que na época era o coordenador do assentamento Dorcelina Folador. Então, em outubro de 2012, fiz a primeira visita ao assentamento Dorcelina Folador. Naquele dia, conversei com várias pessoas e mantive contato com Pedrinho, até que, em agosto de 2013, retornei ao assentamento para iniciar oficialmente as entrevistas.

Sendo assim, para a primeira etapa, entrevistei quatro pessoas. Elas foram definidas da seguinte forma: no dia 24/08/2013, fui ao assentamento, conversei com Pedrinho e ele pediu para seu filho, Lucas, me ajudar a encontrar os que seriam entrevistados. Lucas, então, me levou até a casa de Vanessa, no período da manhã. Vanessa, naquele dia, me informou que, dentro do assentamento, existia um senhor experiente chamado José. Fomos à casa de José, mas como ele não poderia conversar naquele dia, agendamos para o dia 01/09/2013. Após tal agendamento, voltei a falar com Lucas, que me levou para a casa de Elaine, logo após o almoço. Elaine, por sua vez, indicou Maria, que

participou de todo o processo de formação da COPRAN. Ligamos, então, para Maria e agendamos a entrevista para o dia 28/08/2013.

Para a segunda etapa das entrevistas, entrevistei cinco pessoas, todas no dia 09/10/2013. Escolhemos conversar novamente com a Vanessa, pois ela fazia parte da cooperativa, diferentemente das outras três pessoas que até então havíamos entrevistado. Então, naquele dia, entrevistei a Vanessa e o filho dela – Pedro –, que era recém-casado e dividia o lote com seus pais.

A Vanessa, no dia da sua segunda entrevista, sugeriu que eu conversasse com uma senhora chamada Ana, pois ela era uma pessoa experiente. Então, naquele dia, fui ao encontro do Pedrinho e pedi que me acompanhasse até a casa da Sra. Ana. Fomos a casa dela, mas descobrimos que ela não poderia participar da entrevista, pois não era associada da COPRAN. Não conseguimos entrevistar nenhum associado com mais de 60 anos de idade, pois, de acordo com os assentados, as pessoas mais velhas não costumam se associar à COPRAN, principalmente por dois motivos: o primeiro é o medo da COPRAN não dar certo, pois algumas associações foram mal sucedidas ao longo do tempo. Um exemplo é a forma de produção coletiva entre 10 famílias assentadas do Dorcelina Folador que não deu certo⁴. O segundo motivo da não associação dessas pessoas é o pensamento de que já está bom demais do jeito que está. Ou seja, para algumas pessoas, já é mais do que o suficiente ter o lote, a casa e a plantação para a própria subsistência. Por outro lado, os associados da COPRAN geralmente buscam maiores rendas e oportunidades para a família deles, em particular, e para o assentamento, em geral.

Diante dessas informações referentes às pessoas mais velhas, pedi ao Pedrinho que me levasse até a casa de outro jovem recém-casado, e ele me levou para a casa de Bruno. Conversei com ele e, quando estava quase indo embora, o pai dele – Mario – chegou e começou a conversar comigo. Percebi que ele tinha uma história interessante para contar e então sugeri que conversássemos mais detalhadamente. Ele disse que naquele momento não teria tempo, pois deveria fazer um conserto em uma máquina de um amigo do assentamento, e dentro de uma hora retornaria. Eu perguntei para ele se ele conhecia alguém mais com quem eu poderia conversar, e ele me chamou para ir com ele nessa visita, e enquanto ele

⁴ Para maiores detalhes sobre o coletivo do Assentamento Dorcelina Folador, consultar a seção 5.1.2, na página 75.

consertou a máquina, eu conversei com Heloisa. Após a conversa e o conserto, retornamos à casa de Mario, onde ficamos conversando por várias horas. Esse nono entrevistado, além de contar toda a sua vida, contou também toda a história do acampamento, do assentamento e da cooperativa, numa conversa de quase quatro horas de duração. A seguir, um quadro com alguns detalhes sobre as entrevistas e os entrevistados.

Quadro 3 – Entrevistados: Primeira Etapa

Primeira Etapa				
Ordem de entrevista	Nome fictício	Data	Tempo	Breve descrição dos entrevistados
1	Vanessa	24/08/2013	1h e 46m	Tem 42 anos, é casada e tem três filhos. Dois filhos estão no mesmo lote que ela e seu marido, e o filho mais velho mora e trabalha na cidade, pois não se adaptou à vida rural. Antes de entrar no MST trabalhava na agricultura como arrendatária. Entrou no MST para conquistar seu próprio lote de terra. É associada da COPRAN.
2	Elaine	24/08/2013	34m	Tem 34 anos, é solteira e tem um filho. Ajudou na criação da atual COPRAN, e trabalhava como gestora do setor administrativo da cooperativa. É filha de assentados, mas não era assentada ou associada. Atualmente não trabalha mais na COPRAN. Se desligou da cooperativa para cuidar de um parente que ficou doente.
3	Maria	28/08/2013	1h e 47m	Tem 47 anos, é solteira e não tem filhos. Mora em Londrina e trabalha no setor administrativo da COPRAN. Ajudou na criação da antiga COPRAN, em Tamarana, e da nova COPRAN, em Arapongas. Antes de entrar no MST, trabalhava no sindicato dos vigilantes. Não é assentada ou associada.
4	José	01/09/2013	1h e 04m	Tem 73 anos, é casado e tem um filho que está assentado em Terra Rica, Paraná. Antes de entrar no MST trabalhava na agricultura como arrendatário, no Paraguai. Entrou no MST para conquistar seu próprio lote de terra. Não é associado da COPRAN.

Fonte: Autor

Quadro 4 – Entrevistados: Segunda Etapa

Segunda Etapa				
Ordem de entrevista	Nome fictício	Data	Tempo	Breve descrição dos entrevistados
5	Vanessa	09/10/2013	1h e 23m	Tem 42 anos, é casada e tem três filhos. Dois filhos estão no mesmo lote que ela e seu marido, e o filho mais velho mora e trabalha na cidade, pois não se adaptou à vida rural. Antes de entrar no MST trabalhava na agricultura como arrendatária. Entrou no MST para conquistar seu próprio lote de terra. É associada da COPRAN.
6	Pedro	09/10/2013	1h e 03m	Tem 24 anos, é casado e tem um filho. É associado da COPRAN. É filho da Vanessa.
7	Bruno	09/10/2013	38m	Tem 19 anos, é casado e não tem filhos. É associado da COPRAN. É filho do Mario.
8	Heloisa	09/10/2013	1h e 00m	Tem 41 anos, é casada e tem cinco filhos, todos morando no mesmo lote que ela e seu marido. Antes de entrar no MST trabalhava na agricultura como arrendatária. Entrou no MST para conquistar seu próprio lote de terra. É associada da COPRAN.
9	Mario	09/10/2013	3h e 59m	Tem 47 anos, é casado e tem quatro filhos. Os dois filhos mais velhos não se adaptaram à vida rural, e atualmente moram e trabalham na cidade. Os dois filhos mais novos, junto com a esposa de um deles, moram no mesmo lote que o Mario e sua esposa. Antes de entrar no MST trabalhava em uma mercearia própria, em um bairro de Londrina. Possuía uma casa financiada. Entrou no MST para afastar os filhos da violência da cidade, pois muitos jovens da região estavam começando a usar drogas. Quis entrar no MST também para deixar boas lembranças aos filhos, para mostrar que lutou por alguma coisa. É associado da COPRAN.

Fonte: Autor

No desenvolvimento das entrevistas, utilizei um gravador digital. Após o término das entrevistas, as transcrevi de forma literal, para manter o formato original da fala dos entrevistados. Os nomes dos entrevistados que apareceram no texto não são reais, ainda que os entrevistados não tenham pedido isso. A

substituição dos nomes visou apenas manter o anonimato dos sujeitos da pesquisa. Decidimos entrevistar famílias recém-formadas – de dentro do assentamento Dorcelina Folador – e famílias constituídas a um bom tempo, pois acreditávamos que existiriam diferenças nos discursos. No entanto, percebemos que a história de vida do filho recém-casado é praticamente a mesma dos seus pais. A diferença, quando existe, é referente aos planos para o futuro. Geralmente, os novos casais pensam em estudar no futuro e os pais não. Por outro lado, os pais têm certeza de que querem continuar no lote até o fim de suas vidas, enquanto que os filhos não têm essa certeza.

4.5 LIMITES DA PESQUISA

Na elaboração desta dissertação nos deparamos com quatro limites. Primeiramente, não encontramos muitas pesquisas sobre a identidade do MST ou de suas cooperativas. Além disso, não encontramos publicações internacionais, mesmo depois de repetidas buscas em dois acervos digitais - Periódicos Capes e Web of Science – e até em sites de busca. O segundo limite foi que não conseguimos entrevistar o Pedrinho, coordenador do Assentamento Dorcelina Folador, pois ele, além de ser coordenador, também trabalhava em seu lote, e não tinha tempo para nos contar sobre sua história de vida. A título de curiosidade, o Pedrinho tinha dois filhos que o ajudavam nos trabalhos do lote, mas esses dois filhos foram estudar, pelo MST, em outro Estado. Talvez, a reconfiguração de sua identidade seria digna de análise. Em terceiro lugar, existiu a limitação de acesso total ao que se passa nos pensamentos de cada entrevistado, o que dificulta a interpretação pura da realidade. Por fim, em quarto lugar, existiu a limitação do uso do gravador nas entrevistas, que pode ter intimidado os entrevistados e, de certa forma, influenciado em suas falas. Porém, apesar dessas limitações, acreditamos que foi possível atingir os objetivos estabelecidos no início da pesquisa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados foi dividida em três seções. Na primeira seção, descrevemos o processo de formação e as características do Assentamento Dorcelina Folador, pois a COPRAN atualmente está construída dentro deste assentamento. A primeira seção foi dividida em três partes. A primeira, denominada período de gestação, que compreende os anos de 1999 a 2000. A segunda parte, denominada período de infância e adolescência, compreende os anos de 2000 a 2005. A terceira parte, denominada período de juventude, compreende os anos de 2005 a 2013. Na segunda seção, descrevemos o processo de formação e as características da COPRAN. A segunda seção foi dividida em duas partes: a primeira compreende o período de 1997 a 2003 e se refere à antiga COPRAN, e a segunda parte compreende o período de 2005 a 2013 e se refere à atual COPRAN. Após essa divisão temporal, analisamos os principais benefícios e limites da COPRAN, bem como o modelo de cooperativismo adotado por esta cooperativa.

Na terceira seção, analisamos a reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. A terceira seção foi dividida em cinco partes. Na primeira, analisamos a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. Na segunda, analisamos a influência de um novo território na reconfiguração da identidade. Na terceira, analisamos a relevância dos rituais de memória social e coletiva no fortalecimento da identidade sem-terra. Na quarta, analisamos a afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento. Na quinta, analisamos a relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade sem-terra. Por fim, na quinta parte, analisamos as perspectivas dos associados da COPRAN.

5.1 ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR

A COPRAN atualmente está instalada dentro do Assentamento Dorcelina Folador, que está localizado no município de Arapongas, Estado do Paraná. Acreditamos que a formação da COPRAN está ligada à formação e às características do Assentamento Dorcelina Folador, tendo em vista que a identificação da necessidade de um laticínio na região e a formação da atual COPRAN teve como principais atores os assentados deste assentamento. Sendo

assim, dividimos a história e as características do Assentamento Dorcelina Folador em três partes. A primeira, denominada período de gestação, compreende os anos de 1999 a 2000. Este foi o período em que os militantes do MST descobriram que a antiga Fazenda São Carlos seria leiloadada, e desta forma ocuparam a fazenda e ficaram acampados. Este foi o momento que antecedeu o nascimento do Assentamento Dorcelina Folador, e por isso foi intitulado de período de gestação.

A segunda parte, denominada período de infância e adolescência, compreende os anos de 2000 a 2005. Foi neste período em que o Assentamento Dorcelina Folador nasceu e, nos primeiros anos de vida, teve alguns aprendizados marcantes. Com estes aprendizados, os assentados perceberam que foi um erro a decisão de não seguir as orientações de plantio do INCRA e do MST. Além disso, perceberam que a autogestão, concretizada no coletivo, nem sempre dá certo⁵. Tais aprendizados caracterizam e justificam a denominação de período de infância, haja vista que a infância é marcada por aprendizagens. Do mesmo modo, foi neste período que os assentados passaram por alguns impasses, como a não integração de alguns assentados, a atividade realizada dentro do lote e a troca de lotes para a posterior venda. A fase da adolescência geralmente é marcada por dúvidas e impasses, o que justifica a denominação de período de adolescência para este momento.

Por fim, a terceira parte, denominada período de juventude, compreende os anos de 2005 a 2013. Foi neste período que os assentados organizaram a produção e criaram um laticínio – a COPRAN – dentro do assentamento. Também foi neste período que os assentados definiram as linhas de produção, aprenderam com os erros do passado, fizeram projetos de longo prazo e começaram a executá-los. Nestes aspectos, um grande projeto que foi criado e executado neste período - a reativação da COPRAN - considerando que esta cooperativa havia sido criada em 1997, em Tamarana, e estava paralisada desde 2003. Sendo um período de definição de objetivos e início da concretização destes, este momento foi denominado como período de juventude.

⁵ Os assuntos relacionados ao erro de não seguir as orientações do INCRA e do MST, bem como ao fracasso da autogestão no Assentamento Dorcelina Folador, serão mais detalhados ao longo desta seção.

5.1.1 De 1999 a 2000: período de gestação

O município de Arapongas possui pouco mais de 104 mil habitantes, e apenas 5% destes habitantes estão na área rural, segundo dados do IBGE (2010). O município se destaca por ser um polo de indústrias moveleiras, que atende a todo o Brasil. O assentamento Dorcelina Folador, localizado na cidade de Arapongas, era uma fazenda de 700 hectares pertencente a uma empresa que produzia sementes. Esta fazenda, antigamente chamada de Fazenda São Carlos, contava com apenas cinco funcionários e faliu em 1998. A ocupação pelos sem-terra se deu, nesta fazenda, no início de 1999. Na época, a fazenda seria leiloada pelo Banco do Brasil, em virtude de uma dívida de quase treze milhões de reais. Os militantes conseguiram cancelar o leilão e negociaram com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os ocupantes ficaram sabendo que tal área seria leiloada por meio de um Edital Oficial, que foi publicado no Diário Oficial da União sete dias antes da data do leilão.

O leilão da fazenda seria realizado em um dia de domingo, em fevereiro de 1999 e às 6h desse dia um grupo de pessoas ocupou o local. Os acampados vieram de vários lugares, sendo a maioria das cidades de Terra Rica, Floresta e Tamarana, cidades do Estado do Paraná. A maior parte dos atuais assentados, antes de entrarem no MST, eram pequenos agricultores ou arrendatários, que gostariam de proporcionar um futuro melhor para eles e para seus filhos. Eram pessoas que, muitas vezes, não ganhavam o suficiente para satisfazer as necessidades básicas e que, portanto, precisavam de um lote de terra. “Porque sem-terra de verdade é quem precisa. Ninguém vai pro sem-terra porque vou lá fazer uma história. Não, ele vai, ele faz a história porque ele tá precisando” (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013, p. 3).

Muitos, diante destas necessidades, foram convidados por amigos ou familiares a fazer parte do movimento e, dessa forma, começaram a fazer parte da luta pela reforma agrária e por outros objetivos. De acordo com Rampazo (2009), ao se identificarem com o MST, muitos vão para os acampamentos e passam a conviver diariamente com os valores do movimento, o que reforça a sua assimilação. Segundo a autora, o objetivo das pessoas fica, então, alinhado à ideologia disseminada pelas instituições. No caso dos associados da COPRAN, os objetivos

dos indivíduos começaram a estar alinhados aos objetivos do MST, e assim foi criada, no acampamento, uma identidade de resistência.

Existia, no acampamento, uma identidade de resistência entre os acampados, que lutavam contra a lógica social dominante. Segundo Castells (2006), a identidade de resistência é criada pelos atores, que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, que constroem trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes ou opostos dos que permeiam as instituições da sociedade. A identidade destinada à resistência, segundo o autor, leva à formação de comunas ou comunidades, e dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável. Esta identidade é moldada a partir da resistência às ideias hegemônicas, onde são criados grupos de indivíduos que se diferenciam e se contrapõem à lógica social dominante.

Naquele domingo os acampados chegaram acompanhados da polícia, mas não houve confronto entre eles. Era um domingo bastante chuvoso, e isso fez com que os veículos ficassem atolados, pouco antes de chegar ao destino. Por sorte, o administrador da fazenda que ia ser leiloada ajudou a guinchar os ônibus e carros que traziam os acampados, bem como as viaturas dos policiais que estavam logo atrás. Os policiais ficaram no acampamento até às 22h daquele dia, para evitar um possível conflito com os seguranças dos fazendeiros. Assim, não houve conflito com os policiais ou com os seguranças dos fazendeiros. Porém, houve um impasse com os fazendeiros, que haviam acabado de colher soja e queriam plantar trigo, mas foram impedidos pelos acampados (ENTREVISTA JOSÉ, 01 set. 2013).

Na época houve um revezamento entre três grupos de 150 pessoas cada um. Os primeiros ocupantes vieram de um acampamento localizado na Fazenda Nossa Senhora da Penha, em Terra Rica. O segundo grupo veio da cidade e Floresta, e o terceiro grupo veio da região de Tamarana. Esses três grupos eram de assentados e revezavam turnos de 15 dias, ou seja, a cada 15 dias um grupo saía e o outro chegava. Assim sendo, assentados de outras regiões auxiliaram no processo de ocupação daquela área, até que ela fosse ocupada pelos acampados, que chegaram aos poucos naquele território. (ENTREVISTA JOSÉ, 01 set. 2013)

O acampamento foi organizado em nove grupos, cada um com dez ou onze famílias. Cada grupo tinha um coordenador, uma coordenadora e um

representante de cada equipe (por exemplo, equipes de saúde, lazer, etc.). Em comparação, as reuniões no acampamento eram mais frequentes do que as atuais reuniões que acontecem no Assentamento Dorcelina Folador. Na época do acampamento, as coordenações se reuniam nas noites de sexta-feira. As assembleias aconteciam nas manhãs de sábado, onde todos os acampados se reuniam para discutir as diretrizes daquele acampamento (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013). Além das várias reuniões, os acampados participavam também de constantes formações⁶.

Na época do acampamento, grande parte dos acampados sobrevivia com a ajuda dos outros. Eles recebiam cestas básicas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que geralmente eram distribuídas a cada 15 ou 20 dias.

Você já pensou, dividir um pacote de arroz em 3 família, pra ficar 15 dias comendo aquilo ali? Sabão não vinha, sal não vinha, açúcar pior. Café muito menos, né. Só vinha mesmo alguma coisinha de comer. Farina de mandioca, fubá, essas coisa... feijão passava uma semana cozinhando e você podia por na espingarda e atirar que matava um... [risos]... ah, era daquela maneira, sabe? (ENTREVISTA JOSÉ, 01 set. 2013, p. 2).

Os acampados também recebiam leite de alguns movimentos religiosos, além de doações de roupas e alimentos, que algumas pessoas da região traziam. Entretanto, mesmo com as doações, os acampados passaram por dificuldades. A princípio, os fazendeiros da região não queriam contratar os acampados do MST, mas depois de certo tempo um arrendatário da região os convidou para colher café. Nem todos trabalharam para esse arrendatário e, inclusive, nem todas as vagas foram preenchidas por falta de pessoal. Mas, para os que foram trabalhar, a situação começou a melhorar. Depois desse período de colheita, os próprios acampados fizeram uma divisão temporária dos lotes em que estavam acampados e isso possibilitou o plantio. A medida era de 250 metros por 250 metros. Dessa forma, os acampados começaram a ter o que comer sem depender apenas da ajuda alheia (ENTREVISTA JOSÉ, 01 set. 2013).

Na época do acampamento, houve um impasse entre algumas famílias. De um lado, estavam catorze famílias acampadas que vieram da região de Maringá e Sarandi e se aliaram ao prefeito da cidade de Arapongas, com a ideia de fazer uma vila rural, desvinculada do MST. Do outro lado, estavam as famílias

⁶ Para maiores detalhes sobre as formações, consultar a seção 5.3.3, na página 105.

restantes, que queriam fazer um assentamento vinculado ao MST. Isto significa que os acampados que defendiam o MST tiveram duas brigas: uma contra o governo, para liberar a desapropriação daquela área e outra contra o prefeito de Arapongas e alguns acampados, que defendiam a ideia de se fazer uma vila rural (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013).

Dá pra viver na vila rural? O pessoal mora na vila rural mas trabalha na cidade, né. Então, não dá pra viver lá. Não dá. Então, foi a ideia dele. Amontou todos os pobres lá e eles que se danem lá, né, e eu se livro deles. [...] E daí virou mais uma briga, pense bem. O MST com o prefeito, né (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013, p. 5).

Grande parte dos acampados não desejava fazer vila rural, principalmente por dois motivos. O primeiro é que a vila rural seria desvinculada ao MST e o segundo é que os lotes seriam menores, pois viveriam 130 famílias onde foram assentadas 94. Sendo os lotes menores, muitos não conseguiriam tirar o sustento da própria terra, e provavelmente morariam na vila rural e trabalhariam na cidade. Diante dessa situação, os líderes do acampamento identificaram e expulsaram cinco famílias que estavam articulando para que se fizesse a vila rural em parceria com o prefeito. Após o desligamento dessas famílias, a ideia de se fazer uma vila rural perdeu força e foi dado andamento no processo de desapropriação daquela área (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013).

5.1.2 De 2000 a 2005: período de infância e adolescência

O assentamento Dorcelina Folador foi fundado no dia 27/11/2000. Foi escolhido este nome para homenagear a ex-prefeita de Mundo Novo – MS, que foi assassinada por membros do narcotráfico da região na época em que os militantes estavam ocupando a antiga fazenda São Carlos, em Arapongas. A prefeita era engajada com o MST e tinha proximidade com algumas famílias do acampamento de Arapongas.

Ao todo, 94 famílias foram assentadas, cada uma em seu lote de 2,5 alqueires. O tamanho do lote foi definido pelo INCRA, que fez um acordo com os assentados: o tamanho dos lotes seria de 2,5 alqueires, mas em contrapartida os assentados não seguiriam o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O PDA é um estudo que é feito no período de acampamento. Esse estudo busca

identificar a falta de produtos ou alimentos nas cidades da região do acampamento, e com base nisso indica o que pode ser plantado pelos assentados. O PDA do assentamento Dorcelina Folador indicava que seria interessante, naquela região, o plantio de café, horta e frutas.

O INCRA impôs uma posição: nós fazemos reforma agrária desde que vocês coloquem 94 famílias. Aqui é uma área pra 60 famílias, não 94. Então houve-se uma negociação, um acordo, ou uma imposição do INCRA, de colocar 94 família em cima dessa área. Porque a terra eram dois alqueires e meio, corresponderia a quatro alqueire em qualquer outro lugar do estado. [...] Mas houve um acordo de se colocar as 94 famílias e se reduzir pra dois alqueires e meio, porque aí o INCRA ia fazer um estudo, que foi feito o PDA. Foi aí a não aceitação das pessoas. [...] Então aí foi fechado esse acordo: põe-se 94 famílias só que a gente vai plantar o que a gente quer. O INCRA: não, desde que tenha 94 famílias, podem plantar o que vocês acham que vocês vivem (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 18).

Após a definição do tamanho do lote, foi feita a divisão entre as famílias. Os critérios de divisão dos lotes foram definidos nas assembleias. A escolha de cada lote não se deu por sorteio ou algo parecido. Cada família escolheu o seu lote, e não foram relatados embates por esse motivo. A única prerrogativa existente foi a relacionada aos que pretendiam trabalhar com o plantio de horta. A esse pessoal, que eram seis famílias, foi dada a preferência de se escolher os lotes que estavam localizados na beira do rio, pois essa é uma condição que favorece o plantio de horta. O restante dos indivíduos não tinha a necessidade de pegar lotes localizados na beira do rio, pois muitos pensavam em plantar café e uva e preferiam a terra seca. Assim, “cada qual pegou o dele, e no final das contas todo mundo ficou contente” (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013, p. 8).

Das 94 famílias que na época estavam acampadas, 10 decidiram trabalhar de forma coletiva, numa forma de associação onde todos trabalham juntos e repartem tudo o que era produzido. Cada uma dessas 10 famílias recebeu 2,5 alqueires, da mesma forma que os outros assentados. A diferença, em relação aos outros, foi que essas 10 famílias juntaram seus lotes e se auto-organizaram para trabalhar juntas. Na época, eles plantavam cará. O coletivo conseguia mais recursos de financiamentos do que os outros assentados que trabalhavam individualmente, pois eles tinham mais projetos e mais pessoas envolvidas em um mesmo financiamento. Dessa forma, o maior número de pessoas envolvidas em um mesmo projeto gerava mais confiança para as instituições que faziam os financiamentos (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013).

Nem todos quiseram entrar no coletivo, principalmente por medo de não dar certo. “Eu e meu marido [e meu cunhado] nós fizemo um coletivo de plantar, [...] e não dava certo, sabe? [...] Se a gente tentou uma vez com irmão e não deu certo, eu pensava, como que vai dar certo com estranho?” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 6). E, após certo tempo, aconteceu o que os mais pessimistas previam: a organização coletiva no assentamento Dorcelina Folador durou pouco menos de dois anos, pois um pequeno grupo desviava recursos no momento da venda do cará na cidade. “Não deu certo porque, acho que tinha um cabeça que mandava, acho que tava furando o zóio dos outros ...[risos]... tava passando a mão né. Tava emborsando” (ENTREVISTA JOSÉ, 01 set. 2013, p. 10). Sendo assim, todos atualmente trabalham de forma individual.

Após a divisão dos lotes e a formalização do assentamento, surgiu uma nova necessidade: a construção da casa. Para tanto, os assentados conseguiram financiamento pela Caixa Econômica Federal de R\$ 2.500. “Não dava pra fazer nada. Os R\$ 2.500 naquele tempo daria pra fazer essa cozinha minha aqui que você tá vendo e um banheiro. É o que daria pra fazer” (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013, p. 17). Não tendo outra opção de obtenção de recursos, os assentados assumiram o financiamento da Caixa, construíram parte do imóvel e começaram a pagar, mês a mês. No entanto, depois de dois anos, os assentados decidiram não pagar mais o financiamento, pois descobriram que existia a possibilidade do INCRA subsidiar a construção dos imóveis, sem a necessidade do pagamento deste valor pelos assentados. A princípio, os representantes da Caixa não aceitaram o não pagamento das parcelas dos financiamentos, mas, após muita negociação, os assentados conseguiram anular o pagamento do financiamento feito pela Caixa e ainda conseguiram R\$ 8.000 de recursos a fundos perdidos pelo INCRA. Ou seja, os assentados não precisaram pagar o financiamento da Caixa e nem o valor recebido pelo INCRA (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013).

Em 2002, todos os assentados receberam 12 mil reais para investir na produção dos seus lotes. Os assentados pegaram esse dinheiro, em 2002, e cada um usou esse dinheiro do jeito que quis, haja vista que entre os anos de 2000 e 2005 o assentamento não tinha uma linha de produção definida e seguida por todos. Nesse sentido, como os assentados decidiram em assembleia, no início do assentamento, não seguir o PDA – que previa o plantio de café, horta e frutas –, cada assentado plantou o que quis. Em 2004, teve uma geadas forte na região, e

muitos perderam suas plantações. Em 2005, foi feito um estudo interno no assentamento, e eles perceberam que 88 das 94 famílias haviam aplicado os recursos de maneira errada (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013).

Quer dizer, eles plantavam, vendiam, era mesma coisa de trocar 6 por meia dúzia. Plantavam 2 alqueires de milhos, custos: 4 mil reais. Quando colhia, rendimento: 6 mil reais. Quando ele dividia esses 2 mil reais em 6 meses que ele passou apurado, ele viu que tava trocando 6 por meia dúzia. Porque ele não tava conseguindo viver 6 mês com 2 mil reais. Isso a gente conseguir fazer estudo e provar pra todos assentados que a gente tava dando murro em ponta de faca. Que a gente ia cada vez, se desse um contratempo, como em 2004 teve uma geada, e muitos perderam. Perderam feijão, perderam milho. Outros perderam soja. Porque o pessoal investiu e a geada levou (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 16).

Foi depois da geada de 2004, que os assentados perceberam que eles deveriam plantar um pouco de cada alimento em seus lotes, que é o que eles aprenderam nas formações e decidiram não seguir. Ou seja, a maioria havia investido em apenas um ou dois tipos de produção, pensando que a monocultura daria certo em pequenos lotes. “Eu, minha família, conseguimos ver isso depois de 5 anos, que a monocultura não funcionava em 2 alqueires e meio, ou 3, ou 5. Ela não funciona. Ela funciona acima de 10 alqueires de terra” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 20).

Nestes aspectos, podemos considerar que alguns assentados se identificaram com o estilo de vida dos fazendeiros, pois praticaram a monocultura em seus pequenos lotes. De forma semelhante, Rampazo (2009), em seu estudo sobre os ribeirinhos do território Cantuquiriguaçu, encontrou o território dividido em dois grupos. De um lado, estavam aqueles que se adaptaram à ideologia dominante, se identificando com o grupo dos fazendeiros, e de outro estavam os que formaram uma identidade de resistência à ideologia dominante, se identificando com grupos de movimentos sociais de esquerda, como o MAB e o MST. “Em ambos os grupos, as instituições criaram neles um modelo de homem e mulher ideal que deve ser seguido por seus membros” (RAMPAZO, 2009, p. 175). No entanto, um pequeno produtor dificilmente consegue ter práticas de fazendeiro em um lote pequeno. Como a maioria havia investido em apenas um ou dois tipos de produção, a maioria aplicou os recursos da maneira errada, fato comprovado com as perdas decorrentes da geada de 2004.

Um fator que contribuiu para a má aplicação dos recursos foi a falta de assistência técnica. De acordo com os assentados, a princípio eles tinham técnicos só para assinar os projetos de financiamentos, e no ano de 2013 – ano da realização desta pesquisa – não existiam técnicos nem para assinar os projetos, pois os contratos venceram e não foram renovados (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013). “Essas pessoa que vieram aí nunca veio aqui na minha roça pra falar pra mim, ah, vou ajudar você a fazer isso e aquilo. [...] É igual eu to te falando, é só pro papel mesmo. [...] A gente ia lá e ele assinava o projeto pra gente” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 11). A falta de assistência técnica gerou descontentamento entre os assentados, e para piorar a situação dos assentados, os técnicos que ajudavam o assentamento não estavam preparados.

Deixa eu te contar uma história. Uma vez nós arrumemo um técnico agrícola [...]. Ele veio ali na minha mãe e perguntou pra minha mãe como que plantava batata, batata doce. Se era de semente. Se a batata doce era plantada de semente. Pensa bem, ele era engenheiro, engenheiro agrônomo ele era, né. Como é que ele não sabia que batata não se planta de semente, né. Olha outra, deixa eu te contar outra pra você ver, por isso que a pessoa tem que estudar e fazer na prática. [...] A outra veio aqui na minha casa e pediu pra ver se eu não podia dar uma couve-flor pra ela. E disse dá sim, é engenheira agrônoma, ela mora aqui. Eu falei, dá sim. Pode buscar. Dei a faca pra ela e disse tá lá embaixo, pode ir lá buscar a couve-flor. E daí eu tinha dois leito de couve-flor. Eu tinha um que já tinha flor, né, e tinha um que só tava o pezinho pequeno que não tinha flor. Ela chegou aqui com um punhado daquele debaixo do braço, que não tinha flor. Acredita? Eu falei, mas o que que você vai comer dessa couve? Ah, mas não é essa daqui? Eu falei, não é essa daí, a couve-flor é o outro leito lá que já tem a cabeça, né, que é a couve-flor, né. Então pense bem pra você ver, a pessoa é uma engenheira agrônoma e não conhecia um pé de couve-flor. Então, olha pra você ver. Isso é o técnico que vem aqui pra nós, sabe? E o que ele sabe fazer? Só no papel (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 10).

A necessidade de ajuda de um técnico agrícola no assentamento é grande, pois os assentados ficam sem saber o que fazer. Por exemplo, uma assentada gostaria de fazer uma horta para plantio de orgânicos. Ela havia feito um curso nessa área, então plantou do jeito que aprendeu e estava dando certo. Mas, pouco antes de começar a colheita, a lavoura foi atacada por lagartas. No curso, ela havia aprendido que deveria catar as lagartas uma por uma, mas como a plantação era grande, ela e sua família não conseguiriam catar todas as lagartas antes que a colheita se arruinasse. “O que que eu tive que fazer? Buscar o litrão de veneno e passar e matar as lagarta. Foi uma decepção, né. Muito, fiquei muito decepcionada

com aquilo ali, sabe? Porque a gente não tinha, né. Podia ter conseguido, né” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 11).

Independente da presença ou ausência de assistência técnica, os assentados do assentamento Dorcelina Folador tiveram essencialmente dois aprendizados. Com o primeiro aprendizado, os assentados perceberam que foi um erro não seguir o PDA e as orientações do MST sobre o plantio no lote. Provavelmente, se os assentados tivessem seguido o PDA e as orientações do MST, as perdas em decorrência da geada de 2004 seriam menores, pois a produção do lote deixaria de ser baseada na monocultura e passaria a ser diversificada e relacionada com as características e as necessidades da região. Por conseguinte, os 12 mil reais, que todos receberam para investir na produção do lote, possivelmente seriam mais bem investidos, em consonância com a realidade da região e com a orientação sobre a diversificação.

O segundo aprendizado que os assentados tiveram foi relacionado ao coletivo, que durou pouco menos de dois anos. Com o fim do coletivo, os assentados perceberam que a autogestão nem sempre funciona. Segundo Singer (2002), nas organizações que praticam a autogestão, os sócios decidem em assembleias, elegem representantes para deliberar em nome de todos e se informam do que está acontecendo no coletivo. De acordo com o mesmo autor, o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios diante do esforço adicional que a prática democrática exige, mas esse não foi um limite para os sócios do coletivo do assentamento Dorcelina Folador. Neste caso específico, o principal entrave foi a desonestidade de um pequeno grupo, que fez com que se findasse um empreendimento baseado na autogestão, ainda que as oportunidades de obtenção de recursos de financiamentos fossem maiores do que individualmente.

5.1.2.1 Principais impasses no Assentamento Dorcelina Folador

Nesta seção, apresentaremos três dificuldades que os assentados do Assentamento Dorcelina Folador passaram ou ainda passam. Primeiramente, uma dificuldade relatada no período de transição de acampamento para assentamento foi a não integração de algumas pessoas. Se integrar, na visão dos assentados, significa “fazer parte do povo, do movimento, dos assentados, de tudo né, nós é tudo uma família só né, por assim dizer” (ENTREVISTA VANESSA, 24

ago. 2013, p. 3). Em outros termos, eles consideram que uma pessoa é integrada se ela participa das atividades do MST que acontecem dentro e fora do assentamento. Assim sendo, se um indivíduo for integrado, ele fará parte de uma identidade coletiva⁷.

Especificamente, existiam alguns assentados que não plantavam no lote que conquistaram. Principalmente por esse motivo, três famílias foram convidadas a se retirar, pois eles não plantavam no lote e ainda estavam arrendando o lote para outros trabalharem nele. Mas, antes desse convite final, essas três famílias foram alertadas várias vezes: primeiro pelo coordenador do assentamento, segundo pelos coordenadores regionais, terceiro pelos coordenadores estaduais do MST. Tendo em vista que essas famílias não se integraram e não plantaram para o próprio sustento, mesmo sendo orientadas, elas foram convidadas a passar os lotes para outras famílias que estavam precisando.

O impasse referente à atividade realizada dentro do lote dos assentados é a segunda dificuldade que apresentaremos. Os assentados são orientados a plantar para o auto sustento, mas isso nem sempre ocorre. Por exemplo, atualmente, três famílias construíram um aviário dentro de seus lotes. Essas famílias fizeram um financiamento no Banco do Brasil, e para tanto tiveram que ter fiadores de fora do MST, que possuíam propriedades em seus nomes. Geralmente, esses fiadores foram familiares que não fazem parte do MST. Os coordenadores do MST não proibem, mas orientam os assentados a não trabalhar dessa forma, pois no final das contas o indivíduo acaba trabalhando de empregado para uma empresa multinacional.

⁷ Para maiores detalhes sobre a relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade dos associados da COPRAN, consultar a seção 5.3.5, na página 108.

O banco fazia financiamento pra qualquer um das 94 famílias. [...] Em nenhum momento ninguém era proibido de fazer, desde que conseguisse cumprir as exigências do banco. Eles conseguiram e assim fizeram. Então não ia ser justo o movimento falar: não, a gente pediu tanto pra você não fazer, então agora que você fez, tchau. Em nenhum momento o movimento trabalha dessa forma. Hoje, ele sabe que ele passa 45 dias do mês criando uma galinha pra vender uma galinha a 45 a 50 centavos [...]. Pra ele ter um retorno, ele tem que criar muita galinha. Então ele tem que fazer um investimento maior. Aí a firma começa a pedir exigências. [...] Ai ele começa a entender que o processo, o ganho dele, ele vai ser um funcionário que a qualquer momento que ele não cumprir aquelas normas, ele vai ser demitido. Ele entende isso? Entende claramente, tanto que ele procura fazer o impossível, [...] porque se ele perder, ele perdeu muita coisa. [...] Porque o parente dele deu a casa dele lá na cidade de garantia. Então ele tem, ele é obrigado a fazer o que a firma tá pedindo. Caiu na monocultura. Porque se ele não fizer, ele vai pagar um preço alto. O parente dele vai vir aqui tomar a terra dele? Não vai. O parente dele vai perder a casa dele. [...] Mas ele sabe de todas essas consequências. Vai prejudicar o assentamento? Não, a partir do momento que ele viu que não deu certo, que ele perdeu tudo o que ele tinha, é 2 alternativas. Ou ele vai se matar ou o parente dele vai matar ele. É as alternativa que ele tem. Vai se colocar outra família em cima e vai continuar o processo da reforma agrária (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 21).

Além da questão do aviário, houve também o caso dos assentados que plantaram eucaliptos. Da mesma forma que aconteceu com o caso dos aviários, os coordenadores do MST não proibem, mas orientam os assentados a não plantarem eucalipto em seus lotes. “Mas eles tão, são pessoas que participam, que contribuem, não tem o porquê o movimento dizer assim, não, a gente é contra, tem que arrancar. Não existe isso” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 17). Todavia, mesmo estando integrados ao movimento, os que têm aviários ou os que plantaram eucalipto são vistos com um olhar diferente pelos outros assentados. De acordo com Jenkins (2008), um dos aspectos que temos em comum é a nossa diferença em relação aos outros. Em face dessa diferença, nossa semelhança muitas vezes entra em foco. Os assentados do Dorcelina Folador se assemelham por serem pequenos produtores e por serem do MST, mas a diferença também entra em foco nos casos em que alguns assentados praticam atividades não aconselhadas pelo movimento.

Igual tem uma senhora lá que eu gosto muito dela. Às vezes os vizinho vão lá na casa dela, né, pedir galinha, né, vender galinha ou ovo, e ela diz assim: uai, eu que sou véia eu faço, por que que você não produz? Mora em cima da laje? ... [risos]... então aí cria essas coisas de vizinho mesmo, de como lhe dar, pô, você encheu de eucalipto lá em vez de plantar umas abóbora? Agora você vem aqui querer comprar abóbora de mim? ... [risos]... (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 15).

A terceira dificuldade que ocorreu no assentamento Dorcelina Folador foi a troca de lotes para a posterior venda. O assentamento Dorcelina Folador nunca aceitou a venda de lotes, mas antigamente os assentados podiam trocar seus lotes por lotes de outros assentamentos. Acontece que muitos outros assentamentos aceitavam a venda de terras, e alguns integrantes do assentamento Dorcelina Folador aproveitaram essa brecha. Ou seja, por volta de 20 famílias, assim que conquistaram o lote, trocaram por lotes de outros assentamentos. Destes, alguns venderam, e outros não. O MST e o INCRA não apoiam a venda das terras, mas mesmo assim a comercialização acontecia. Os que vendem os lotes que conquistaram não podem mais receber um novo pedaço de terra pelo MST, pois o INCRA não legaliza o indivíduo que já foi beneficiado, e o MST não aceita o retorno destas pessoas. A partir de 2008 foram proibidas as vendas, transferências ou trocas de lotes de assentamentos do MST, e daquele ano em diante cessaram as trocas de lotes no Assentamento Dorcelina Folador (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013; ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013).

5.1.3 De 2005 a 2013: período de juventude

Apesar dos limites, dos contratemplos e da falta de suporte técnico, os integrantes do assentamento Dorcelina Folador decidiram organizar a produção a partir de 2005, motivados principalmente pelas perdas provocadas pela geada de 2004. Dessa forma, os que queriam trabalhar com o mesmo produto se uniram e formaram um grupo. Foram criados vários grupos: café, leite, horta, frutas, animais, etc. Dentre todos o grupo do leite saiu na frente, pois foi o único grupo que fez um planejamento a longo prazo. Em 2005, o grupo pensava em fazer uma cooperativa no futuro, pois eles haviam percebido que as cidades próximas têm muitas creches, escolas, comércios e mercados, ou seja, vários consumidores em potencial. Ao mesmo tempo em que o grupo do leite estava com essas ideias, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) lançou um projeto para tornar a região de Arapongas em uma bacia leiteira, na qual seria construída uma cooperativa de beneficiamento de leite. “O pessoal do leite começou a deslanchar por esse motivo, porque havia um interesse da EMATER em implantar um projeto no sistema de cooperativismo e de uma agroindústria. Aí o pessoal investiu, pregou o pau” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 23). Ao mesmo tempo, os outros grupos de linhas de produção não estavam dando muito certo, pois estava havendo um conflito entre interesses individuais e coletivos.

O cara plantou o café, só que ele comprou do viveiro que tem certificação. Ele pagou mais caro na muda. O outro fez a muda no fundo de quintal. Não botou adubo, não passou nenhum defensivo, não corrigiu a terra, mas ele plantou café. E o café dele é tão bom quanto aquele que o outro comprou no viveiro. Só que daí existe um enigma entre os dois. Um acha que o café dele é melhor do que o outro. Mas nenhum dos dois quer se juntar pra vender o mesmo café em quantidade na cooperativa. Porque até então o que comprou com nota, no viveiro, com certificado, o café dele vale 400 reais. O outro que fez a muda em casa, que plantou de qualquer jeito, que deu até mais café do que aquele certificado, mas que não tem como ele provar, o café dele vale 80 reais a saca. Então há uma contradição, na qual as outras linhas de produção não ia. Não ia e dava esses entraves, tanto do pessoal da horta quanto do pessoal das frutas (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 23).

Em outros termos, ocorreu o que Brickson (2000) comentou. Segundo o autor, a identidade de orientação coletiva tem motivações para garantir o bem-estar de seu grupo em relação a outros grupos. Era essa a identidade do grupo do leite. Por outro lado, os outros grupos seguiram a orientação da identidade pessoal, sendo motivada pelo auto-interesse, pelas suas características e traços individuais, buscando avaliar-se por meio da comparação com os outros indivíduos⁸ (BRICKSON, 2000).

Sendo assim, o grupo do pessoal do leite avançou e os outros grupos retrocederam. A construção da cooperativa de beneficiamento do leite, então, deu certo por três motivos: interesses coletivos dos membros do grupo do leite, interesse da EMATER e localização da cidade de Arapongas como o centro de diversas cidades e de um conjunto de assentamentos do MST. Foi nesse contexto que foi construída a atual COPRAN, dentro do assentamento Dorcelina Folador.

5.2 COPRAN

A COPRAN, uma cooperativa criada dentro do setor de produção do MST, nem sempre esteve localizada na cidade de Arapongas, dentro do Assentamento Dorcelina Folador. Essa cooperativa teve suas origens na cidade de Tamarana, região norte do Paraná, no ano de 1997, e somente no ano de 2013 veio a se instalar de fato dentro do Assentamento Dorcelina Folador. Tendo em vista que

⁸ A identidade pessoal foi percebida principalmente nas famílias cujo casal é de idade avançada. Esses casais, em geral, temem que projetos cooperativos não deem certo, pois suas experiências anteriores não foram muito agradáveis. Além disso, esses casais, geralmente, pensam que ter o lote já é mais do que o suficiente, e que não é tão necessário correr o risco de fazer parte de um grupo coletivo.

a antiga e a atual COPRAN possuem certas particularidades, dividimos o processo de formação e as características da COPRAN em duas partes: a primeira compreende o período de 1997 a 2003, e se refere à antiga COPRAN, e a segunda parte compreende o período de 2005 a 2013, e se refere à atual COPRAN. Após essa divisão temporal, analisaremos os principais benefícios e limites da COPRAN. Por fim, analisaremos o modelo de cooperativismo adotado por esta cooperativa.

5.2.1 De 1997 a 2003: a antiga COPRAN

A COPRAN é uma cooperativa do MST, que foi criada dentro do setor de produção do Movimento da região. Atualmente, está localizada dentro do assentamento Dorcelina Folador, mas nem sempre foi assim. Seu surgimento foi no ano de 1997, em Tamarana, região norte do Estado do Paraná que apresenta vários assentamentos, com mais de 1.000 famílias assentadas. Os assentamentos da região surgiram na década de 1990 e devido ao fato de serem vários assentamentos em uma mesma região, surgiu a necessidade de se organizar e desenvolver a produção dos assentados.

Sua formação, em 1997, se deu por meio de recursos provenientes do Teto 2 do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), um recurso que, com o tempo, deveria ser devolvido aos cofres públicos. O Teto 2, voltado para a estruturação organizacional, foi solicitado em 1997, mas só foi liberado em 2000. “O pessoal ficou uma semana acampado na porta do Banco do Brasil pra ser liberado os recurso deles.” (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 4). Com a liberação desse recurso foi construída a sede e foram comprados trator, caminhão, carro, máquinas e computadores. Logo quando foi montada a estrutura da COPRAN, surgiu a primeira dificuldade, que foi a falta de mão de obra capacitada para trabalhar na área administrativa.

Instalaram ela, aí daí depois, como é que gerencia isso, né. Como que gerencia? Daí começa a dar, a surgir as dificuldade, justamente a da mão de obra capacitada na parte administrativa, de como tocar isso aí. [...] Então tinha um senhor lá que falava assim, eu sempre controlei tudo no meu caderninho. Porque agora vocês tem que ficar aí com esse negócio de computador aí? ...[risos]... [...] E assim, é compreensível porque, experiência mesmo em administrar esse negócio ninguém tinha, né. Era tudo novo, pra todo mundo. E daí, a gente vai, vai no rolão né, vamos ver como a gente consegue acertando aqui, mais na sorte do que no juízo... (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 4).

E, apesar das primeiras dificuldades administrativas, a cooperativa prosseguiu com suas atividades. O foco da COPRAN, na época de seu surgimento, era a comercialização de insumos agrícolas aos seus cooperados. Nesse sentido, a cooperativa comprava grandes quantidades de insumos e revendia aos pequenos produtores da região. A cooperativa vendia venenos, sementes, medicamentos e outros produtos relacionados à produção. Outra atividade da cooperativa era o aluguel de maquinários agrícolas aos assentados. As orientações da cooperativa eram definidas nas assembleias, pelos próprios assentados e aconteciam no barracão sede, em Tamarana. Isto significa que as orientações eram decididas em conjunto, e não impostas por algum coordenador do MST (ENTREVISTA MARIA, 28 AGO. 2013).

Então não era uma coisa assim, não era o MST que tomava a decisão e não era a COPRAN sozinha, mas era o conjunto, né. E quando se fala em MST se fala nas direções locais. Não vinha algo lá de cima assim, olha, é pra fazer assim, né. Normalmente as orientações que vinham do MST por parte da nacional são orientações formativas, eles dão sugestão. E daí a gente tem que adequar e trabalhar dentro da nossa realidade aqui, né. [...] Então não dá pra você ter assim uma orientação fechada, né. Ah, o MST toma uma decisão lá e manda pro povo e o povo vai. Não, não tem como fazer isso. Isso é impossível em qualquer situação, né. Não tem nem... nem como fazer isso (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 6).

Os maquinários existentes naquela época eram insuficientes para atender toda a região abrangida pela cooperativa, que era de um raio de 50 km. Além disso, a região onde estava localizada a COPRAN carecia de estrutura, e essa foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pela cooperativa. Muitas vezes a cooperativa vendia e não conseguia entregar, ou ainda os cooperados não conseguiam chegar até a cooperativa para efetuar o pagamento. A estrada da região tinha uma ponte que separava os assentamentos e a cooperativa. Essa ponte era de madeira e por várias vezes ameaçou cair. “Eu me lembro que naquela época chegou até uma vez a ponte da parte de Ortigueira cair, uma mulher morreu lá né” (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 3).

A cooperativa prosseguiu com suas atividades, até que chegou o momento de pagar as dívidas ao banco, entre os anos de 2001 a 2003. Naquele momento, a COPRAN não tinha dinheiro, pois todo seu recurso havia sido aplicado em caminhão, colheitadeira, trator e insumos agrícolas e esses bens não haviam dado retorno financeiro. Então, para efetuar o pagamento ao banco, a COPRAN

começou a vender sua própria estrutura e conseguiu manter o CNPJ ativo, sem dívidas. Dessa forma, a falta de estrutura da cooperativa e da região e os erros estratégicos da COPRAN, para aquele período, favoreceram a paralisação das atividades da cooperativa. Nesse período em que a COPRAN pausou suas atividades, seu imóvel, um barracão, servia de base para encontros entre os acampados e assentados da região (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013; ENTREVISTA ELAINE, 24 ago. 2013).

5.2.2 De 2005 a 2013: a atual COPRAN

Quando a COPRAN paralisou suas atividades, em 2003, o assentamento Dorcelina Folador já existia. Nessa época, ainda não existia a divisão dos grupos e linhas de produção do assentamento. Como foi dito nas seções anteriores, em 2004 teve uma geada forte na região, em que muitos assentados perderam suas plantações. Relembrando, em 2005 foi feito um estudo interno no assentamento e os assentados perceberam que 88 das 94 famílias haviam aplicado os recursos de maneira errada. Foi nesse contexto, que os integrantes do assentamento Dorcelina Folador, decidiram organizar a produção, a partir de 2005.

Nestes aspectos, em 2005, começou a ser elaborado o estatuto da nova COPRAN, baseado essencialmente em três pilares: orientações formativas do MST, modelos de sindicatos e cooperativas e apoio de advogados. Assim, foi fundamental a ajuda de sindicatos, cooperativas e advogados da região para a elaboração do estatuto dentro das normas legais. Dessa forma, os assentados decidiram os rumos da cooperativa em assembleias e repassaram essas ideias aos advogados, que elaboraram os textos. “Então foram 6 meses de reuniões, com o pessoal da EMATER, o pessoal do movimento, outras cooperativas [...]. Foi fundamental que o pessoal da COCAMAR, como o pessoal da SICREDI se dispuseram a também fazer palestra pra nós” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 29). Findado o estatuto, foi apresentado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o projeto de construção da cooperativa, com a troca da sede administrativa de Tamarana para Arapongas, dentro do assentamento Dorcelina Folador.

O projeto foi aprovado no final do ano de 2009 e a partir de então se iniciou a construção da COPRAN, com recursos do BNDES. Houve pequenos

atrasos na construção em virtude de chuvas não previstas, mas isso não comprometeu o término da obra. A estrutura da COPRAN foi inaugurada no dia 04 de fevereiro de 2013, com a presença da presidente Dilma Rousseff. A COPRAN não é filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e nem à Organização das Cooperativas do Estado (OCE), e isso talvez se justifique pelo fato de se considerarem uma cooperativa diferente das cooperativas tradicionais. Atualmente a COPRAN é filiada apenas à Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA), que faz parte da Rede de Cooperativas da Reforma Agrária do estado.

Atualmente, a cooperativa conta com um grupo gestor de cinco pessoas, que foram escolhidas por aptidão, interesses e participações nas atividades do MST. A princípio foi feito um convite geral na assembleia e então apareceram alguns interessados em ajudar na construção da cooperativa. Na assembleia, sete pessoas se dispuseram a ficar durante um mês na COANA, uma cooperativa localizada em Querência do Norte, Paraná, e lá aprenderam como funciona uma cooperativa de beneficiamento do leite.

Quem quer estudar um mês no laticínio em Querência do Norte? Lá tem cama, vocês vão receber uma ajuda de custo, não é aquele salarião, é uma ajuda de custo. Quem quer ir pra lá? Aí apareceu. Quando apareceu os interessados, aí foram lá e ficaram um mês. [...] Os que foram voluntários, os que foram a primeira vez, automaticamente quando chegaram aqui... você quer trabalhar aonde? Ah, eu quero trabalhar em tal setor, em tal setor, em tal setor. Ó, tem tal setor, quem quer tal setor? Ah, eu (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 34).

Quando voltaram, essas pessoas escolheram o setor que gostariam de trabalhar ou de coordenar e assim se fez. “Aí foi por voluntário. Quem quer ficar com as vendas? [...] Quem vai fazer compra no campo? [...] Quem vai responder por isso? Quem vai vender? Quem vai tomar conta da fábrica?” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 36). Para a função de queijeiro, apenas um rapaz do assentamento Dorcelina Folador se dispôs a fazer um curso de dois anos em Minas Gerais, e quando voltou assumiu a coordenação desta parte da produção. Não teve mais de uma pessoa que quis assumir a mesma função, pois foram poucos os interessados. Considerando que a abrangência da COPRAN seria além do assentamento Dorcelina Folador, o convite para fazer parte da cooperativa foi estendido aos assentamentos da região, mas apenas quatro pessoas de outros assentamentos se interessaram. Houve um baixo número de interessados de outros assentamentos

principalmente pelo fato de que muitos assentados se acomodaram depois que conquistam o lote.

E foi aberto, e foi abrindo, e foi abrindo e ninguém foi se interessando. Porque aquela conquista, não, eu to na terra, eu tenho que produzir, eu vou ficar aqui, porque eu ganho o meu, eu produzo aqui, eu levo pro CEASA, eu levo no mercado, é meu, eu não tenho patrão... então sempre teve essa teoria, essa lógica, né (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 36).

Especificamente, a escolha da pessoa que assumiria a função de presidente da COPRAN seguiu outros caminhos. Primeiramente, as direções regionais, estadual e nacional do MST indicaram alguns nomes de pessoas, que estavam envolvidas com o movimento e com o projeto daquela cooperativa. Ao todo, surgiram seis nomes, sendo duas mulheres e quatro homens. Então, foi feita uma reunião com os coordenadores e dirigentes regionais, estadual e nacional do MST, e por votação foi escolhida uma pessoa, a Dirlete, que já fazia parte do assentamento Dorcelina Folador. Perguntaram para ela se ela aceitaria, ela aceitou o convite e se tornou presidente da COPRAN. “A Dirlete foi sempre uma pessoa que se mostrou voluntária pra ir pra cursos pra fora, cursos de produção, cursos de finanças, prestação de contas, administração” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 35).

No final de cada ano é feita uma assembleia, onde se discute sobre o que foi feito e o que se planeja fazer em relação às atividades da COPRAN. É nessa assembleia que os associados decidem se o grupo gestor e a presidente serão substituídos ou não. Isso significa que, com exceção da primeira gestão da presidência da cooperativa – que foi por indicação –, os gestores são escolhidos por votação direta, de forma democrática. Também é nessa assembleia que se discute se os lucros serão distribuídos entre os associados, investidos em outras linhas de produção ou reinvestidos na cooperativa. Então, no Assentamento Dorclina Folador, existem dois tipos de assembleias: uma relacionada ao assentamento, que ocorre quinzenalmente e envolve todos os assentados, e outra relacionada à COPRAN, que é restrita aos seus associados e que ocorre anualmente (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013).

Para o ano de 2013, os associados decidiram, em assembleia, investir em outras linhas de produção, que não se alavancaram nos assentamentos da região. Nesse sentido, a COPRAN comprou um climatizador de banana e um engenho de açúcar mascavo, que podem ser usados por todos os associados. Foi

construída também uma creche, com recursos da COPRAN, e a partir de então os trabalhadores da cooperativa que têm filhos começaram a utilizá-la (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013).

Atualmente, a maioria dos que trabalham na cooperativa são filhos de assentados, mas as decisões são tomadas pelo grupo gestor, composto por cinco pessoas, das áreas de comércio, assistência técnica, política, produção e administrativa. Esse grupo se reúne uma vez por semana, define os rumos da cooperativa e repassa aos trabalhadores, que executam as atividades. Cada trabalhador tem sua tarefa bem definida, de forma que eles não têm poder de decisão direta na COPRAN. Eles

se reúnem, mas assim, no sentido de ouvir também, né, a pessoa que trabalha naquele setor, mas nem sempre é uma reunião pra decisão né, pode ser uma reunião pra proposição, né. Pra decisão, nem sempre. Depende aí das condições, porque, vamos supor, a pessoa que está na indústria, ela tem a visão do que está acontecendo na indústria mas não sabe o que está acontecendo no comércio né, ou na administração. Ou nas finanças. Então, propostas assim é, se levantam, mas nem sempre é possível acatar né (ENTREVISTA ELAINE, 24 ago. 2013, p. 6).

Ao todo, atualmente existem 34 trabalhadores na COPRAN, todos pertencentes ao MST. São 11 na indústria, 7 no comércio, 6 no escritório, 4 na produção de leite e de horta, 2 na captação do leite e 4 motoristas. Todos esses trabalhadores são assalariados e registrados, com carteira assinada, e os salários foram definidos com base na tabela do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Arapongas e Rolândia (STIAAR). Cinco pessoas que trabalham na área administrativa, jurídica e contábil são terceirizadas pela Fundação Terra, que as contrata para trabalhar na cooperativa. Ainda não houve desligamento de nenhum trabalhador na COPRAN, até mesmo porque não faz muito tempo que a cooperativa iniciou suas atividades. Dentro da COPRAN, os que nela trabalham são chamados de “contribuintes”, independente da função que exercem e não existe rotação de atividades.

A contratação dos funcionários e a não participação destes nas decisões distancia a COPRAN de uma empresa solidária, pois, de acordo com Singer (2002, p. 12), “na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas”. Segundo o autor, a

maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade nas retiradas, da mesma forma que as empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores. Além dessas características, Singer (2002) aponta que as empresas solidárias também fixam limites mínimos e máximos entre a menor e a maior retirada. Portanto, podemos perceber que o modelo de cooperativismo adotado pela COPRAN não é o modelo de cooperativismo solidário preconizado por SINGER (2002).

Além dos trabalhadores, a COPRAN conta também com pouco mais de 900 associados inscritos, que são assentados do MST, moram na região norte do Paraná e vendem seus produtos para a cooperativa. A COPRAN aceita associados de fora do MST, desde que sejam pequenos produtores, tanto é que atualmente existem 4 pequenos produtores da região que comercializam pela cooperativa. Para se tornar associado, devem-se pagar quatro cotas anuais, de R\$ 50,25 cada uma, e esse valor é restituído no momento em que o associado se desliga da cooperativa.

Atualmente, a COPRAN é uma cooperativa de comercialização, inserida no Setor de Produção do MST. A antiga COPRAN apresentava um alcance de 50 km, mas atualmente, com a readequação do estatuto e da estrutura, ela passou a ser de abrangência estadual, em parceria com a COANA, que está localizada na cidade de Querência do Norte. As duas cooperativas trabalham com a mesma marca – Campo Vivo. Sendo assim, quando a COPRAN vende na região de Maringá, a COANA entrega, de forma que quando a COANA vende na região de Arapongas, a COPRAN entrega, e no final as duas cooperativas fazem o ajuste das contas.

A COPRAN industrializa, atualmente, 20 mil litros de leite por dia, mas a capacidade da fábrica é de 90 mil. Além do leite, a COPRAN fabrica mussarela e iogurte e todos esses produtos são vendidos na rede de comercialização das cooperativas da Reforma Agrária. Atualmente, a COPRAN também aluga máquinas agrícolas aos assentados e tem as atividades administrativas, relacionadas à fábrica e à comercialização de produtos pelos programas governamentais (PAA e PNAE).

Os alimentos produzidos pelos associados são comercializados pela cooperativa. Quando não são vendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), são levados às Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA) ou às cooperativas da região. O PAA e o PNAE são programas governamentais de aquisição alimentos de pequenos

produtores. O PAA se constitui em compra antecipada, em que os cooperados recebem todo o valor do contrato com o dever de cumpri-lo ao longo do período estabelecido. Por sua vez, quando os cooperados vendem pelo PNAE, eles primeiro entregam os produtos, para só depois receber. A produção de alimentos, vendida por esses programas, é repassada a entidades e escolas municipais. Para fazer parte desses programas, os produtores precisam ter Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e estarem associados à COPRAN, pois o pagamento e os trâmites legais são feitos pela cooperativa.

Dessa forma, a COPRAN, no ano do início de suas atividades, tem três atividades: industrialização de leite e derivados, aluguel de máquinas agrícolas e atividades administrativas, relacionadas à fábrica e à comercialização de produtos pelos programas governamentais (PAA e PNAE). Segundo dados do MST (2013), o Paraná possui 18 cooperativas que formam a Rede de Cooperativas da Reforma Agrária do estado, que juntas formam a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA), cujo objetivo é melhorar as condições de trabalho no campo, com a geração de renda e o oferecimento de alimentos de qualidade à sociedade.

5.2.3 Benefícios e Limites da Atual COPRAN

Nem todos os assentados do Dorcelina Folador são associados à COPRAN. Atualmente, 16 das 94 famílias não são associadas. O motivo da não associação de alguns pode estar ligado com os motivos relacionados às dificuldades enfrentadas pela cooperativa, que serão descritos nesta seção, logo após a definição dos benefícios proporcionados pela COPRAN. Tais benefícios podem ser sintetizados em quatro categorias: industrialização dos produtos, comercialização dos produtos, projetos de financiamento e aluguel de máquinas agrícolas.

Primeiramente, a COPRAN agrega valor ao leite fornecido pelos associados, pois “não tem como você comprar um litro de leite, do produtor rural, numa garrafa PET. Isso daí não pode, isso daí é proibido, então, eu quero comercializar meu leite, quero industrializar” (ENTREVISTA ELAINE, 24 ago. 2013, p. 8). A industrialização do leite, nesse sentido, gera uma renda maior aos associados, pois a venda informal em grande escala e a um preço justo, simultaneamente, é algo pouco provável de se acontecer para os pequenos produtores. Ademais, caso os associados fossem vender o leite para as

cooperativas da região, eles não teriam garantias concretas de receber frequentemente um valor justo pelo leite vendido. As cooperativas da região “fazem a primeira compra e pagam mais do que os outros na região e depois, no terceiro mês, quarto mês, eles dão, pra recuperar o perdido deles lá no começo, eles abaixam o preço lá embaixo, ou dão os calotes. Somem.” (ENTREVISTA ELAINE, 24 ago. 2013, p. 4). Com a COPRAN, os associados não correm esse risco, pois a cooperativa tem um planejamento de produção de longo prazo, que é feito junto com os associados e as direções locais.

Em segundo lugar, os associados podem comercializar por meio da cooperativa. Diferentemente da antiga COPRAN⁹, que vendia insumos agrícolas para os associados, a atual COPRAN vende os produtos dos associados. Apesar de parecer um jogo de palavras, a diferença é significativa, pois não faz sentido os assentados produzirem e não terem pra quem vender. Os projetos governamentais que a COPRAN atende, como o PAA e o PNAE, exigem muita documentação. Nesse sentido, provavelmente os associados não teriam tempo para cuidar da produção do lote e ainda se preocupar com questões administrativas, como a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o Cadastro de Produtor Rural (CAD/PRO), por exemplo. Além disso, caso os associados não utilizassem a COPRAN para vender pelos programas governamentais, eles provavelmente venderiam pela CEASA, o que não é muito interessante para quem vende. “O CEASA é uma coisa que você não tem garantia de nada. Às vezes você vende, às vezes não vende, às vezes vende de graça, às vezes vende caro...” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 6). Por outro lado, as vendas realizadas pelo PAA e pelo PNAE têm um preço pré-estabelecido, que na média é maior do que o valor pago na CEASA, além de ser frequente e mais seguro.

O terceiro benefício que os associados têm é o aumento das possibilidades de liberação de projetos de financiamento. Por ser uma cooperativa, a COPRAN consegue intermediar projetos de financiamentos que os assentados necessitam, e que não conseguiriam de forma individual. Por exemplo, “hoje a COPRAN financiou pra nós calcário, esterco, e a gente vai começar a pagar agora em outubro até julho [...]. Se fosse lá no banco, [...] pode até pagar, mas se fosse 4 mil ia pagar uns 8 mil” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 8). Além dos

⁹ Para maiores detalhes sobre a antiga COPRAN, consultar a seção 5.2.1, na página 84.

projetos de financiamentos individuais, uma cooperativa pode facilitar também projetos de financiamentos coletivos, como é o caso dos produtores de hortaliças, que pensam em industrializar seus produtos, com o intuito de agregar valor e ter um lucro maior. Nesses casos, uma organização precisa ser responsável por esses produtos, pois “se não tiver cooperativa não vai dar certo. Porque toda mercadoria que hoje entra no mercado ela tem que ter esse código, né. Tem que ter o CNPJ. E daí se não tiver isso não entra no mercado” (ENTREVISTA VANESSA, 24 ago. 2013, p. 13).

O quarto e último benefício a ser destacado é o aluguel de máquinas agrícolas aos associados, que têm a possibilidade de descontar o custo desse aluguel nos meses posteriores à utilização. “Aí no caso a gente vai entregando os produto e eles vai descontando aos pouquinho, na hora do trator. [...] porque pra gente comprar um trator, cada sitiante aqui fica meio pesado, né” (ENTREVISTA BRUNO, 09 out. 2013, p. 7). Além das máquinas, a COPRAN possui caminhões que fazem entregas nas cidades vizinhas. Em comparação, se os assentados fossem vender para a CEASA ou para as cooperativas da região, eles deveriam providenciar o transporte por conta própria. Tendo em vista que poucos assentados possuem caminhão próprio, grande parte dos associados deveria pagar frete para entregar os produtos, e isso não é interessante, pois o valor do frete é alto, ao mesmo tempo em que o valor pago pela CEASA é baixo.

Porque, que nem agora, nós não tá levando, é minha tia que tá levando acelga no CEASA, e tá vendendo a 7 real a grade. E daí como que você vai daqui até o CEASA e você vai pagar 3 real de frete? Sobra 4. Só que daí você tem que contar o gasto que você teve pra fazer a terra, comprar a semente, plantar, passar o veneno, irrigar, colher, até chegar no CEASA. Isso se torna em nada, sabe, acaba em nada (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 9).

Portanto, os associados têm o benefício de usar o caminhão da COPRAN para entregar seus produtos, e os custos do caminhão são diluídos entre os associados que o utilizam. Deste modo, a COPRAN cobra 20% do valor venal dos produtos vendidos pelos associados. Essa porcentagem, além de cobrir os custos do transporte, tem o objetivo de custear os gastos administrativos da cooperativa. Estes quatro benefícios favorecem a participação dos associados na COPRAN.

Apesar dos quatro principais benefícios, a COPRAN também apresenta alguns limites. Tais limites podem ser divididos em dois grupos: limites internos e limites externos. A primeira dificuldade enfrentada pela COPRAN é a referente aos horários rígidos. Provavelmente, a questão de adaptação ao horário se deve ao costume que os empregados tinham de trabalhar na roça sem horário definido, ou seja, até a finalização do serviço daquele dia ou até o pôr do sol. Nesse sentido, no início das atividades da COPRAN, alguns trabalhadores saíam mais cedo por acabar o serviço daquele dia antes do horário formal. Além do mais, alguns não descansavam na hora de intervalo para almoço e descanso. “Porque eles são assim, pô meu filho, você não pode trabalhar 8 horas direto, você tem que parar tal horário. Ah não! Vou ficar aí fazendo o quê? Vou lá pra dentro... [risos]... sabe?” (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 28). Estes primeiros limites, relacionados à adaptação dos que trabalham na COPRAN, podem ser considerados como limites internos, pois estão presentes dentro da cooperativa.

O segundo tipo de problema enfrentado pela COPRAN, nesse sentido, se refere aos limites externos, que são limites relacionados à desconfiança de assentados e associados. Alguns associados questionam as normas da cooperativa. Por exemplo, alguns questionaram sobre a existência de cerca ao redor da cooperativa, afirmando que isso poderia significar a desconfiança que a COPRAN tem dos próprios assentados do Dorcelina Folador. No entanto, essa é uma exigência que a COPRAN cumpre, pois a entrada de animais na cooperativa é proibida e passível de multa. Outro exemplo é o uso dos computadores da COPRAN: o uso dos computadores é restrito aos funcionários que estão em horário de serviço, mas os associados reclamam por não poderem utilizar. “Qual que é o confronto? É com o legal, o administrativo. Tem coisa que tem que ser, não tem como fugir. E que as pessoas comum não entende, né. [...] O assentamento é a casa deles. A cooperativa não tem como ser” (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 17).

A terceira dificuldade externa enfrentada pela COPRAN é a desconfiança de alguns do assentamento Dorcelina Folador, motivada principalmente pela falta de conhecimento e pelos erros que outras associações cometeram no passado.

Quando a cooperativa foi fundada, [...] eu batia contra essa tecla de ter a cooperativa. Eu achava que a cooperativa [...] era um sistema capitalista, que ia comprar do pobre, ganhar o dinheiro dela e vender pro rico. [...] As histórias ou os erros que foram cometidos no passado deixavam a gente com o pé atrás (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 29).

Podemos citar dois exemplos de erros cometidos por antigas associações da região do assentamento Dorcelina Folador: a antiga COPRAN¹⁰, que paralisou suas atividades em 2003, e o grupo das 10 famílias que se juntou para fazer um coletivo¹¹ dentro do assentamento Dorcelina Folador. Os coordenadores do MST da região estão cientes dessas dificuldades, e uma forma de solucioná-las é por meio de formações. Assim, quando o MST não tem suas próprias escolas nos assentamentos, como é o caso do Assentamento Dorcelina Folador, faz parcerias com algumas universidades, faculdades e escolas técnicas, com a finalidade de capacitar seus membros para atuarem dentro do movimento e das cooperativas.

5.2.4 Modelo de cooperativismo adotado pela atual COPRAN

Nesta seção, analisaremos o modelo de cooperativismo adotado pela COPRAN, e compararemos, de maneira breve, com o modelo de cooperativismo adotado pela COPAVI, uma cooperativa do MST de Paracaty que adota o modelo coletivo. Primeiramente, Fabrini e Marcos (2010) apontam que, segundo a CONCRAB, existem as seguintes formas de cooperação no MST:

Mutirões e trocas de serviço; núcleos de produção; associações; grupos semicoletivos; grupos coletivos; cooperativas de prestação de serviços; cooperativas de prestação de serviços regionais; cooperativas de crédito; cooperativas de produção agropecuária (CPAs) (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 107).

A COPRAN é uma cooperativa de comercialização e, portanto não se enquadra nas formas de cooperação apontadas por Fabrini e Marcos (2010). As cooperativas de compras e vendas são “associações de pequenos e médios produtores que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas” (SINGER, 2002, p. 83). O tipo mais importante desta categoria é a cooperativa agrícola, formada por agricultores, mas as cooperativas de compras

¹⁰ Para maiores detalhes sobre a antiga COPRAN, consultar a seção 5.2.1, na página 84.

¹¹ Para maiores detalhes sobre o coletivo do Assentamento Dorcelina Folador, consultar a seção 5.1.2, na página 75.

e vendas são formadas por pequenos e médios produtores, que podem ser agricultores, taxistas, caminhoneiros, comerciantes, profissionais liberais, etc. (SINGER, 2002)

Nestas cooperativas, os membros se juntam para comprar algo muito caro, como um trator, por exemplo, que fica disponível a cada membro, por um tempo, e possibilita maiores chances de equiparação do pequeno produtor aos grandes proprietários. No ramo da agricultura, principalmente, existem atravessadores, que pagam o mínimo possível aos produtores e tentam vender pelo máximo valor possível aos varejistas. As cooperativas de compras e vendas possibilitam, nesse sentido, que vários membros se juntem para vender a colheita diretamente aos compradores, e consigam um preço melhor (SINGER, 2002).

O modelo de cooperativa adotado pela COPRAN, por exemplo, é diferente do modelo adotado pela COPAVI: as duas cooperativas pertencem ao MST, mas a COPAVI é uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária) e a COPRAN é uma cooperativa de comercialização. Para Singer (2002), a cooperativa de produção – modelo adotado na COPAVI – é o protótipo de empresa solidária, pois associa os produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como o fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas. No modelo coletivo, adotado em Paranacity, tudo pertence ao grupo dos associados, inclusive a administração da cooperativa. Esse modelo de administração dificilmente daria certo se fosse adotado na COPRAN, pois esta cooperativa abrange todo o Estado do Paraná, enquanto que a abrangência da COPAVI é apenas no próprio assentamento de Paranacity.

Então é... esse tipo de administração conjunta que eles fazem lá, pra um, pra uma empresa maior não... pra mim, eu não vejo como que conseguiria organizar, né. Causaria muito transtorno por causa de toda a burocracia que exige em cima de, de uma cooperativa, principalmente nesses caso que comercializa pelos produtores e tem que apresentar a documentação desses produtores o tempo todo (ENTREVISTA MARIA, 28 ago. 2013, p. 21).

Assim sendo, a principal limitação para a COPRAN não seguir o modelo coletivo da COPAVI, de acordo com os associados da COPRAN, é o excesso de documentos que são exigidos dos pequenos produtores para que eles possam vender pelos programas governamentais, como o PAA e o PNAE. Além do excesso de documentos, a abrangência da COPRAN é bem maior do que a da

COPA VI. Esses dois fatores, que estão relacionados, são considerados como as principais justificativas da divergência de modelos adotados entre a COPRAN e a COPA VI. Além desses dois fatores, um terceiro motivo, que pode justificar o fato da COPRAN não seguir o modelo de uma CPA, é que este modelo não é reproduzido satisfatoriamente por não apresentar os resultados esperados pelo MST, como foi indicado no trabalho do Zeneratti (2012). Apesar desses limites, dentre as formas de cooperação existentes, as CPAs são consideradas pelo MST como uma forma superior de organização da produção, pois nela a terra, os meios de produção, a gestão e o trabalho são coletivos (FABRINI; MARCOS, 2010).

Fabrini e Marcos (2010) apontam motivos externos e internos, que dificultam a reprodução e a expansão das CPAs nos assentamentos. “Externamente, as condições macroestruturais de valorização de uma agricultura de negócio (agronegócio) têm colocado obstáculos para as iniciativas dos camponeses” (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 111). Os motivos internos, por sua vez, são vários. Fabrini e Marcos (2010), especificamente, indicam sete: 1 – dificuldades de relacionamento dos camponeses numa estrutura hierarquizada; 2 – gestão relaxada e pouco zelosa do patrimônio coletivo; 3 – decisões aceitas, mas não assimiladas pelos membros; 4 – discrepância entre a racionalidade familiar camponesa dos assentados e a lógica empresarial; 5 – dificuldades de divisão do trabalho; 6 – tempo de trabalho norteado mais pela produção de mercadorias e menos pela produção necessária à garantia de existência do grupo familiar; 7 – problemas relacionados aos horários rígidos.

A COPRAN tem funcionários contratados, cujos salários são definidos conforme o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Arapongas e Rolândia (STIAAR). Segundo Singer (2002, p. 12), “na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida”. Nestes aspectos, percebemos que o modelo de cooperativismo adotado pela COPRAN não é o modelo de cooperativismo solidário preconizado por Singer (2002).

Segundo Singer (2002), o cooperativismo de compras e vendas não é um modelo alternativo ao capitalismo, porque não estende a democracia e a igualdade aos seus membros e preserva a divisão de classes. No entanto, a COPRAN é uma cooperativa formada principalmente por assentados do MST, e a

transformação da sociedade não deixa de ser um de seus grandes objetivos, mesmo que de forma indireta.

5.3 RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ASSOCIADOS DA COPRAN

A história de vida dos entrevistados nos mostrou que houve reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN a partir do momento em que eles começaram a participar do MST. Os associados passaram por acampamentos, ocupações, despejos, manifestações e diversas outras atividades, que foram moldando seus jeitos de ser e de pensar. De maneira didática, dividimos a reconfiguração das identidades dos associados da COPRAN em dois tipos: reconfiguração genérica e reconfigurações específicas.

Consideramos como reconfiguração genérica a reconfiguração da identidade ocorrida devido à influência do MST. Sendo genérica, essa reconfiguração pode ser compreendida por meio da análise e da comparação de como o indivíduo era antes de fazer parte do MST e de como esse mesmo indivíduo é hoje, sendo um associado da COPRAN, uma cooperativa pertencente ao MST.

Por sua vez, as reconfigurações específicas estão inseridas na reconfiguração genérica. Ou seja, a reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN, ocorrida devido à influência do MST, abrange as seguintes categorias: influência de um novo território na reconfiguração da identidade, relevância dos rituais de memória social e coletiva no fortalecimento da identidade sem-terra, afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento, relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade sem-terra e planos para o futuro.

Acreditamos que a influência do MST é a condição de existência das reconfigurações específicas. Isso significa que os associados conquistaram um novo território porque eram acampados do MST, que os rituais de memória social e coletiva formam e propagam as ideias do MST, que a afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento se deu com os membros do MST no momento em que eles faziam parte deste movimento, que a identidade coletiva é uma das características do MST e que o MST influencia nas perspectivas que os associados têm atualmente.

5.3.1 Influência do MST na Reconfiguração da Identidade dos Associados da COPRAN

Os associados da COPRAN, em geral, tiveram suas identidades reconfiguradas a partir do momento em que entraram no MST. De acordo com Scherer-Warren (2011), o reconhecimento coletivo de um direito, proporcionado por um movimento social, leva à formação de uma identidade comum, nos aspectos sociais e políticos. Muitos que hoje são associados da COPRAN, quando chegaram aos acampamentos, foram orientados a conhecer os direitos e os deveres que estão expressos na Constituição Federal do Brasil de 1988. “A gente ficava assim, se você perguntasse algum trecho do que tinha na constituição, praticamente a gente te respondia. A gente ficou faminto em saber o que que era. Tanto os deveres como os direitos” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 9).

É no momento do acampamento “que se dá a impressão da identidade, com se um carimbo vermelho fosse colocado na consciência de cada indivíduo” (BOGO, 2010, p. 148). A importância dos acampamentos do MST também foi percebida por Rampazo (2009), que notou que nos acampamentos do MST há toda uma estrutura que permite que ali haja a reprodução dos símbolos e valores do movimento. Assim como o trabalho de Rampazo (2009), também percebemos que existe uma reprodução dos símbolos e valores do MST, ocorrida principalmente nos acampamentos. Os associados da COPRAN, assim que entraram em acampamentos, começaram a conhecer os direitos pelos quais estavam lutando, “que é direito à moradia, direito à saúde e direito à segurança. Ninguém pede mais que isso” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 3). Acreditamos que esse é o momento em que se inicia a formação da identidade sem-terra nos indivíduos, pois eles chegam ao acampamento sem saber especificamente o que podem e o que não podem reivindicar. “A gente entra no acampamento bem barriga verde que fala, né, e vai mexendo com esses estudo” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 5). Dessa forma, ao saber o motivo pelo qual lutam, eles começam a participar de formações, a lutar por alguns direitos e, conseqüentemente, a ter suas identidades reconfiguradas.

Jenkins (2008) afirma que a identidade se dá através das interações entre a ordem individual e a ordem institucional, sendo ligadas por meio da ordem da interação. O autor sugere que o mundo pode ser melhor entendido como três ordens

distintas de identidade: individual, interacional e institucional¹². Nesse sentido, os associados da COPRAN tiveram suas identidades individuais reconfiguradas por meio da interação com outros indivíduos e com o MST. Segundo Jenkins (2008), a identidade institucional é o mundo humano de padrão e de organização, que estabelece formas de fazer as coisas. O autor aponta que as instituições são partes integrantes do mundo humano, pois orientam os comportamentos dos indivíduos e interferem em suas tomadas de decisões. No caso dos associados da COPRAN, o MST, com sua identidade institucional, estabeleceu formas de fazer as coisas e, conseqüentemente, influenciou na reconfiguração das identidades destes associados.

Ao longo desta seção, descreveremos as quatro principais mudanças que ocorreram na vida dos associados da COPRAN, depois que eles entraram no MST. Em geral, os associados mudaram seus estilos de vida. Especificamente, os associados começaram a fazer parte de um movimento, em geral, e de um grupo, especificamente; começaram a ter mais tempo livre; começaram a ter uma melhor qualidade de vida e formaram uma identidade coletiva. Em sua pesquisa, Derrosso (2012) percebeu que a reconfiguração da identidade dos reassentados pela construção de uma usina hidrelétrica foi permeada pelo senso de luta coletiva fomentada pela criação da CRABI (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu). No caso dos associados da COPRAN, a reconfiguração de suas identidades foi fomentada pela existência do MST, pois as quatro principais mudanças que os associados tiveram em suas vidas, e que citaremos nesta seção, ocorreram depois que os associados entraram no MST.

Primeiramente, os associados da COPRAN começaram a fazer parte de um movimento, em geral, e de um grupo, especificamente. Muitos voltaram ou começaram a estudar graças ao auxílio do MST. “Eu nunca tinha feito um curso antes do MST. Nunca fiz. Que nem eu falei. Vivia num mundo fechadinho ali, sabe? E aqui eu aprendi que a gente tinha que fazer curso também, pra gente, né, visualizar coisas mais longe” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 8). Derrosso (2012) observou em sua investigação, que um ponto fundamental para a construção social das identidades foi a participação dos sujeitos em um movimento social. Esta participação fez com que os sujeitos criassem uma identificação, que auxiliou na construção e na ressignificação da identidade coletiva. A adoção de uma identidade coletiva foi a quarta principal mudança

¹² Para maiores detalhes sobre as três ordens distintas de identidade, consultar a seção 2.3.3, na página 51.

que encontramos e será analisada ainda nesta seção, após a descrição da segunda e da terceira mudança que os associados tiveram em suas identidades.

Em segundo lugar, com o novo estilo de vida após a entrada no MST, os associados começaram a ter mais tempo livre. Dessa forma, atualmente, cada um dedica seu tempo livre da maneira que quer. Por exemplo, alguns visitam os parentes nos finais de semana (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013), e outros criam novos objetivos de crescimento pessoal, que antes não existiam ou estavam adormecidos. “Lá eu acho que não teria tempo pra nada, né, que eu ia ter que trabalhar e só. Agora aqui não, aqui eu to pensando em estudar já. É diferente” (ENTREVISTA BRUNO, 09 out. 2013, p. 4).

Em terceiro lugar, o novo estilo de vida dos associados, segundo o relato deles, propicia uma melhor qualidade de vida, sem muitas preocupações e estresses que eram característicos do antigo estilo de vida. “Por exemplo, às vezes a gente vai no posto, a gente vê o povo tudo aí estressado. Uma coisa que a gente aprende no movimento é isso. A ter paciência, a dar o tempo pras coisa, né. Aprende a viver melhor” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 4).

A quarta principal mudança que ocorreu na vida dos associados da COPRAN, depois que eles entraram no MST, foi a formação de uma identidade coletiva, que gera um sentimento de amizade e parceria entre os indivíduos. “Na cidade, ó meu amigo, você nem cumprimenta o vizinho que você conhece. Agora aqui não, todo mundo se conhece, todo mundo já se ajudou também, graças a Deus, um ajuda o outro” (ENTREVISTA BRUNO, 09 out. 2013, p. 4). Essa identidade coletiva está presente tanto nas relações entre vizinhos como no próprio jeito de pensar do associado, que sofreu alterações essenciais depois do encontro com o MST. A partir desse encontro, alguns associados começaram a ser menos individualistas e mais abertos a novas amizades.

Eu era totalmente capitalista. Era meu e eu tinha que ter posse. [...] Então eu era individualista. Eu queria ter o meu, ter o meu, comprar meu carro, comprar minha moto e andar com uma roupa bem, por meus filho bem vestido. Não tinha tempo pra parente. Parente era só no nome, no dia do casamento, no natal e boa. Passou natal, ano novo? O resto do ano tinha que trabalhar. Eu não tinha amigos. [...] A partir do momento que eu conheci o movimento, eu senti que a minha vida inteira, a minha vida inteira minto... os meus 30 anos de vida, eu vivia num mundo falso. Porque eu queria ter o que todo mundo quer ter, e que eu ia ser igual a todo mundo. Que eu não ia fazer diferença nenhuma. Não que eu tenha feito alguma diferença na história, mas eu fiz alguma diferença pra minha família (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 27).

A partilha de uma identidade coletiva, ocorrida entre os associados da COPRAN devido à existência de um movimento social – o MST –, foi semelhante ao caso estudado por Derrosso (2012). O autor percebeu que com a ajuda da CRABI, a população deslocada se uniu e pôde conquistar melhores condições de enfrentamento da situação pela qual estavam passando. Esse movimento social, segundo Derrosso (2012), ajudou no reforço de uma identidade social, através de sua ação, na qual os sujeitos envolvidos passaram a partilhar de uma identidade coletiva.

Segundo Rampazo (2009), a influência do MST na reconfiguração da identidade dos indivíduos é maior do que a influência de outros movimentos sociais. Rampazo (2009), em sua pesquisa notou que o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) não tira os ribeirinhos de sua casa, e por isso os reassentados não mantêm muito contato com os outros membros do movimento. No MAB, não há uma participação efetiva de toda a família – geralmente são os homens que vão às reuniões e às manifestações. Por outro lado, no MST, os membros são mantidos em acampamentos e ficam quase 24 horas por dia juntos, pois moram um do lado do outro. De acordo com a autora, no MST encontramos famílias inteiras, em que crianças, adultos e idosos trocam experiências e participam juntos das manifestações, quase que num mundo à parte¹³.

5.3.2 Influência de um Novo Território na Reconfiguração da Identidade

A reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN, influenciada por um novo território, pode ser analisada fundamentalmente em duas visões: a visão dos que já trabalhavam com um pedaço de terra e a visão dos que não trabalhavam com um pedaço de terra. Para os que já trabalhavam como pequenos agricultores antes de entrarem no MST, a reconfiguração de suas identidades não se justificou pela influência de um novo território, pois o ato de trabalhar com um pedaço de terra não foi novidade para eles, mesmo que a cidade ou a região do território fosse outra. “Não foi difícil de se adaptar na região, na terra. A terra pra mim não foi muito difícil porque eu já me criei né, na roça, já vim de agricultor” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 3).

¹³ Para maiores detalhes sobre a relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade dos associados da COPRAN, consultar a seção 5.3.5, na página 108.

Dessa forma, os associados que já haviam trabalhado com um pedaço de terra acreditam que a reconfiguração da identidade ocorreu com mais intensidade no nível macro, devido à influência do MST. “Não mudou por local de vivência não. Foi por causa do MST que nós mudamos de... eu mesmo mudei de estratégia, de como, o jeito de viver assim, né, por causa do movimento mesmo” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 7). Isso significa que, para eles, houve a reconfiguração genérica da identidade, ou seja, a reconfiguração da identidade ocorreu devido à influência do MST e não necessariamente em virtude de um novo território.

Por outro lado, na visão dos que não trabalhavam com um pedaço de terra, houve a reconfiguração específica relacionada ao novo território. Ou seja, os associados da COPRAN, que não trabalhavam com um pedaço de terra, tiveram suas identidades reconfiguradas quando entraram no MST e um dos motivos dessa reconfiguração foi a influência de um novo território.

Então, hoje, a terra pra mim, ela é a outra parte que faltava na minha vida. É o bem material que eu não tive, que eu considerava carro, moto, roupa, tênis... ela entrou, a terra entrou no lugar desse material, que eu achava que era essencial na minha vida. O essencial que eu preciso hoje é desse pedaço de terra pra mim plantar o meu sustento, que eu tenho minha família, os meus filhos, eu plantando aqui, eles vão comer todo santo dia. Então, a terra pra mim é a parte financeira que ficou na cidade. É o capital que ficou na cidade. [...] Então a terra pra mim fez muita diferença. Eu enxerguei um outro lado da vida sim. Grande diferença (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 28).

A importância que território e trabalho têm como elemento definidor da identidade do sujeito foi percebida pelo Derrosso (2012). Segundo o autor, um novo território faz com que o sujeito tenha que buscar uma resignificação da sua identidade. Com o novo território, surgem novos atributos técnicos, novas relações sociais e possíveis novos valores e culturas. Nesse sentido, para os associados da COPRAN que não trabalhavam com um pedaço de terra, o território favoreceu o surgimento de novos valores e culturas, que até então não existiam.

Por exemplo, o Mario começou a ser caçado por sua família em virtude de algo que até então era novo e inusitado. O Mario havia plantado mandioca em seu lote pela primeira vez em sua vida e o primeiro pé de mandioca que ele colheu foi muito grande, pois pesava entre 12 e 13 quilos. “E aquilo eu pulava de alegria, e comia aquela mandioca que nem filé mignon, picanha. Aquilo pra mim era

uma coisa que eu fiz, que eu plantei, que meus filhos tavam comendo. [...] Então virou comédia durante um mês na família” (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 28). Ou seja, o fato de começarem a trabalhar com algo e em um novo território novo mudou o estilo de vida dos associados da COPRAN que não trabalhavam com um pedaço de terra, pois, neste novo território, tudo seria novidade. Sendo assim, para estes, foi percebida a influência de um novo território na reconfiguração de suas identidades.

5.3.3 Relevância dos Rituais de Memória Social e Coletiva no Fortalecimento da Identidade Sem-Terra

De acordo com os associados da COPRAN, os rituais de memória social e coletiva influenciaram na reconfiguração de suas identidades. “Nossa senhora! [...] Mas lógico, influencia, às vezes você ouve uma história sobre alguma pessoa, alguém que sofreu muito e acabou morrendo na luta [...]. Rapaz, a cabeça sua muda totalmente. [...] Isso daí é uma escola pra gente” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 5). Essas mudanças que os rituais de memória social e coletiva geram na vida dos indivíduos são reais, pois, de acordo com Tedesco (2009), cimentam concepções, auxiliam as estratégias de ação atuais e renovam a intenção passada do trabalho coletivo e a identidade de sem-terra. “O objetivo é mais pra amadurecer a ideia das pessoa né. [...] É um estudo feito na prática, né. Mais pra amadurecer a ideia da pessoa” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 13). Nestes aspectos, o papel da memória é o de sustentar o sentido de identidade coletiva, de favorecer a coesão do grupo social e garantir sua identidade (TEDESCO, 2009).

Os rituais de memória social e coletiva estão inseridos no processo de formação dos sem-terra. No acampamento, essas formações não tinham período definido de início e de término, e nem davam direito a um diploma formal, pois “o diploma é a lição de vida, né [...]. Então, a formação é mais pra vida mesmo, pra ter um rumo de vida mesmo.” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 5). Apesar desse caráter informal, todos os acampados precisavam passar pelas formações, sob pena de expulsão do movimento.

Tem que participar, e daí é regra. Quem não participar das reunião, de tudo que tiver ali no acampamento, ela é excluída. Daí também isso é regra, sabe. Todo mundo tem que participar. Tá no acampamento, não pode perder uma reunião. Isso aí é regra mesmo, não tem onde correr não. Então, por isso não tem onde fugir. O cara vai se amadurecer ali (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 3).

Nessas formações, os acampados tinham a oportunidade de se amadurecer, de se integrar ao MST, pois a maioria chegava ao acampamento sem saber o funcionamento do MST, os projetos dos governos, o motivo específico qual estavam lutando e os direitos que estavam reivindicando. Os principais direitos pelos quais os sem-terra lutam são os diretos à moradia, saúde e segurança, que estão expressos na Constituição Federal de 1988 (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013). Assim, nessas formações, os acampados estudavam, sob uma visão crítica, o funcionamento dos governos internacionais, nacionais, estaduais e municipais (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013). Os acampados aprendiam também sobre o funcionamento do MST, os direitos que eles estavam reivindicando, com base na Constituição Federal de 1988, e como estava o andamento do processo de reforma agrária daquele acampamento e dos acampamentos da região.

Em comparação, as formações no acampamento são diferentes das formações no assentamento. No assentamento, os assentados se reúnem em assembleia, quinzenalmente, para atualizar as formações que tiveram no assentamento, bem como para discutir os projetos de financiamento ou subsídio que eles precisam e os projetos futuros para o assentamento. Por sua vez, o método das formações, seja no acampamento ou no assentamento, não é muito formal. Eles discutem vários assuntos e consultam alguns documentos do MST, como livros, cartilhas, folhetos e jornais (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013).

Nestes aspectos, os rituais de memória social e coletiva, geralmente realizados nas formações, fortaleceram a identidade sem-terra dos associados da COPRAN. Isto se deu porque, de acordo com Tedesco (2009), os rituais e símbolos que agregam os sem-terra apresentam dimensões místicas que provocam sentimentos, representações, emoções, energias, convicções, paixões mobilizadoras, vontades de mudança e identidades de sem-terra. Geram resistências para suportar sofrimentos, repressão, limites da vida sob as lonas, apelos de desvinculação do grupo, perda de companheiros. Nesse processo, todos

contribuem para formar uma mística, uma tradução simbólica da identidade, que alimenta os imaginários sociais dos sem-terra.

5.3.4 Afirmação da Identidade Sem-Terra na Transição Acampamento–Assentamento

Nepomuceno (2010) percebeu que um acampado tem identidade sem-terra por ser desprovido de terra, mas a partir do momento que ele consegue seu pedaço de terra, ocorre um fato curioso: ao invés de deixar de ser sem-terra, o indivíduo se afirma como sem-terra, devido à consciência que ele desenvolveu em sua trajetória de luta. Tal fato também ocorreu com os associados da COPRAN, pois quando estes passaram pela transição acampamento-assentamento, afirmaram suas identidades sem-terra. Com o lote conquistado, os assentados começam a ajudar os outros que ainda não conquistaram seus lotes. “Vish nossa, se depender de mim... se chegar aqui hoje e falar, vamo ocupar uma fazenda, vamo ocupar um pedágio, vamo fazer isso, vamo na prefeitura... vamo, to dentro vamo embora, eu quero ajudar os outros” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 5). Então, nesse ciclo de ajudas, a identidade e o estilo de vida dos sem-terra são propagados para os que estão no começo da luta.

Quando os associados da COPRAN deixaram de ser acampados e passaram a ser assentados, houve ampliação de lutas e objetivos, assim como foi percebido na pesquisa da Nepomuceno (2010) que, a princípio, a luta é pela terra, mas com o passar do tempo vai se ampliando para a luta pela justiça, pela reforma agrária, etc. No caso dos associados da COPRAN, a princípio a luta também era pela terra. Após essa conquista, os sonhos passaram a estar relacionados com o lote. “Um sonho era a terra, e a gente já teve, a gente já tinha conquistado né. Aí começa em busca de mais recurso. Por exemplo, a casa né. Porque cada coisa que nós tem aqui é uma conquista” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 2).

Em geral, os associados lutaram por recursos para a construção da casa, por infraestrutura para a casa e para o assentamento – como água e luz – por recursos para o plantio no lote, por educação e transporte para os filhos e por projetos e melhorias para todos do assentamento, sendo um deles a construção da COPRAN. “Porque ó, hoje nós já não luta pela terra mais, mas nós luta por saúde, educação, né, o lazer, é... projetos, né, muito projeto” (ENTREVISTA VANESSA, 24

ago. 2013, p. 6). Sendo assim, a ampliação de lutas e objetivos, ocorrida a partir da transição acampamento-assentamento, favoreceu o processo de afirmação da identidade sem-terra que os associados da COPRAN estavam adquirindo.

5.3.5 Relevância da Identidade Coletiva na Afirmação da Identidade Sem-Terra

Derrosso (2012), em sua pesquisa, percebeu que a participação no movimento ajudou os indivíduos a criarem uma identidade coletiva de resistência. Da mesma forma, também notamos a existência de uma identidade coletiva entre os associados da COPRAN. Essa identidade coletiva não era presente em outros grupos de agricultores nos quais os associados participavam antes de entrarem no MST. “Eu já vivi em agricultor normal, que lá tem, cada um tem sua terra, não liga se vai passar veneno aqui e atinge o lote do outro, não tá nem aí, quer que o dele, né. Aqui dentro do movimento a gente vê que é diferente” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 4).

De acordo com Rampazo (2009), o MST conta com uma estrutura que permite que ali haja a reprodução dos símbolos e valores do movimento, o que não acontece em outros movimentos ou instituições, como no MAB e nas instituições públicas que atuaram no território que a autora analisou, como o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

A identidade coletiva favorecida pelo MST, nesse sentido, auxilia no processo de sedimentação das identidades dos indivíduos, que mudaram seus estilos de vida ao entraram no MST. Essa identidade coletiva gera sentimentos e atitudes que não existiam antes. Primeiramente, a identidade coletiva desperta a convivência íntima entre os associados (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013). Quando os indivíduos acampam, acabam conhecendo pessoas de diversas origens, que até então eram desconhecidas. Neste período, os acampados se identificam com as pessoas que acabam conhecendo nos acampamentos. Segundo Hall (2000, p. 106), “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. Nestes aspectos, devido ao fato dos acampados terem um mesmo ideal e, em muitos casos, a mesma origem, ocorre a identificação. Com o passar do tempo, uma identidade coletiva é formada, ao mesmo tempo em

que as identidades individuais dessas pessoas são reconfiguradas. Dessa forma, surge um estilo de vida coletivo, em que um ajuda o outro. “Mais coletivo. Mais. Não importa se é lá no fim do assentamento, aconteceu qualquer coisa, com quem for, [...] não tem nada a ver de sangue, mas é uma coisa pelo próprio movimento, que é onde a gente aprende a ter essa união pelo outro, né” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 4).

De acordo com Jenkins (2008), a família é a instituição responsável pela socialização primária dos indivíduos, sendo a instituição que forma, ao longo do tempo, uma identidade mais durável nos indivíduos. No caso dos associados da COPRAN, o sentimento de estar em família dá forças para os associados continuarem no lote e no MST, pois “se não fosse o coletivo nesse sentido, não a cooperativa, o coletivo assim junto, com essa união que a gente tem... é isso que a gente busca, que dá, a mesma coisa, que faz com que você fique agarrada ali, você tem uma coisa pra se agarrar, né” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 11). Nestes aspectos, a identidade coletiva dá forças aos que a tem, ao passo que favorece a exclusão de quem não a tem. Ou seja, alguns assentados que não possuíam esta identidade coletiva desistiram de trabalhar no lote e foram trabalhar na cidade.

Foi porque não participava desse coletivo assim, não é do coletivo de produção, mas do coletivo de participar, de ir buscar informação. [...] Desistiu só por causa dessa falta de união, de ter o coletivo. Foi uma família que se isolou e começou a só a trabalhar sozinha, sabe? (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 10).

A identidade coletiva, além de favorecer a exclusão de algumas famílias, também gera um sentimento de orgulho. “Eu tenho orgulho de tá no movimento sem-terra por causa disso. Mesma coisa você... parece que vira mais ser humano mesmo” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 5). Do mesmo modo, Nepomuceno (2010) considera que a identidade humanizada dos sem-terra, em permanente [re]construção, se fortalece na medida em que materializa-se em vivências coletivas que projetam um outro modo de vida. As vivências coletivas, então, projetam um modo de vida que fortalece a identidade dos sem-terra, que atualmente é mais humanizada do que nos anos anteriores à entrada no MST.

5.3.6 Perspectivas dos Associados da COPRAN

No que se refere aos planos para o futuro, os associados pensam em progredir na produção, em parceria com a COPRAN e com os outros associados. “A gente tem que crescer junto com a cooperativa, porque eu sozinho, a modo do outro, é difícil, eu posso crescer sim, mas é difícil. A dificuldade se torna muito grande” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 7). Dessa forma, os associados têm planos para construir novas agroindústrias no Assentamento Dorcelina Folador, que fariam vários serviços de industrialização, como o embalo à vácuo de verduras e a industrialização da produção de café. “Pra gente continuar vivendo aqui, a gente tem que começar a se beneficiar de projetos diferentes, [...] porque do jeito que nós tamo aqui não vai ter condições de continuar vivendo todo mundo aqui, né” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 9).

Essas práticas que agregam valor aos produtos tornam possível a sobrevivência e o futuro dos filhos no mesmo lote que seus pais. Caso fossem criadas outras agroindústrias no assentamento, alguns empregos surgiriam, e provavelmente seriam destinados aos jovens. A COPRAN, por exemplo, busca empregar os filhos dos assentados, até porque os pais geralmente estão ocupados, trabalhando no lote, e por isso não têm interesse em trabalhar na cooperativa. Porém, na época em que ainda não existia a cooperativa no Assentamento Dorcelina Folador, alguns jovens deixaram o assentamento e foram trabalhar na cidade, pois haviam percebido que um lote não seria o suficiente para todos da família.

Então, como eu te falei, eu tenho o meu filho mais velho que tá na faculdade, então ele estudou, estudou, estudou, ele falou: pai, se todo mundo ficar aqui no sítio, [...] então a gente ou ia ter que trabalhar diária pro fazendeiro ou a gente ia comer pão e mandioca, ou mandioca e pão. Porque não ia ter condições de eu trabalhar uma diária pra sustentar 4 filhos e minha esposa e manter, e comprar remédio, e roupa, e calçado. Não tinha. Então meu filho mais velho tomou a frente e falou assim, ó pai, eu vou pra cidade trabalhar, e se eu puder ajudar o senhor, eu ajudo o senhor (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 8).

Esse fato que aconteceu com um associado da COPRAN confirma a tese de Woortmann e Woortmann (1997, p. 47). Segundo os autores, o número de filhos no campo conduz a uma contradição: ao mesmo em tempo que são força de trabalho, também são herdeiros. Ou seja, num primeiro momento tornam possível a

produção de um excedente, de um lucro maior, mas “noutro momento, como herdeiros, podem levar a reprodução do campesinato à crise, pelo excessivo fracionamento da terra” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 47).

Em relação aos planos dos jovens recém-casados, estes vão um pouco mais além do que os planos de seus pais. Os jovens, em geral, têm planos de estudar com o intuito de conquistar um futuro melhor, enquanto seus pais não têm essa perspectiva. Particularmente, alguns pensam em fazer cursos para ajudar seus amigos e vizinhos, “porque é assim, a gente tem muitas dúvida, entendeu? Qual fertilizante passar, e é assim. Não tem muita informação” (ENTREVISTA BRUNO, 09 out. 2013, p. 11). Essas dúvidas que os assentados em geral têm seriam sanadas se houvesse mais assistência técnica no assentamento, mas enquanto a falta de assistência técnica persiste, os assentados buscam resolver esse impasse da maneira que lhes convém. “Ah, no caso que nem eu te falei né, fazer a faculdade de agronomia e aplicar depois né, o que eu aprender no curso, aplicar aqui, ajudar os vizinho, tudo aí” (ENTREVISTA BRUNO, 09 out. 2013, p. 11).

Como vimos, em geral, os jovens têm planos para estudar. No entanto, o motivo pelo qual os associados jovens querem estudar pode ser analisado com base em dois tipos de visões: a primeira seria uma visão apaixonada pelo MST e a segunda seria uma visão apaixonada por si mesmo e por sua família. Consideramos a visão apaixonada pelo MST como uma característica da identidade coletiva, ao passo que a visão apaixonada por si mesmo e por sua família é uma característica da identidade pessoal.

De acordo com Brickson (2000), quando o indivíduo se define prioritariamente como membro de um grupo, ele tende a ativar uma identidade de orientação coletiva, com motivações para garantir o bem-estar de seu grupo em relação a outros grupos. Essa pessoa busca caracterizar-se de acordo com o perfil ou o protótipo do grupo e sua autoavaliação tende a se basear na comparação de seu grupo em relação a outros grupos. Nestes aspectos, os associados jovens com identidade coletiva pensam em estudar para continuar no MST e gostariam que seus filhos fizessem o mesmo. O MST tem convênio com algumas instituições de ensino, e os atuais jovens poderiam estudar nessas instituições e, com o tempo, conseguir seu próprio lote de terra sem a necessidade de passar pelo acampamento. “Eles trabalhando dentro, ajudando no Movimento Sem Terra, eles pode ser indicado pela

direção pro dia que sair assentamento em algum lugar, por exemplo” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 10).

O estudo não é condição essencial, mas favorece o aumento do grau de envolvimento dos jovens com o MST. E para os que se formam com a ajuda do MST, não existe a obrigatoriedade de continuar fazendo parte do movimento. “Não é obrigado. No MST, muita gente se formou pelo MST e não tá no MST. Tem bastante, assim, não é maioria né, mas tem bastante que escolheu outro caminho” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 11).

Por outro lado, segundo Brickson (2000), se a pessoa se define prioritariamente como um indivíduo, segue a orientação da identidade pessoal, sendo motivada pelo autointeresse, pelas suas características e traços individuais, buscando avaliar-se por meio da comparação com os outros indivíduos. Nesse sentido, os associados jovens com identidade pessoal pensam em estudar para conseguir um futuro melhor, seja dentro ou fora do MST. Esta questão da busca de um futuro melhor, independente onde seja, pode ser percebida no relato de um jovem associado, ao comentar sobre os planos de sua esposa:

Então, que nem ela, ela tá com ideia [...] de estudar pra conseguir um emprego melhor, independente onde seja. Vamos supor, ela faz um curso de administração aí. Tem o nosso laticínio aí ó [...]. Ou que seja na cidade, mas o importante é o estudo (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 10).

Nepomuceno (2010) observou que as migrações militantes envolvem uma carga emocional muito intensa, que não se dá sem conflitos, e exige sacrifício por parte dos militantes: solidão, dificuldades de adaptação e saudades da família são alguns dos sacrifícios pelos quais os militantes passam. Os associados jovens da COPRAN com a identidade pessoal não gostariam que seus filhos passassem pelo sofrimento que um acampado passa, e consideram que eles e seus filhos vão conseguir uma vida melhor por meio dos estudos, que especificamente são cursos técnicos e cursos de ensino superior. Vou estudar meu filho. Ele tem que estudar [...] Eu tenho certeza que a mãe não queria que eu tivesse aqui hoje, queria que eu tivesse estudado e tá assim em outra vida. É mesma coisa que eu quero pra ele (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 8). Esse jovem, em particular, ainda não saiu do MST para trabalhar na cidade porque não gosta de seguir ordens superiores. “Eu trabalhei em cidade já uns tempo, eu trabalhei uns dia na cidade já e não é pra

mim não. Não sirvo ser mandado não” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 7). Sendo assim, mesmo fazendo parte de um movimento, cada um é livre para decidir os planos para o futuro, mas podemos perceber que a construção da COPRAN despertou novos objetivos aos associados, pois, agora, muitos associados querem progredir dentro de seus lotes, em parceria com a cooperativa.

5.3.6.1 E se eu não estivesse no MST?

Os associados da COPRAN acreditam que, atualmente, se não estivessem no MST, possivelmente estariam numa situação pior. Ou seja, estariam da mesma maneira que antigamente. Isso significa que os associados, em geral, provavelmente continuariam sendo arrendatários ou começariam a trabalhar na cidade e o Mario, particularmente, provavelmente estaria estressado, sem tempo e seus filhos poderiam ser usuários de drogas¹⁴.

A gente ia tá estressado, acabado de tanta conta, de tanto trabalhar no comércio, porque estressa qualquer pessoa. E a gente ia tá... o nosso medo, que a gente já pensou, é o que teria acontecido com nossos filhos. Se eles teriam tido a educação que eles teve, o tempo que eu não tive quando eles eram pequenininhos... depois aqui durante uns 4 ou 5 anos a gente teve tempo de trabalhar junto, acordar junto, passar de segunda a segunda junto, de comer junto, de sentar na mesa junto, de ir dormir junto, de assistir televisão todo mundo junto. Antes, meu amigo, a gente não sabia o que era isso. Cada um comia num horário, na hora que tava pronto, cada um assistia TV no quarto dele. Domingo cada um ia pra um canto, um ia pro clube, outro ia pra casa da avó, outro ia pra casa do tio, outro ia andar de bicicleta. Então, não era uma família. Era uma família porque era o pai, a mãe e os filhos. Só que cada um ia pra um lado. E o que se torna isso? Nada (ENTREVISTA MARIO, 09 out. 2013, p. 32).

O fato de estarem em uma situação melhor do que a alguns anos atrás gera conforto aos associados da COPRAN, tendo em vista que eles não são mais arrendatários e têm perspectivas de crescimento. Dessa forma, os associados da COPRAN não pensam em seguir outro caminho, ao menos por enquanto. “Até porque eu acho que não tem melhora, né. Não tem pra onde ir. Ó, se eu sair daqui eu vou ter que trabalhar pros outros, igual eu fazia antes. Vou ter melhora? Não vai. Vai ser igual aqui mesmo, né” (ENTREVISTA VANESSA, 09 out. 2013, p. 15).

¹⁴ Relembrando, o Mario, antes de entrar no MST, era comerciante, morava na cidade, e entrou no MST para fugir da criminalidade da cidade, pois vários amigos de seus pequenos filhos haviam se tornado dependentes de drogas ilícitas.

Todavia, o contentamento com a situação atual não significa que a ideia de seguir outro caminho nunca passou pela cabeça deles. A Heloisa, por exemplo, já pensou em abandonar o lote e começar a trabalhar na cidade. O assentamento Dorcelina Folador fica perto das cidades de Londrina e de Arapongas, e não é tão difícil conseguir emprego nessas cidades. Além disso, a associada se comparava com os parentes que moravam na cidade e pareciam ter melhores condições. “Então dava, dava vontade de largar o lote aqui e ir pra cidade sim. Eu olhava a minha cunhada ali [...] aí via elas bem vestida, né. Casinha bem arrumadinha dentro, e eu aqui não tinha um fogão, tá tudo arrebitado” (ENTREVISTA HELOISA, 09 out. 2013, p. 10).

A vontade de seguir outro caminho foi passageira, principalmente pelo grau de envolvimento que a identidade coletiva propicia ao grupo, em que um ajuda o outro em momentos de dificuldades e de desânimo. Além disso, a criação da COPRAN gerou um novo ânimo e objetivos aos atuais associados, que agora têm perspectivas de crescimento dentro de seus próprios lotes do Assentamento Dorcelina Folador e do MST. No entanto, pode ser que o discurso da entrevistada – sobre a relevância da identidade coletiva na sua continuidade no Movimento – esteja escondendo algum medo de abandonar os benefícios que o MST proporciona e, dessa forma, ter que se submeter ainda mais aos limites, contradições e insustentabilidades presentes na hegemonia do atual sistema econômico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo principal compreender a influência do MST na reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN. Para que esse objetivo fosse atingido, definimos três objetivos específicos e percorremos, inicialmente, o caminho da construção teórica em que abordamos temas como movimentos sociais, MST, cooperativismo e identidade.

Como resultado, percebemos que a reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN ocorreu de duas maneiras: reconfiguração genérica e reconfigurações específicas. Como reconfiguração genérica, consideramos a reconfiguração da identidade ocorrida devido à influência do MST. Dividimos a reconfiguração genérica nas seguintes categorias de reconfigurações específicas: influência de um novo território na reconfiguração da identidade, relevância dos rituais de memória social e coletiva no fortalecimento da identidade sem-terra, afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento, relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade sem-terra e perspectivas dos associados da COPRAN. Nestes aspectos, analisando a história de vida dos associados da COPRAN, percebemos que eles, em geral, tiveram suas identidades reconfiguradas a partir do momento em que entraram no MST, ou seja, o MST foi fundamental no processo de reconfiguração das identidades.

Em relação à sustentabilidade, um tema merecedor de atenção, o MST orienta os acampados, assentados ou associados a terem práticas sustentáveis em seus lotes. Vimos que os assentados do Assentamento Dorcelina Folador foram orientados a não praticarem a monocultura, a não plantar eucaliptos e a não construir granjas nos lotes. Essas orientações, passadas nas frequentes formações, mostram que o movimento se preocupa com a sustentabilidade dos assentados e, conseqüentemente, do próprio planeta. As cooperativas, nesse sentido, são locais onde se efetivam práticas sustentáveis, mesmo que indiretamente. Nesta dissertação, vimos que a criação da COPRAN trouxe maiores rendimentos, novas perspectivas de futuro e mais autonomia aos atuais associados. Ou seja, atualmente, a cooperativa proporciona aos associados certas condições de sustentabilidade que até então não existiam.

De acordo com Sanches (2010, p. 1), "não se fala em sustentabilidade sem se falar em reforma agrária, sem se falar em agricultura

familiar. Fica uma coisa meio... assistencialista". Nesse sentido, a reforma agrária que o MST busca está intrinsecamente relacionada à sustentabilidade, além de ser o ponto de partida de possíveis práticas sustentáveis. Por exemplo, no Assentamento Dorcelina Folador, os assentados, a partir do momento que conquistaram seus lotes, começaram a ter melhores condições de vida. Como vimos ao longo desta dissertação, os associados da COPRAN, influenciados pelo MST, tiveram suas identidades reconfiguradas e seus estilos de vida alterados em vários aspectos. Portanto, podemos considerar que o MST auxiliou no aumento das condições de sustentabilidade de seus assentados e associados da COPRAN.

Acreditamos que, em termos teóricos, esta dissertação contribuiu essencialmente em quatro aspectos. Primeiramente, percebemos que o modelo coletivo de cooperação (CPA) apresentam mais limites de reprodução do que os que foram apresentados por Fabrini e Marcos (2010). Para os autores, existem motivos externos e internos, que dificultam a reprodução e a expansão das CPAs nos assentamentos. "Externamente, as condições macroestruturais de valorização de uma agricultura de negócio (agronegócio) têm colocado obstáculos para as iniciativas dos camponeses" (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 111). Internamente, os autores indicam sete limites: 1 – dificuldades de relacionamento dos camponeses numa estrutura hierarquizada; 2 – gestão relaxada e pouco zelosa do patrimônio coletivo; 3 – decisões aceitas, mas não assimiladas pelos membros; 4 – discrepância entre a racionalidade familiar camponesa dos assentados e a lógica empresarial; 5 – dificuldades de divisão do trabalho; 6 – tempo de trabalho norteado mais pela produção de mercadorias e menos pela produção necessária à garantia de existência do grupo familiar; 7 – problemas relacionados aos horários rígidos. A esses sete pontos, acrescentamos mais dois, que podemos perceber no caso específico da COPRAN: 1 – excesso de documentos que são exigidos dos pequenos produtores para que eles possam vender e 2 – limitação da abrangência deste tipo de cooperação.

A segunda contribuição teórica está relacionada à influência de um novo território na reconfiguração da identidade dos indivíduos. De acordo com Derrosso (2012), um novo território faz com que o sujeito tenha que buscar uma ressignificação da sua identidade. Com o novo território, surgem novos atributos técnicos, novas relações sociais e possíveis novos valores e culturas. Derrosso (2012) acredita, então, que a reconfiguração da identidade dos indivíduos ocorre de

maneira homogênea entre os indivíduos. Em nossa pesquisa, percebemos que a importância que território e trabalho têm como elemento definidor da identidade do sujeito é relativa. Para os que já trabalhavam como pequenos agricultores, a reconfiguração de suas identidades não se justificou pela influência de um novo território, pois o ato de trabalhar com um pedaço de terra não foi novidade para eles, mesmo que a cidade ou a região do território fosse outra. Por outro lado, para os que não trabalhavam com um pedaço de terra, houve a reconfiguração específica relacionada ao novo território. Ou seja, percebemos que o fato de começarem a trabalhar com algo e em um novo território novo mudou o estilo de vida dos associados da COPRAN que não trabalhavam com um pedaço de terra, pois, neste novo território, tudo seria novidade.

A terceira contribuição teórica está relacionada ao aprendizado que os assentados do Assentamento Dorcelina Folador tiveram sobre a forma coletiva de se trabalhar. Esse coletivo praticava a autogestão, tendo em vista que todos os sócios decidiam em assembleias, elegiam representantes para deliberar em nome de todos e se informavam do que estava acontecendo no coletivo. Essas três características, segundo Singer (2002), são particularidades da autogestão. Porém, com o fim do coletivo, os assentados perceberam que a autogestão nem sempre funciona. De acordo com Singer (2002), o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios diante do esforço adicional que a prática democrática exige, mas esse não foi um limite para os sócios do coletivo do Assentamento Dorcelina Folador. Em nossa pesquisa, percebemos que a autogestão possui mais inimigos poderosos do que o que foi apontado por Singer (2002). No Assentamento Dorcelina Folador, o principal limite foi a desonestidade de um pequeno grupo, que fez com que se findasse um empreendimento baseado na autogestão, ainda que as oportunidades de obtenção de recursos de financiamentos fossem maiores do que em grupos que trabalham de forma individual.

A quarta contribuição teórica está relacionada a toda a dissertação, tendo em vista que não encontramos muitos trabalhos referentes a essa temática. Em resumo, vimos que houve reconfiguração da identidade dos associados da COPRAN, e que o MST contribuiu para isso. Percebemos que a reconfiguração da identidade ocorreu de duas maneiras: reconfiguração genérica e reconfigurações específicas. Dessa forma, dividimos as reconfigurações genéricas nas seguintes categorias de reconfigurações específicas: influência de um novo território na

reconfiguração da identidade, relevância dos rituais de memória social e coletiva no fortalecimento da identidade sem-terra, afirmação da identidade sem-terra na transição acampamento-assentamento, relevância da identidade coletiva na afirmação da identidade sem-terra e perspectivas dos associados da COPRAN.

Além das contribuições teóricas, acreditamos que esta dissertação também contribuiu em termos práticos, principalmente em quatro aspectos. Em primeiro lugar, acreditamos que os aprendizados do Assentamento Dorcelina Folador podem ser comparados ou previstos em outros assentamentos do MST. Com isso, os assentados de outras regiões podem se preparar para não enfrentar, necessariamente, os mesmos aprendizados. Um aprendizado a ser destacado está relacionado ao PDA e às orientações do MST sobre o que plantar no lote. Dessa forma, os assentados do Dorcelina Folador perceberam que foi um erro não seguir o PDA e as orientações do MST sobre o plantio no lote. Provavelmente, se os assentados tivessem seguido o PDA e as orientações do MST, as perdas em decorrência da geada de 2004 seriam menores, pois a produção do lote deixaria de ser baseada na monocultura e passaria a ser diversificada e relacionada com as características e as necessidades da região. Por conseguinte, os 12 mil reais que todos receberam para investir na produção do lote possivelmente seriam mais bem investidos, em consonância com a realidade da região e com a orientação sobre a diversificação.

A segunda contribuição prática está relacionada aos impasses, que ocorreram no Assentamento Dorcelina Folador. Um impasse que pode ser destacado é o referente à atividade realizada dentro do lote dos assentados. Os assentados são orientados a plantar para o auto-sustento, mas isso nem sempre ocorre. Por exemplo, três famílias do Assentamento Dorcelina Folador construíram um aviário dentro de seus lotes. Essas famílias fizeram um financiamento no Banco do Brasil, e para tanto tiveram que ter fiadores de fora do MST, que possuíam propriedades em seus nomes. Geralmente, esses fiadores foram familiares que não fazem parte do MST. Os coordenadores do MST não proibem, mas orientam os assentados a não trabalhar dessa forma, pois no final das contas o indivíduo acaba trabalhando de empregado para uma empresa multinacional. Além da questão do aviário, houve também o caso dos assentados que plantaram eucaliptos. Da mesma forma que aconteceu com o caso dos aviários, em que os coordenadores do MST não proibem, mas orientam os assentados a não plantarem eucalipto em seus lotes.

Esse impasse, especificamente, poderia ser olhado com mais atenção pelos coordenadores do MST, tendo em vista que certas atividades realizadas em lotes de assentados do MST contrariam a finalidade do uso dos lotes provenientes da reforma agrária, que é o auto-sustento dos assentados por meio da produção agrícola diversificada e familiar.

A terceira contribuição prática se refere ao erro que a antiga COPRAN cometeu. O foco da COPRAN, na época de seu surgimento, em 1997, era a comercialização de insumos agrícolas aos seus cooperados. Nesse sentido, a cooperativa comprava grande quantidade de insumos e revendia aos pequenos produtores da região. A cooperativa vendia venenos, sementes, medicamentos e outros produtos relacionados à produção. Os maquinários existentes, naquela época, eram insuficientes para atender toda a região abrangida pela cooperativa, que era de 50 km. Além disso, a região onde estava localizada a COPRAN carecia de estrutura, e essa foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pela cooperativa. Muitas vezes a cooperativa vendia e não conseguia entregar, ou ainda os cooperados não conseguiam chegar até a cooperativa para efetuar o pagamento. Os principais erros da antiga COPRAN, então, foram a localização – estava em um local com falta de estrutura – e a atividade – venda de insumos agrícolas aos associados, ao invés da compra da produção desses. Dessa forma, os assentados da região perceberam que era mais vantajoso, aos associados, venderem suas produções pela cooperativa do que pagarem um pouco mais barato em insumos agrícolas e não ter para quem vender a produção. Esse aprendizado pode ser visto por outros pequenos produtores que pensam em se associar, pois, os erros cometidos pela antiga COPRAN não precisam ser cometidos novamente em outros locais.

Por fim, a quarta contribuição prática está relacionada aos limites internos e externos da atual COPRAN. Os limites internos estão relacionados à adaptação dos que trabalham na COPRAN. Uma dificuldade enfrentada pelos trabalhadores da COPRAN é a referente aos horários rígidos. Provavelmente, a questão de adaptação ao horário se deve ao costume que os empregados tinham de trabalhar na roça sem horário definido, ou seja, até a finalização do serviço daquele dia ou até o pôr do sol. Nesse sentido, no início das atividades da COPRAN, alguns trabalhadores saíam mais cedo por acabar o serviço daquele dia antes do horário formal. Além do mais, alguns não descansavam na hora de intervalo para almoço e descanso. No que se referem aos limites externos, estes estão relacionados à

desconfiança de assentados e associados da região. Por exemplo, alguns questionaram sobre a existência de cerca ao redor da cooperativa, afirmando que isso poderia significar a desconfiança que a COPRAN tem dos próprios assentados do Dorcelina Folador. Outro exemplo é o uso dos computadores da COPRAN, que é restrito aos funcionários que estão em horário de serviço, mas os associados reclamam por não poderem utilizar. O conhecimento desses limites enfrentados pela COPRAN pode ser útil aos gestores da COPRAN e gestores ou associados de outras cooperativas agropecuárias, pois, cientes dessas limitações, os gestores e associados podem tomar atitudes que visem a solução desses limites.

Na elaboração desta dissertação, nos deparamos com quatro limites. Primeiramente, não encontramos muitas pesquisas sobre a identidade do MST ou de suas cooperativas. Além disso, não encontramos publicações internacionais, mesmo depois de repetidas buscas em dois acervos digitais - Periódicos Capes e Web of Science – e até em sites de busca. O segundo limite foi que não conseguimos entrevistar o Pedrinho, coordenador do Assentamento Dorcelina Folador, pois ele, além de ser coordenador, também trabalhava em seu lote e não tinha tempo para nos contar sobre sua história de vida. A título de curiosidade, o Pedrinho tinha dois filhos que o ajudavam nos trabalhos do lote, mas esses dois filhos foram estudar, pelo MST, em outro estado. Talvez, a reconfiguração de sua identidade seria digna de análise. Em terceiro lugar, existiu a limitação de acesso total ao que se passa nos pensamentos de cada entrevistado, o que dificulta a interpretação pura da realidade. Por fim, em quarto lugar, existiu a limitação do uso do gravador nas entrevistas, que pode ter intimidado os entrevistados e, de certa forma, influenciado em suas falas. No entanto, mesmo com essas limitações, acreditamos que foi possível atingir os objetivos estabelecidos no início da pesquisa.

A realização desta dissertação gerou algumas novas ideias de pesquisas futuras. Portanto, recomendamos três temas para pesquisas futuras. Primeiramente, alguns estudos poderiam comparar o modelo de cooperação adotado pela COPRAN com outros modelos, sejam esses do MST ou não. Em segundo lugar, novos estudos poderiam analisar a visão que os jovens do MST têm sobre o movimento, comparativamente à visão dos mais velhos. Em terceiro lugar, alguns estudos poderiam verificar e analisar, nos acampamentos, qual a faixa etária predominante e os possíveis motivos dessa predominância. Essa sugestão se deve

ao relato de um dos associados entrevistados, que comentou que “a população jovem no acampamento é grande, da turma. Os mais velhos não guenta mais isso. Os que tinha já ganhou a terra, e já não guenta mais ficar acampado” (ENTREVISTA PEDRO, 09 out. 2013, p. 3). De acordo com o entrevistado, atualmente está mais difícil ficar em acampamentos, pois está fácil conseguir emprego na cidade, e atualmente os acampados recebem menos ajuda do que há alguns anos atrás. Portanto, se a maioria dos acampados é composta por jovens, se esses jovens estão tendo dificuldades em continuar nos acampamentos e se está fácil conseguir emprego na cidade, a reforma agrária almejada pelo MST pode se tornar mais difícil do que nos dias de hoje. No entanto, esses temas servem de inspiração aos pesquisadores e merecem ser estudados em detalhes em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, vol. 76, p. 49-86, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTONELLI, Diego. Dilma reduz o ritmo da reforma agrária. In: **Gazeta do Povo**. Disponível em: <
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1218784&tit=Dilma-reduz-o-ritmo-da-reforma-agraria> > . Publicado em: 01 fev. 2012. Acesso em: 17 jun. 2013.

ARCEO, Enrique. El fracaso de La reestructuración neoliberal en América Latina: Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. p. 27-65. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Bagatin. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 7-10 nov. 2011, p. 329-341.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BICAS, Mara Catarina. **Primeiro estranha-se, depois entranha-se**: Incursões na vivência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - desafios à Psicologia Comunitária. Lisboa, 2009. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Mestrado em Psicologia Comunitária.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRANCO, Maria Teresa Castelo. **Jovens sem-terra**: identidades em movimento. Curitiba: UFPR, 2003.

BRICKSON, Shelley. The impact of identity orientation on individual and organizational outcomes in demographically diverse settings. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 1, p. 82-101, jan. 2000.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Hants: Ashgate, 1979.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, vol. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; JÚNIOR, Jeová Torres Silva (orgs.). **Economia Solidária, Cooperativismo Popular e Autogestão: as experiências em Palmas-TO**. Palmas: NESol; UFT, 2007.

CASTRO, Bárbara. Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição para o socialismo. In: **6º Colóquio Internacional Marx e Engels. GT 8 - Socialismo no século XXI**. 03 a 06 de novembro de 2009. Campinas: NEPEM/UNICAMP.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 299p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H., TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. A Economia Solidária e o Desafio da Democratização das Relações de Trabalho no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria. **Economia Solidária: o desafio da democratização das Relações de trabalho**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

_____. A educação do Movimento dos Sem-Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1379-1402, Set./Dez. 2004.

DERROSSO, Giuliano Silveira. **A influência dos Movimentos Sociais na Reconfiguração das Identidades: um estudo junto aos reassentados pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto de Caxias – PR**. Dissertação de mestrado em Administração. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

DOMINGUES, Eliane. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582, set./dez. 2007.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica: Alternativas de gestão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique, O imperialismo na era neoliberal. Campinas: **Crítica Marxista**, 2004, n.18, p. 12-38.

ERIKSON, Erik H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese de Doutorado em geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente, 2002.

_____; MARCOS, Valeria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

FAO; FIDA; PMA. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2012: El crecimiento económico es necesario pero no suficiente para acelerar la reducción del hambre y la malnutrición**. Roma: FAO, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. in: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.); **O campo no século XXI**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FERNANDES, Karina; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção da identidade dos indivíduos na organização. **Revista de Administração Contemporânea**. São Paulo, v.10, n.1, p.55-72, jan/mar. 2006.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2001.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: Unesp. Tese de Doutorado em Geografia, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Artielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; SILVA, Irizelda Martins de Souza e. A Contraditória Relação Entre Movimento Social e Estado na Disputa pela Formulação de Políticas Públicas para a Educação do Campo. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 335-352, jul./dez. 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRSCHMAN, Elizabeth C. Humanistic inquiry in marketing research: Philosophy, method and criteria. **Journal of Marketing Research**, v. 23, n; 13, p. 237-249, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, Grandes Regiões e unidades da Federação. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm >. Acesso em: 09 mar. 2013.

_____. **Censo 2010.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410150#>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** Síntese de Indicadores 2011. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm >. Acesso em: 09 mar. 2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Famílias assentadas.** Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas> > . Acesso em: 17 jun. 2013.

JENKINS, Richard. **Social Identity.** 3. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2008.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. São Paulo: E.P.U./ EDUSP, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Eliel. Na contra-mão do neoliberalismo: sem-terra e piqueteiros. **Revista Mediações** (UEL), v. 10, p. 75-89, 2005.

_____, Eliel. Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistências hoje. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 15/16, p. 54-64, 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. São Paulo: Artmed Editora, 2004.

MERRIAM, Sharan B. **Case Study Research in Education: a qualitative approach**. San Francisco (CA): Jossey-Bass, 1988.

MÉSZÁRIOS, István. As contradições do capitalismo. In: **Carta Capital**. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/as-contradicoes-do-capitalismo/>. >. Acesso em: 25/10/2012.

MST. **Copran, da ocupação do latifúndio à inauguração da agroindústria**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/content/copran-da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-latif%C3%BAndio-%C3%A0-inaugura%C3%A7%C3%A3o-da-agroind%C3%BAstria> >. Publicado em 04 fev 2013. Acesso em: 04 jun 2013.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. **Caderno de Formação n. 21**. São Paulo: MST, 1997.

NEPOMUCENO, Mariana Diniz Bittencourt. Identidade em movimento. **A militância migrante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra: potencialidades [trans]formativas do encontro intercultural**. Mestrado em Ciências da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.

NASH, Kate. Human Rights, Movements and Law: On Not Researching Legitimacy. **Sociology**. October 2012; vol. 46, n. 5: p. 797-812.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório OCB 2012: cooperativas constroem um mundo melhor**. Brasília: OCB, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Me engana que eu gosto: a não atualização dos índices de produtividade dos imóveis rurais no governo Lula**. Brasília: Radioagência Notícias do Planalto, 2007.

PINHEIRO, Jair. As Classes Trabalhadoras em Movimento: alguns aspectos teóricos. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 17/18, p. 130-142, 2007.

PINTO, Marcelo de Rezende; SANTOS, Leonardo Lemos da Silveira. Em Busca de uma Trilha Interpretativista para a Pesquisa do Consumidor: uma Proposta Baseada na Fenomenologia, na Etnografia e na Grounded Theory. **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 2, Art. 25, jul./dez. 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In BEUREN, Ilse Maria: organizadora e colaboradora. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RAMPAZO, Adriana Vinholi. **O simbolismo das identidades naufragadas no território Catuquiriguaçu**. Dissertação de Mestrado em Administração. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1998.

SANCHES, Pedro Alexandre. **Não se fala em sustentabilidade sem Reforma Agrária**. Disponível em < <http://www.mst.org.br/Nao-se-fala-em-sustentabilidade-sem-reforma-agraria-teatro-magico-apoia-mst> > . Publicado em: 10 out. 2010. Acesso em: 13 nov. 2013.

SANTALUCIA, Mauricio; HEGEDUS, Pedro de. Cooperativismo e Assentamento Rural na Percepção do Uso Coletivo e Individual da Terra Mediante Metodologia Q: o caso de Charqueadas. **Revista Extensão Rural**, Ano XII, Edição 12, jan./dez. 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Ações coletivas e movimentos sociais: revisitando conceitos. In: QUARTIERO, E. M.; SOMMER, L. H. (Orgs.). **Pesquisa, educação e inserção social: olhares da Região Sul**. Canoas: ULBRA, 2008. p. 439-448.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

TEDESCO, João Carlos. Conflitos de memória e de identidades no cenário rural: ritualizações e representações de colonos assentados no norte do RS. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 258-277, jan./jun. 2009.

TING-TOOMEY, Stella. **Communicating across cultures**. New York: The Guilford Press, 1998.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S.; R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de estudos organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. Pesquisa e Movimentos Sociais. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VERGARA-CAMUS, Leandro. The Politics of the MST: Autonomous rural communities, the State, and Electoral Politics. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 4, p. 178-191, jul. 2009.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e Aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. Tese de doutorado em Ciências Econômicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

WELCH, Cliff. Camponeses: Brazil's Peasant Movement in Historical Perspective (1946--2004). **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 36, n. 4, p. 126-155, jul. 2009.

_____. Lula and the Meaning of Agrarian Reform. **NACLA Report on the Americas**, v. 44, p. 27-30, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução histórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UNB, 1997.

WORLD BANK. **World Development Indicators 2012**. Washington DC: The World Bank, 2012.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **O assentamento Rural Coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. Dissertação de mestrado em Geografia. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 – FORMAÇÃO DA COPRAN**

- Como surgiu o assentamento Dorcelina Folador?
- Quais foram os fatos marcantes no surgimento do assentamento?
- Como surgiu a COPRAN?
- Quais foram os fatos marcantes no surgimento da COPRAN?
- Atualmente, como o assentamento Dorcelina Folador é organizado?
- Atualmente, como a COPRAN é organizada?

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA 2 – RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ASSOCIADOS

- Fale sobre sua história de vida.
- O que fez você entrar no MST?
- Como foi sua adaptação ao MST?
- Na época do acampamento e do início do assentamento, tinha divergência de opiniões entre as pessoas? Como era?
- Depois que você finalmente conseguiu seu lote, quais passaram a ser suas prioridades?
- Quando você mudou para este território, mudou o seu jeito de ser e de pensar? Como?
- Depois que você entrou no MST, mudou o seu jeito de ser e de pensar? Como?
- Existem rituais, celebrações ou festas que reforçam a identidade do MST? Como isso acontece?
- O que fez você se tornar cooperado da COPRAN?
- Quais são as vantagens de ser cooperado?
- Se você não tivesse entrado no MST, qual teria sido o seu caminho?
- Depois que você entrou no MST, você já pensou em seguir outro caminho?
- Quais são seus planos para o futuro? E suas perspectivas para seus filhos?